



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATORIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009**

Março, 2010



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO
DA BAHIA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATORIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU n° 57, de 27 de agosto de 2008, Decisão Normativa TCU n° 100, de 07 de outubro de 2009, Portaria TCU n° 389/2009, de 21 de dezembro de 2009.

Salvador (Ba), 30/03/2010

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

TCU – Tribunal de Contas da União
CGU – Controladoria Geral da União
UJ – Unidade Jurisdicionada
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
SE – Secretaria Executiva
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária
SDC - Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
DFIA – Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas
DSA – Departamento de Sanidade Animal
DSV – Departamento de Sanidade Vegetal
DIPOA - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
DFIP - Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários
DIPOV - Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
DENACOOOP - Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural
DEPTA - Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária
DEPROS - Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade
DMG - Divisão de Fiscalização de Material Genético Animal
CFIC - Coordenação de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos
CTQA – Coordenação de Trânsito e Quarentena Animal
CGCD - Coordenação-Geral de Combate às Doenças
CGI - Coordenação-Geral de Inspeção
CSM - Coordenação de Sementes e Mudanças
CPV – Coordenação de Produtos Veterinários
CRC - Coordenação de Resíduos e Contaminantes
CGAA - Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins
CGVB - Coordenação-Geral de Vinhos e Bebidas
CBIO – Coordenação de Biossegurança de Organismos Geneticamente Modificados
CGQV - Coordenação-Geral de Qualidade Vegetal
CGPP - Coordenação-Geral de Proteção de Plantas
CGDS - Coordenação-Geral de Desenvolvimento Sustentável
CGSPR - Coordenação-Geral de Sistemas de Produção Integrada
CPIP - Coordenação de Produção Integrada da Cadeia Pecuária
CIER - Coordenação de Infra-estrutura Rural
CGSPR - Coordenação Geral de Sistemas de Produção e Rastreabilidade
CGAS – Coordenação Geral de Apoio às Superintendências
CPAA - Comissão Permanente de Aditivos para Alimentos
CGPI – Coordenação Geral de Parcerias Institucionais
CGDP – Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas
SFA/BA – Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia
SEDESA – Serviço de Sanidade Agropecuária
SEFAG – Serviço de Fiscalização Agropecuária
SIPAG – Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários
VIGIAGRO – Serviço de Vigilância Agropecuária
SEPDAAG – Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário

DT – Divisão Técnica
DAD – Divisão Administrativa
SRH – Seção de Recursos Humanos
UTRA – Unidade Técnica Regional Agropecuária
ADAB – Agência de Defesa Agropecuária do Estado da Bahia
UR – Unidade Regional
EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento do Vale São Francisco
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
BNCC – Banco Nacional de Crédito Cooperativo
MPOG – Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste Baiano
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
CODEBA – Companhia de Desenvolvimento da Bahia
COAGRE – Coordenação de Agroecologia
CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CENTEC – Instituto Centro de Ensino Tecnológico
COOPMAC – Cooperativa Mista Agropecuária Conquistense
REPOL – Rede Baiana de Polinizadores
DOU – Diário Oficial da União
PI's – Planos Internos
PCEANIMAL - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais
FEBREAFTOS – Erradicação da febre aftosa
VIGIZOO - Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais, seus produtos e insumos
PCEVEGETAL – Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais
VIGIFITO - Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos
FISCPLANTA – Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos
FISCANIMAL – Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos
INSPANIMAL - Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal
IPVEGETAL – Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal
RESIDUOS - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal
PADCLASSIF - Padronização e classificação de produtos vegetais
FISCORGEN - Fiscalização das atividades com organismo geneticamente modificado
FISCALSEM – Fiscalização de sementes e mudas
FISPROVET – Fiscalização de produtos veterinários
FISCINAN - Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal
FISCGENE – Fiscalização de material genético para multiplicação animal
FISFECOI – Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes
FISCAGRIC – Fiscalização de serviços agrícolas
FISCAGROTOX – Fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins
MANUTBA - Operação dos serviços administrativos das Unidades Descentralizadas
SUASA - Sistema Unificado de Saúde Animal e Sanidade Vegetal

SISBOV – Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos
SAPI – Sistema Agropecuário de Produção Integrada
APOIOAGRIC – Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas.
CERTORGAN – Aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica
RASTREAB – Desenvolvimento e monitoramento de sistema de rastreabilidade agroalimentar
APOIOPEC – Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias
DESENGORG – Desenvolvimento da agricultura orgânica
INDIGRAF – Fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários
FISCONTRATO – Fiscalização de contrato de repasses para pequeno e médio produtor agropecuário
APPRODUTOR – Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário
PPA – Plano Plurianual
FFA's – Fiscais Federais Agropecuários
RDSV - Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal
RENASEM - Registro Nacional de Sementes e Mudanças
PRODESA – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
PISA – Projeto de Produção Integrada em Sistemas Agropecuários de Bacias Hidrográficas
PNEFA- Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa
PNCRH - Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros
PNSE - Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos
PNECBT - Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose
PNSA - Programa Nacional de Sanidade Avícola
PNSA - Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos
PNSS - Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos
EAC – Escritório de Apoio Comunitário
UVL's – Unidades Veterinárias Locais
IG – Indicação Geográfica
ERAS – Estabelecimentos Rurais Aprovados pelo SISBOV
GTA – Guia de Trânsito Animal
ALP – Área Livre de Pragas
APPCC – Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle
LMR – Limites Máximos de Resíduos
SIAFI – Sistema de Administração Financeira
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SISBI – Sistema Brasileiro de Inspeção
SIF – Serviço de Inspeção Federal
GEOR – Grupo Gestor orientado para Resultados
SBCTA – Simpósio em Ciência e Tecnologia de Alimentos
FENAGRI – Feira Nacional de Agricultura Irrigada
DN – Decisão Normativa
IN – Instrução Normativa

LISTA DE QUADROS, TABELAS E DECLARAÇÕES

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1. Identificação da Unidade Jurisdicionada	16
Quadro 2. Dados gerais do Programa Segurança da Sanidade na Agropecuária	25
Quadro 3. Dados gerais do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	27
Quadro 4. Dados gerais do Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	28
Quadro 5. Dados gerais do Programa Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	29
Quadro 6. Dados gerais do Programa Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade	30
Quadro 7. Dados gerais do Programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual	31
Quadro 8. Dados gerais do Programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	32
Quadro 9. Dados gerais do Programa Apoio Administrativo	32
Quadro 10. Ações do Programa Segurança da Sanidade na Agropecuária	33
Quadro 11. Dados Gerais da Ação PCEANIMAL	33
Tabela 1. Metas e Resultados da ação – PCEANIMAL	33
Quadro 12. Dados gerais da Ação FEBREAFTOS	36
Tabela 2. Metas e Resultados da ação – FEBREAFTOS	37
Quadro 13. Dados gerais da Ação VIGIZOO	38
Tabela 3. Metas e Resultados da ação – VIGIZOO	38
Quadro 14. Dados gerais da Ação PCEVEGETAL	39
Tabela 4. Metas e Resultados da ação – PCEVEGETAL	40
Quadro 15. Dados gerais da Ação VIGIFITO	41
Tabela 5. Metas e Resultados da ação VIGIFITO	41
Quadro 16. Dados gerais da Ação FISCPLANTA	42
Tabela 6. Metas e Resultados da ação FISCPLANTA	42
Quadro 17. Dados gerais da Ação FISCANIMAL	43
Tabela 7. Metas e Resultados da ação FISCANIMAL	43
Quadro 18. Ações do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas	44
Quadro 19. Dados Gerais da Ação INSPANIMAL	44
Tabela 8. Metas e Resultados da ação INSPANIMAL	45
Quadro 20. Dados gerais da Ação INSPVEGETAL	46
Tabela 9. Metas e Resultados da ação INSPVEGETAL	46
Quadro 21. Dados gerais da Ação RESIDUOS	47
Tabela 10. Metas e Resultados da ação RESIDUOS	47
Quadro 22. Dados gerais da Ação PADCLASSIF	48
Tabela 11. Metas e Resultados da ação PADCLASSIF	48
Quadro 23. Dados gerais da Ação FISCORGEN	50
Tabela 12. Metas e Resultados da ação FISCORGEN	50

Quadro 24. Ações do Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários	51
Quadro 25. Dados Gerais da Ação FISCALSEM	51
Tabela 13. Metas e Resultados da ação FISCALSEM	51
Quadro 26. Dados gerais da Ação FISFECOI	52
Tabela 14. Metas e Resultados da ação FISFECOI	53
Quadro 27. Dados gerais da Ação FISAGROTOX	54
Tabela 15. Metas e Resultados da ação FISAGROTOX	54
Quadro 28. Dados gerais da Ação FISPROVET	55
Tabela 16. Metas e Resultados da ação FISPROVET	55
Quadro 29. Dados gerais da Ação FISCAGRIC	55
Tabela 17. Metas e Resultados da ação FISCAGRIC	55
Quadro 30. Dados gerais da Ação FISCINAM	56
Tabela 18. Metas e Resultados da ação FISCINAM	56
Quadro 31. Dados gerais da Ação FISCGENE	57
Tabela 19. Metas e Resultados da ação FISCGENE	57
Quadro 32. Ações do Programa Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio	58
Quadro 33. Dados Gerais da Ação ORGMANEJO	58
Tabela 20. Metas e Resultados da ação ORGMANEJO	59
Quadro 34. Dados gerais da Ação CERTOGAN	59
Tabela 21. Metas e Resultados da ação CERTOGAN	60
Quadro 35. Dados gerais da Ação APOIOAGRIC	61
Tabela 22. Metas e Resultados da ação APOIOAGRIC	62
Quadro 36. Dados gerais da Ação RASTREAB	62
Tabela 23. Metas e Resultados da ação RASTREAB	63
Quadro 37. Dados gerais da Ação APOIOPEC	63
Tabela 24. Metas e Resultados da ação APOIOPEC	64
Quadro 38. Ações do Programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário	65
Quadro 39. Dados gerais da Ação FISCONTRATO	65
Tabela 25. Metas e Resultados da ação FISCONTRATO	66
Quadro 40. Dados gerais da Ação APPRODUTOR	66
Tabela 26. Metas e Resultados da ação APPRODUTOR	66
Quadro 41. Ações do Programa Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade	67
Quadro 42. Dados gerais da Ação DESENGORG	68
Tabela 27. Metas e Resultados da ação DESENGORG	68
Quadro 43. Ações do Programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual	70
Quadro 44. Dados gerais da Ação INDIGRAF	70
Tabela 28. Metas e Resultados da ação INDIGRAF	71
Quadro 45. Ações do Programa Apoio Administrativo	73
Quadro 46. Dados gerais da Ação MANUTSFA	73
Tabela 29. Metas e Resultados da ação MANUTSFA	74
Tabela 30. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – Créditos Recebidos	76
Tabela 31. Despesas por Modalidade de Contratação	78
Tabela 32. Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	80

Tabela 33. Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa, sem os valores da SEAP	81
Tabela 34. Evolução de gastos gerais da SFA/Ba	82
Tabela 35. Demonstrativo de execução física e financeira das ações realizadas	84
Quadro 47 Indicadores de desempenho da ação PCEANIMAL	86
Quadro 48. Indicadores de desempenho da ação FEBREAFTOS	86
Quadro 49. Indicadores de desempenho da ação VIGOZOO	87
Quadro 50. Indicadores de desempenho da ação PCEVEGETAL	88
Quadro 51. Indicadores de desempenho da ação VIGIFITO	89
Quadro 52. Indicadores de desempenho da ação FISCPLANTA	90
Quadro 53. Indicadores de desempenho da ação FISCANIMAL	90
Quadro 54. Indicadores de desempenho da ação INSPANIMAL	91
Quadro 55. Indicadores de desempenho da ação IPVEGETAL	92
Quadro 56. Indicadores de desempenho da ação PADCLASSIF	93
Quadro 57. Indicadores de desempenho da ação FISCORGEN	94
Quadro 58. Indicadores de desempenho da ação RESÍDUOS	94
Quadro 59. Indicadores de desempenho da ação FISCALSEM	95
Quadro 60. Indicadores de desempenho da ação FISFECOI	96
Quadro 61. Indicadores de desempenho da ação FISCAGRIC	96
Quadro 62. Indicadores de desempenho da ação FISAGROTOX	97
Quadro 63. Indicadores de desempenho da ação FISPROVET	98
Quadro 64. Indicadores de desempenho da ação FISCINAM	99
Quadro 65. Indicadores de desempenho da ação FISCGENE	99
Quadro 66. Indicadores de desempenho da ação APOIOAGRIC	100
Quadro 67. Indicadores de desempenho da ação ORGMANEJO	101
Quadro 68. Indicadores de desempenho da ação CERTORGAN	102
Quadro 69. Indicadores de desempenho da ação APOIOPEC	103
Quadro 70. Indicadores de desempenho da ação RASTREAB	103
Quadro 71. Indicadores de desempenho da ação APPPRODUTOR	104
Quadro 72. Indicadores de desempenho da ação FISCONTRATO	105
Quadro 73. Indicadores de desempenho da ação INDIGRAF	106
Quadro 74. Indicadores de desempenho da ação DESENGORG	107
Quadro 75. Indicadores de desempenho da ação MANUTSFA	108
Tabela 36. Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/09	109
Tabela 37. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios 2007/08/ 09	109
Tabela 38. Inscrição de Restos a pagar no exercício e os saldos de Restos a pagar de exercícios anteriores	111
Tabela 39. Demonstrativo das Transferências Recebidas e Efetuadas	112
Quadro 76. Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União	113
Tabela 40. Demonstrativo de Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão praticados no Exercício	114
Anexo 1. Declaração sobre os contratos do SIASG	117
Anexo 2. Declaração sobre os contratos do SICONV	118
Anexo 3. Declaração do contador sobre os demonstrativos contábeis	119
Anexo 4. Declaração do Coordenador de RH sobre bens e rendas dos servidores da Área Contábil	120

SUMÁRIO

Título	Página
<u>APRESENTAÇÃO</u>	12
1. <u>IDENTIFICAÇÃO</u>	16
2. <u>OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS</u>	17
2.1. <u>Responsabilidades Institucionais (Competência, Objetivos estratégicos)</u>	17
2.2. <u>Estratégia de Atuação frente às Responsabilidades Institucionais</u>	20
2.2.1. <u>Análise do Mapa/Plano Estratégico</u>	20
2.2.2. <u>Plano de Ação referente ao exercício</u>	22
2.3. <u>Programas e Ações sob a responsabilidade da SFA/BA</u>	25
2.3.1. <u>Relação dos Programas: Dados Gerais</u>	25
2.3.1.1. <u>Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária</u>	25
2.3.1.2. <u>Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas</u>	27
2.3.1.3. <u>Programa 0375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários</u>	28
2.3.1.4. <u>Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio</u>	29
2.3.1.5. <u>Programa 1426 – Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade</u>	30
2.3.1.6. <u>Programa 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual</u>	31
2.3.1.7. <u>Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário</u>	32
2.3.1.8. <u>Programa 0760 – Apoio administrativo</u>	32
2.3.2. <u>Principais Ações do Programa: Dados Gerais e Análise de Metas e Resultados</u>	33
2.3.2.1. <u>Ações do Programa Segurança da Sanidade na Agropecuária</u>	33
2.3.2.1.1. <u>Ação 8658 – Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais</u>	33
2.3.2.1.2. <u>Ação 4842 – Erradicação da febre aftosa</u>	36
2.3.2.1.3. <u>Ação 2139 – Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais, seus produtos e insumos</u>	38
2.3.2.1.4. <u>Ação 8572 – Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais</u>	39
2.3.2.1.5. <u>Ação 2134 – Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos</u>	41
2.3.2.1.6. <u>Ação 2180 – Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos</u>	42
2.3.2.1.7. <u>Ação 2181 – Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos</u>	43

2.3.2.2.	<u>Acções do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas.....</u>	44
2.3.2.2.1	<u>Ação 8938 – Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal.....</u>	44
2.3.2.2.2	<u>Ação 8939 – Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal.....</u>	46
2.3.2.2.3	<u>Ação 4723 - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal.....</u>	47
2.3.2.2.4	<u>Ação 4746 – Padronização e classificação de produtos vegetais.....</u>	48
2.3.2.2.5	<u>Ação 4745 – Fiscalização das atividades com organismo geneticamente modificado.....</u>	50
2.3.2.3.	<u>Acções do Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.....</u>	51
2.3.2.3.1	<u>Ação 2179 - Fiscalização de sementes e mudas.....</u>	51
2.3.2.3.2	<u>Ação 2141 – Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes.....</u>	52
2.3.2.3.3	<u>Ação 2909 – Fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.....</u>	53
2.3.2.3.4	<u>Ação 2140 – Fiscalização de produtos de uso veterinário.....</u>	54
2.3.2.3.5	<u>Ação 2177 – Fiscalização de serviços agrícolas.....</u>	55
2.3.2.3.6	<u>Ação 2124 – Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal.....</u>	56
2.3.2.3.7	<u>Ação2019 -Fiscalização de material genético para multiplicação animal.....</u>	57
2.3.2.4.	<u>Acções do Programa Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.....</u>	58
2.3.2.4.1	<u>Ação 8593 - Apoio ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas</u>	58
2.3.2.4.2	<u>Ação 8591 – Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas.....</u>	59
2.3.2.4.3	<u>Ação 4720 – Aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica.....</u>	61
2.3.2.4.4	<u>Ação 8592 – Desenvolvimento e monitoramento de sistema de rastreabilidade agroalimentar.....</u>	62
2.3.2.4.5	<u>Ação 8598 - Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias.....</u>	63
2.3.2.5.	<u>Acções do Programa Apoio do Desenvolvimento do Setor Agropecuário.....</u>	65
2.3.2.5.1	<u>Ação 8611 – Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário.....</u>	65
2.3.2.5.2	<u>Ação 2B17 – Fiscalização de contrato de repasses</u>	66
2.3.2.6.	<u>Acções do Programa Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade.....</u>	67
2.3.2.6.1	<u>Ação 8606 - Desenvolvimento da agricultura orgânica.....</u>	68

2.3.2.7.	<u>Ações do Programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual</u>	70
2.3.2.7.1	Ação 2B47 – Fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários.....	70
2.3.2.8	<u>Ações do Programa Apoio Administrativo</u>	73
2.3.2.8.1	Ação 4716 – Operação dos serviços administrativos das unidades descentralizadas.....	73
2.4.	<u>Desempenho Operacional</u>	75
2.4.1.	<u>Programação Orçamentária</u>	75
2.4.2.	<u>Execução Orçamentária</u>	78
2.4.3.	<u>Evolução de Gastos Gerais</u>	82
2.4.4.	<u>Execução Física e Financeira das ações realizadas</u>	82
2.4.5.	<u>Indicadores de Desempenho</u>	86
3.	<u>INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS</u>	109
4.	<u>RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS</u>	111
5.	<u>INSCRIÇÕES DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DOS EXERCÍCIOS ANTERIORES</u>	111
6.	<u>DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS (RECEBIDAS E REALIZADAS) NO EXERCÍCIO</u>	112
7.	<u>PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA</u>	112
8.	<u>FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSO EXTERNOS</u>	112
9.	<u>RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS</u>	112
10.	<u>OPERAÇÕES DE FUNDOS</u>	112
11.A	<u>RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO</u>	113
11.B	<u>DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU</u>	113
12.	<u>ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO</u>	114
13.	<u>REGISTROS DE CONTRATOS E CONVÊNIOS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV</u>	114
14.	<u>OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES</u>	114
15.	<u>INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO</u>	115
16.	<u>CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ</u>	115
	<u>ANEXOS</u>	116

APRESENTAÇÃO

Acompanhando as tendências do agronegócio a nível mundial e do setor produtivo que exige políticas públicas e serviços mais eficientes e eficazes, o Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento - MAPA tem investido, nos últimos anos, na modernização de sua gestão, buscando atender, da melhor forma possível, ao seu público externo.

A Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia, como unidade descentralizada deste Ministério e agente importante neste cenário, vem também se empenhando no aperfeiçoamento de seus processos, no intuito de se projetar em um patamar mais elevado na área de implementação de políticas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.

O ambiente no qual são desenvolvidas as suas ações, voltadas para o agronegócio, compreende todas as regiões do Estado da Bahia, com área total de 567.692,669 km² e 417 municípios. Nessas regiões, o agronegócio envolve diversas cadeias produtivas que demandam uma série de requerimentos cujo apoio da Superintendência é fundamental.

Para divulgar as realizações demandadas por este setor produtivo no exercício de 2009, é que a SFA/BA apresenta o presente Relatório de Gestão, elaborado em conformidade com as normas expedidas pelos órgãos de controle.

O documento encontra-se, além da apresentação, dividido em dezesseis itens, abrangendo os conteúdos das Partes A e B do Anexo II, estabelecidos pelo TCU através da Decisão Normativa nº 100/2009, muito embora estejam sendo relatados somente os itens que se aplicam à SFA/BA, a saber: O primeiro versa sobre a Identificação da Unidade Jurisdicionada. O segundo item contextualiza: as responsabilidades institucionais da Superintendência compreendendo objetivos estratégicos e competências; a estratégia de atuação composta pelos subitens: análise do plano estratégico e o plano de ação da SFA/Ba em 2009; os resultados provenientes da implementação dos programas sob responsabilidade do Ministério da Agricultura e executados pela SFA/BA, constantes no Plano Plurianual 2008-2011, através dos demonstrativos físicos e financeiros das atividades e ações (orçamentárias e não orçamentárias) de inspeção e classificação, defesa, vigilância internacional, fiscalização agropecuárias, política e desenvolvimento agropecuários, apoio às atividades de melhoria da infra-estrutura, cooperativismo e associativismo rural; o desempenho operacional da Superintendência, constituído pelos itens: programação orçamentária (movimentação orçamentária por grupo de despesa), execução orçamentária, evolução dos gastos gerais, execução física e financeira das ações durante o exercício e indicadores de desempenho das ações. Nos itens terceiro, quinto e sexto, são mostradas informações sobre composição de recursos humanos, restos a pagar no exercício e demonstrativo de transferências efetuadas e recebidas pela SFA/BA. No décimo primeiro item, constam as determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União - TCU e no décimo segundo, são apresentados os atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão, praticados no exercício. O décimo terceiro item apresenta declarações das áreas responsáveis atestando que as informações referentes a contratos e convênios estão devidamente disponíveis e atualizados nos Sistemas SIASG e SICONV. O décimo quarto item diz respeito a outras informações relevantes sobre o desempenho da gestão e o décimo quinto

item trata das informações contábeis da gestão. Por último, os anexos, constituídos por Declaração de inclusão dos contratos no Sistema SIASG; Declaração de inclusão dos convênios nos Sistema SICONV e Declaração do contador.

Alguns itens componentes da Parte A dos conteúdos estabelecidos pelo TCU no Anexo II da Decisão Normativa nº 100/2009, não se aplicam à SFA/BA, listados a seguir:

4. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos; 7. Previdência Complementar Patrocinada; 8. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas financiados com Recursos Externos; 9. Renúncias Tributárias; 10. Operações de Fundos. Também alguns sub-itens do item 2.4. Desempenho Operacional não são aplicáveis à SFA/BA, como os demonstrativos de Programação Orçamentária, com exceção do quadro de Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa; os demonstrativos de Execução Orçamentária no que se referem aos créditos originários. Não é aplicável também o subitem Demonstrativo dos contratos de terceirização de mão-de-obra da área-fim do item 3. Informações sobre Recursos Humanos da UJ. Sobre os itens da Parte B do Anexo II da DN nº 100/2009, a não ser o item referente a Declaração do Contador, os demais não se aplicam.

No ano de 2009, a SFA/BA executou um orçamento de R\$ 4.189.000,91 (quatro milhões, cento e oitenta e nove mil reais, e noventa e um centavos), representando um aumento de 39 % em relação aos recursos geridos no ano de 2008.

Para a Superintendência, esse exercício caracterizou-se por avanços no programa de trabalho e os resultados de maior relevância estão demonstrados a seguir:

- a) Na área de defesa sanitária animal, a intensificação das atividades de fiscalização e de identificação de inconformidades pelo Serviço de Defesa Sanitária – SEDESA, em acompanhamento das ações desenvolvidas pelo órgão executor no Estado (ADAB), culminaram na recuperação das ações de vigilância da zona tampão dos municípios de Juazeiro e Barreiras, áreas consideradas de alto risco para febre aftosa no Estado, com repercussão imediata através da diminuição expressiva da clandestinidade de trânsito animal. Ressalte-se que a febre aftosa é uma doença animal cuja ocorrência provoca reflexos negativos na economia estadual, nacional e internacional;
- b) Na área de defesa sanitária vegetal, a intensificação das ações fitossanitárias pelo SEDESA em pomares de manga, uva nas regiões de Juazeiro e Livramento do Brumado, com o intuito de cumprir os requisitos fitossanitários exigidos pelo mercado internacional, contribuiu para o aumento da exportação desses produtos; também se destacou a retomada da exportação de mamão, produzido na região extremo-sul do Estado, para o mercado americano. Ressalte-se a efetiva redução da população da praga mosca-da-fruta em todas as regiões de produção na Bahia;
- c) Nas áreas de inspeção animal e vegetal, através do Serviço de Inspeção Agropecuária – SIPAG sobressaíram: a implementação do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, através do monitoramento dos níveis de resíduos de agrotóxicos nas culturas definidas para o ano agrícola 2009/2010 - mamão, manga e uva, resultou na identificação de muitas inconformidades e em abertura de processos investigativos; o programa de acompanhamento da qualidade dos alimentos que, através da fiscalização, propiciou o mapeamento de muitas irregularidades cometidas por grandes empresas,

obrigando-as a modificar os seus fluxos de produção; a aprovação da adesão do Estado da Bahia ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI, que permitirá que empresas com registro na ADAB, ou seja, no serviço de inspeção estadual, comercializem seus produtos para todo o país. E o forte crescimento do parque industrial na área de mel e derivados;

- d) Na área de fiscalização de insumos agropecuários, merecem destaque: a atuação do SEFAG na região oeste do Estado da Bahia, com a ampla divulgação da Legislação Brasileira de Sementes e Mudanças e a intensificação da fiscalização acirrada dos usuários de sementes, culminaram com a emissão de autos de infração para os estabelecimentos irregulares e a suspensão da comercialização de sementes piratas; o trabalho de apuração de denúncias sobre produção clandestina de rações com atuação de estabelecimentos que desatendiam ao normativo legal e fechamento de inúmeros estabelecimentos irregulares; e a Operação Especial de Fiscalização na área de fertilizantes, contaminantes e inoculantes nas empresas com grande volume de produção, sendo constatadas diversas inconformidades, com orientações para solução.
- e) Na área de política e desenvolvimento agropecuário: a atuação do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDA na secretaria executiva do *Agroforum Bahia* - colegiado idealizado e criado por este Serviço, com participação de 33 instituições parceiras, sendo 6 privadas e 27 públicas e autárquicas, para discussão e desenvolvimento do agronegócio no Estado resultou, em 2009, na geração de duas propostas encaminhadas às autoridades competentes, contendo proposições de resolução dos gargalos históricos do agronegócio no Estado; também a realização de dois seminários sobre parcerias institucionais, onde foram beneficiados 120 municípios com orientações sobre o Sistema de Convênios do Governo Federal, sobre as prestações de contas e elaboração de planos de trabalho.
- f) Na área de vigilância agropecuária, destaca-se a intensificação das fiscalizações de embalagens e suportes de madeira na importação de produtos de qualquer natureza, na Unidade do Porto de Salvador, com a instalação de escritórios nos Terminais Alfandegados TECON, INTERMARITIMA, EADI EMPÓRIO e EADI SALVADOR.

Para 2010, dentre as diversas atividades que terão que ser executadas, a SFA/BA dará prioridade a ampliação das ações de fiscalização, privilegiando as mais impactantes para o agronegócio e para a sociedade baiana, brasileira e até mesmo para a sociedade internacional que demandam os seus serviços e produtos.

Reforçará a defesa sanitária e fitossanitária, promovendo treinamento sobre o convênio da Secretaria de Defesa Agropecuária, para todos os fiscais responsáveis técnicos que acompanham os programas nacionais sanitários e fitossanitários no Estado, qualificando mais ainda a fiscalização das ações da ADAB.

Pretende ampliar também as ações de política e desenvolvimento agropecuário, a exemplo: da concretização da Indicação Geográfica - IG da cachaça de Abaíra e do início da IG dos cafés finos da Região de Vitória da Conquista; e da intensificação das atividades de apoio e de fiscalização da produção de produtos orgânicos.

A SFA/BA espera ainda assegurar a apropriação e a uniformização do conhecimento de todos os servidores sobre a gestão estratégica e o mapa estratégico, difundindo os fundamentos da missão e visão de futuro do MAPA, através tanto do Ciclo de Palestras Gerenciais, oferecidas pelo Ministério, que serão disponibilizadas através de videoconferência, como através de seminários que serão executados pela SFA-BA em sua sede e em algumas unidades descentralizadas. Este nivelamento sobre o processo da gestão estratégica, facilitará a compreensão das metas e objetivos a serem atingidos, facilitando e motivando o cumprimento das tarefas que cabem a cada servidor e que devem ser por ele executadas.

Finalmente, com este relatório, a SFA/BA pretende prestar contas à sociedade, dos resultados obtidos através dos recursos financeiros alocados no ano de 2009 e espera estar contribuindo para a geração de informações necessárias aos debates sobre a promoção da melhoria da qualidade da ação pública.

Maria Delian Gomes dos Santos Sodré
Superintendente Federal

1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURIDISCIONADA

Quadro 1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia			
Denominação abreviada: SFA – BA			
Código SIORG: 2788	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: UG: 130029	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Cód. 101-5 Poder Executivo Federal - Administração Direta			
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das questões econômicas na agricultura: federal, estadual e municipal		Código CNAE: 8413-2/00	
Telefones/Fax de contato:	(71) 3444-7436/7437	(71) 3444-7440	
Endereço eletrônico: gab-ba@agricultura.gov.br			
Página da Internet: http:// www.agricultura.gov.br .			
Endereço Postal: Largo dos Aflitos, S/N, Ed. Ceres, Centro, Salvador-BA. CEP. 40.060-030			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Instituída pelo Decreto no 5.351 de 21/01/2005, publicado no D.O.U. de 24 de janeiro de 2005			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Atribuições regimentais – Das Competências: Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial MAPA nº 300 de 16 de junho de 2005, publicada no DOU de 20 de junho de 2005.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Todos os manuais e publicações relacionadas às atividades da SFA/BA são elaborados, deliberados e divulgados pelos órgãos centrais (Secretarias e Departamentos) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
130029	Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

2. OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS E/OU PROGRAMÁTICAS

2.1. Responsabilidades institucionais da Unidade (Competência e Objetivos Estratégicos)

A Superintendência Federal de Agricultura na Bahia – SFA/BA desempenha suas atribuições no Estado, em consonância com as diretrizes, objetivos estratégicos e todo o aparato legal que modula a ação do órgão central - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

Cabe a ela, como unidade descentralizada, a implementação da missão do MAPA de **“Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira”**.

Tem a responsabilidade de contribuir para o alcance da visão de futuro do MAPA: **“Ser reconhecido, até 2015, pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”**. E também para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério, objetivos esses constantes no Plano Plurianual do Governo Federal 2008-2011: **a) Aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos; b) impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio; c) ampliar a participação da agroenergia na matriz energética; e d) garantir a segurança alimentar.**

Para o alcance desses objetivos, cumpre um importante papel no âmbito do agronegócio baiano, exercendo um rigoroso trabalho para assegurar a qualidade e a sanidade dos produtos de origem animal e vegetal; a vigilância e o controle do trânsito internacional e interestadual; a inspeção de produtos de origem animal e de origem vegetal; as atividades de combate, erradicação e a prevenção de doenças dos animais e pragas vegetais. Executa também outras atividades relacionadas à promoção da exportação, à promoção da infra-estrutura rural, ao controle da mecanização e aviação agrícola e modernização dos sistemas de produção de sementes, ao desenvolvimento da produção de alimentos orgânicos e do sistema de produção integrada e certificada.

Sob a responsabilidade da SFA/Ba, está o controle, por meio da fiscalização e inspeção agropecuária federal, do Porto de Salvador - segundo ponto de exportação de frutas do Brasil e o maior em movimentação de *contêineres* do Norte e Nordeste, do Porto de Aratu (que dispõe de pátio para graneis sólidos com 475 mil toneladas de capacidade estática, terminais privados para a importação de fertilizantes, além do Terminal Portuário de Cotegipe por onde são processadas as importações de trigo e exportações de soja) e do Porto de Ilhéus (no rol de produtos que integram sua demanda potencial, destacam-se; grãos, fertilizantes e biocombustíveis).

Todo o trânsito internacional (entrada e saída) de produtos de origem animal, vegetal e seus subprodutos, no Aeroporto Luis Eduardo Magalhães - quinto do Brasil no *ranking* de movimentação de passageiros, está sob sua inspeção.

A atuação da Superintendência é de importância ímpar haja vista o agronegócio baiano ocupar a sétima posição no *ranking* nacional de exportações e ser responsável por cerca de 40% das vendas externas estaduais e 50% das nordestinas. Ressalte-se que os complexos

agroindustriais de papel e celulose, soja e cacau representaram 28,67% do total das exportações estaduais. (MDIC, 2009). O Estado da Bahia é o maior produtor agrícola do Norte e Nordeste do País, se destacando em nível Nacional na produção de diversas culturas, a exemplo do cacau, laranja, manga, uva, algodão, soja. O Estado conta também com um parque industrial de insumos muito diversificado e amplo, sendo o maior do Norte e Nordeste e um dos maiores do País.

Diante dessa realidade, a inserção da Superintendência é consolidada pela participação e contribuições dos Serviços que contemplam as atividades finalísticas e administrativas, coordenadas por 2 (duas) Divisões, Técnica e Administrativa, conforme detalhamento a seguir:

A Portaria 300 de 16/06/2005 estabeleceu a estrutura da Divisão Técnica (DT/SFA-BA) que, com suas unidades centrais e descentralizadas, é responsável pelo desenvolvimento dos Programas do Governo Federal, com as ações finalísticas previstas no Plano Plurianual (PPA), e pela coordenação e supervisão dos macroprocessos de fiscalização, inspeção e defesa da agropecuária, além das ações de política e desenvolvimento agropecuários, executados pelas seguintes unidades: Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG); Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG); Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA); Serviço Política e Desenvolvimento Agropecuário (SEPDAG) e Serviço de Gestão da Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO).

a) O Serviço de Fiscalização Agropecuária (SEFAG) atua no registro e fiscalização de estabelecimentos produtores de insumos agropecuários e seus respectivos produtos que abrangem todos os segmentos da cadeia do agronegócio. Desta forma, a produção de fertilizantes, corretivos e inoculantes, agrotóxicos e afins, a fiscalização de organismos geneticamente modificados, comércio internacional de sementes e mudas, alimentos destinados a alimentação animal, materiais de multiplicação animal e vegetal e empresas prestadoras de serviços agrícolas e pecuários, são controlados pelo SEFAG.

b) O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG) atua em três áreas principais: Inspeção de Produtos de Origem Animal, Inspeção e Fiscalização de Bebidas e Vinagres, e Fiscalização da Qualidade Vegetal.

A Área de Inspeção de Produtos de Origem Animal é responsável pelo trabalho de Inspeção Higiênico-Sanitária e Tecnológica de produtos como carne, leite, mel, ovos, pescado e derivados produzidos, manipulados ou armazenados no Estado da Bahia, que se destinam à comercialização interestadual e internacional. É responsável também pela análise prévia para o registro de novos estabelecimentos e pela aprovação de rótulos de produtos.

A área de Inspeção e Fiscalização de Bebidas e Vinagres atua no registro, inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores, importadores e exportadores de bebidas e vinagres no Estado da Bahia e seus respectivos produtos.

A Qualidade Vegetal promove a fiscalização da classificação dos produtos de origem vegetal quando o produto for destinado diretamente ao consumo humano, nas importações e nas compras do Poder Público. A fiscalização da classificação vegetal tem por finalidade garantir o cumprimento dos dispositivos legais, coibindo a comercialização dos produtos que estejam em desacordo com as normas de identidade e os padrões de qualidade.

c) O Serviço de Sanidade Agropecuária (SEDESA) tem como objetivo programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades zoossanitária e fitossanitária que envolvem ações de vigilância, prevenção, controle e profilaxia das doenças dos animais e das pragas dos vegetais

Tem como parceiro importante na execução de suas atividades a Agência de Defesa Agropecuária (ADAB), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado da Bahia, que é o órgão executor de defesa agropecuária no Estado. Ao SEDESA cabe a incumbência de supervisionar as ações desenvolvidas pela Agência, quer sob a forma de parcerias estabelecidas (convênio SDA/MAPA) ou ainda com base no Sistema Unificado de Saúde Animal e Sanidade Vegetal - SUASA.

d) O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – (SEPDAG), criado em 2005, é responsável pela Promoção, Orientação e Acompanhamento da Execução de Atividades Relativas ao Desenvolvimento Rural e às Políticas de Crédito e Investimentos Públicos. No âmbito da produção agropecuária orgânica, está se estruturando para promover o acompanhamento da produção por meio de articulação inter-institucional, e na formulação e acompanhamento de políticas públicas e fomento.

e) O Serviço de Vigilância Agropecuária (VIGIAGRO), executada com base na legislação que dá competência legal às demais unidades operacionais da SFA e no Manual do VIGIAGRO (IN 36/06) para o atendimento ao comércio internacional. Assim, a atuação desse Serviço fundamenta-se na legislação de: defesa e inspeção animal e vegetal; na fiscalização do trânsito internacional de insumos agropecuários. Essa legislação contempla também os acordos internacionais, como Mercosul e CIPF (Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária), dentre outros.

A Divisão de Apoio Administrativo – DAD, por sua natureza intrínseca, qual seja, oferecer suporte ao desempenho institucional, é regida por uma série de requisitos e normas de conduta em estreita consonância com os subsistemas e coordenações gerais abrigadas naquele órgão da Secretaria Executiva do MAPA. Compete à DAD promover e coordenar a execução das atividades de administração geral e processamento da execução orçamentária e financeira dos recursos alocados. Em outras palavras, a DAD tem a responsabilidade de prover os meios necessários à implementação e gestão dos programas finalísticos da SFA-BA. Para isso dispõe na sua estrutura do Serviço de Execução Orçamentária e Financeira, Seção de Recursos Humanos, Seção de Tecnologia da Informação, Seção de Atividades Gerais, Setor de Material e Patrimônio, Setor de Transporte e Setor de Protocolo.

Além dessas competências, a SFA/BA exerce, de forma permanente, inter-relacionamento com os órgãos estaduais, municipais e entidades ligadas à agropecuária baiana, com vistas a garantir a perfeita integração e cooperação, além de uma política integrada de atuação para o tratamento das atividades fins, objetivando apoiar e garantir melhores condições ao produtor rural e a sociedade como um todo.

2.2. Estratégia de atuação

2.2.1. Análise do mapa/plano estratégico da unidade

Na atual década, o boom do agronegócio consolidou o Brasil como o grande celeiro do mundo, maior exportador mundial de uma série de *commodities* (carnes bovinas e de aves, soja, café, algodão, milho). Este novo cenário estimulou o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA a promover o aperfeiçoamento de sua gestão operacional, necessário para se amoldar à nova dinâmica do agronegócio brasileiro. Assim, em 2006, deu-se início à implantação do processo de gestão estratégica, visando garantir a sua estruturação para dar respostas às demandas (de curto, médio e longo prazo) dos seus diversos públicos de interesse e da sociedade em geral. Foi elaborado um documento, denominado Plano Estratégico, atualizado recentemente com dados até 2009, que serve de orientação para todos os seus órgãos específicos singulares como para todas as suas Unidades Descentralizadas e Entidades Vinculadas, de forma a permitir que todos os seus servidores disponham de uma ferramenta de gestão ajustada à nova realidade.

O plano estratégico do MAPA define a missão e visão de futuro do órgão, respectivamente, “promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira” e “ser reconhecido, até 2015, pela qualidade e agilidade na implementação de políticas e na prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável do agronegócio”. Estas definições passam a ser, concretamente, condutoras e balizadoras de todas as ações, norteando no próprio planejamento das atividades da Superintendência, na programação das atividades sempre direcionadas ao atingimento dos objetivos maiores do MAPA.

A estratégia do Ministério foi sintetizada em um Mapa Estratégico que é uma representação gráfica do conjunto de desafios, ou Objetivos Estratégicos, relacionados de forma causal, que terão de ser alcançados para a consecução da Visão de Futuro e o cumprimento da Missão. Tais objetivos estratégicos foram distribuídos horizontalmente em perspectivas de análise, cada uma delas focando os desafios do Ministério a partir de determinado ângulo, embora sempre mantendo a relação de causalidade com as outras. As perspectivas de análise são:

I) Perspectiva da Sociedade, que contém os Objetivos Estratégicos, retratando o que o Mapa pretende atingir mediante o olhar do Poder Executivo e da sociedade como um todo. Esses objetivos são os mesmos constantes no Plano Plurianual do Governo Federal 2008-2011: a) Aumentar a produção de produtos agropecuários não alimentares e não energéticos; b) impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio; c) ampliar a participação da agroenergia na matriz energética; e d) garantir a segurança alimentar.

II) Perspectiva do Agronegócio e Parceiros, com o conjunto de Objetivos Estratégicos a serem atingidos pelo Mapa para ter o reconhecimento dos parceiros (dos Três Poderes e entidades internacionais) e do agronegócio brasileiro (tanto os agentes como os representantes): a) Ser agente de fortalecimento e harmonização do agronegócio; b) Ser excelente na implementação de políticas e na prestação de serviços para o agronegócio; e c) Ser referência em informações estratégicas para o agronegócio.

III) Perspectiva de Processos Internos, agrupando os Objetivos Estratégicos que a instituição terá de alcançar para atender a cada um dos atributos de valor retratados na perspectiva anterior. Foca os desafios relativos aos processos da organização em que terá de ter excelência para garantir a

satisfação dos públicos de interesse e, conseqüentemente, seu reconhecimento: a) Aprofundar o conhecimento sobre o agronegócio; b) Ampliar a oferta de estudos de prospecção e avaliação; c) Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio; d) Fortalecer o processo de gestão estratégica no MAPA; e) Melhorar continuamente a infra-estrutura e os processos de trabalho; f) Ter eficiência e transparência na execução orçamentária e financeira; g) Garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos; h) Estimular a agregação de valor na produção agropecuária; i) Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias; i) Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio; j) Aprimorar a articulação do agronegócio e sua participação nas ações do MAPA; l) Promover o agronegócio e a imagem do MAPA; m) Promover a organização e a integração das cadeias produtivas.

IV) Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento, que congrega os Objetivos Estratégicos focando o desenvolvimento das pessoas, a estruturação da instituição, assim como suas tecnologias que servem de base à execução dos processos organizacionais: a) Valorizar e motivar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipes interdisciplinares; b) Desenvolver cultura orientada a resultados; c) Desenvolver comunicação interna ágil e eficaz; d) Desenvolver e reter competências do corpo funcional; e) melhorar a gestão da informação e do conhecimento.

Enquanto as perspectivas de Sociedade e do Agronegócio e Parceiros trazem os pontos de vista de públicos de interesse externos, as perspectivas de Processos Internos e de Pessoas, Aprendizado e Crescimento trazem os pontos de vista de dentro da organização, de como ela terá de se organizar para atendê-los de forma satisfatória, criando, dessa forma, uma visão equilibrada entre o que se demanda do Ministério e os meios e as condições para suprir tais demandas.

Os Objetivos Estratégicos foram ainda agrupados verticalmente por temas estratégicos, que são os pilares da estratégia do Mapa. Cada tema reúne os objetivos ligados com setas, evidenciando as relações de causa e efeito entre eles e perpassando todas as perspectivas. Podem ser citados os seguintes temas: Informação, Produtos e Serviços, Articulação e Promoção e Excelência Administrativa.

Ao longo dos anos de execução do Plano Estratégico, importantes resultados foram alcançados, gerando mudanças na instituição como um todo. O monitoramento e avaliação das ações e objetivos estão sob a coordenação da Assessoria de Gestão Estratégica do MAPA.

O desdobramento do mapa estratégico está sendo feito gradativamente nas Superintendências Federais de Agricultura através de treinamentos e oficinas (de forma a ser apropriado por seus servidores), bem como de distribuição de cartilhas, folders, vídeo institucional, calendários, etc.

O processo na SFA/BA ainda está em fase inicial mas já existe entre os gestores médios a concepção da importância de viabilizar as ações propostas no mapa estratégico para que o Ministério atinja seu objetivo maior. Assim, em 2010, uma das prioridades da Superintendência é fazer o acompanhamento das tarefas que lhe cabem e que devem ser executadas nesse processo, uma vez que em 2009, passou por uma reforma geral em suas instalações físicas, o que prejudicou a realização de reuniões, importantes para promoção da harmonização e da apropriação do conhecimento sobre o Mapa Estratégico por todos os servidores.

2.2.2. Plano de ação do exercício de 2009

As estratégias de atuação foram delineadas sob a liderança do chefe da Divisão Técnica por ser o condutor do processo de execução das ações orçamentárias e dos programas do MAPA na Superintendência e por estar, sob sua responsabilidade, as unidades encarregadas da execução da série de macro processos inerentes às atividades e ações (orçamentárias e não orçamentárias) de inspeção, defesa, vigilância internacional, classificação e fiscalização agropecuárias, política e desenvolvimento agropecuário, apoio às atividades de melhoria da infra-estrutura, cooperativismo e associativismo rural.

Nos últimos anos, a Divisão Técnica, em consonância com a Alta Administração da SFA, vem adotando um modelo de gestão, baseado no monitoramento dos processos da Instituição, com uniformização de procedimentos de planejamento, acompanhamento e avaliação para todos os Serviços. Isto tem proporcionado a SFA-BA a obtenção de resultados expressivos, demonstrados pelos Indicadores de Desempenho Operacionais das ações finalísticas.

No ano de 2009, os gestores da SFA/Ba se empenharam para o aprimoramento cada vez maior desses processos, necessários para execução de suas atividades. A estratégia fundamental consistiu no planejamento e padronização dos procedimentos e ações que visam dar cumprimento ao PPA, orientados pela Divisão Técnica, com supervisão da Secretaria de Defesa Agropecuária. A quase totalidade das ações foi executada diretamente pelas diferentes Unidades Gerenciais e outras, executadas indiretamente, pelo Órgão de Defesa Agropecuária do Estado. Houve uma programação de reuniões mensais envolvendo todos os chefes, com o intuito de discutir, avaliar e ajustar as metas das atividades em execução, resultando em correção de rumos quando detectados desvios e inadequações. Com este propósito também, no final do primeiro semestre de 2009, a Divisão Técnica solicitou levantamento do desempenho dos Programas desenvolvidos por todos os Serviços Técnicos, medida esta que possibilitou a todos os chefes de Serviço visualizarem melhor o andamento das atividades programadas e tomarem decisões táticas que resultaram na recuperação do desempenho individual de cada ação, com efeitos extremamente positivos no resultado geral.

A SFA/BA priorizou a questão da capacitação técnica, com o apoio da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas - CGDP do Ministério da Agricultura, por entender a sua importância no aperfeiçoamento contínuo dos serviços oferecidos e, por conseqüência, avanços em seu desempenho. Em 2009, 85 eventos (cursos, reuniões técnicas, encontros, congressos, seminários, auditorias) foram propiciados pela SFA/BA/MAPA, beneficiando 133 servidores da SFA/Ba. Além disso, os servidores foram intensamente demandados para participação em reuniões, auditorias e execução de atividades por diversos Departamentos da Secretaria de Defesa Agropecuária/MAPA.

Embora parte das ações desenvolvidas pelos diversos Serviços Técnicos da Superintendência seja programada diretamente por alguns departamentos do Ministério, a maioria ainda é definida nesta SFA, porém limitada ao orçamento anual definido por cada Secretaria do MAPA, seus departamentos e coordenações, ou seja, ainda tem-se limitações impostas pelo órgão central de ordem financeira, que devem se somar as de ordem estruturais (carência de recursos humanos e de equipamentos). Mesmo assim, com as limitações expostas acima, e obedientes ao PPA e ao plano estratégico do MAPA, buscou-se programar as atividades finalísticas atendendo

as demandas mais importantes e prioritárias do agronegócio e da sociedade, focados no fortalecimento e reconhecimento do protagonismo que o MAPA exerce nos resultados positivos do setor.

É por isso que o SEFAG – Serviço de Fiscalização Agropecuária, atuou fortemente na garantia da conformidade dos insumos agropecuários (sementes, mudas, fertilizantes, inoculantes, aditivos, agrotóxicos, ração, produtos veterinários, material de multiplicação animal), tão importante para o acesso do produtor a insumos com qualidade assegurada, minimizando os riscos inerentes à atividade agropecuária, visando garantir a produção e a produtividade. Destaca-se a forte fiscalização dos procedimentos industriais dos produtores de fertilizantes, de fiscalização dos produtores de sementes e mudas e de ração animal, exercidas por esse Serviço durante o ano de 2009.

Já o SIPAG – Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários, atuou buscando atender as determinações prioritárias do DIPOA – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal e DIPOV – Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, na fiscalização de resíduos em alimentos, na inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal, na fiscalização de bebidas, na classificação vegetal, visando garantir a conformidade dos produtos. Destaca-se nesse Serviço a ampliação da fiscalização e inspeção de mel e derivados, pelo crescimento do parque industrial de mel, e o Programa Nacional de Controle de Resíduos.

O SEDESA – Serviço de Sanidade Agropecuária, fiscaliza as ações e atividades delegáveis, inerentes à defesa da sanidade agropecuária, executadas pela ADAB – Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia, em seus diversos programas nacionais sanitários e fitossanitários, além de fiscalizar a regularidade dos planos de trabalho dos Convênios celebrados entre a SDA/MAPA e o Governo do Estado da Bahia, através da ADAB/SEAGRI. Ressalta-se os resultados obtidos, não apenas na manutenção do atual status sanitário e fitossanitário do Estado, mas especificamente a aprovação pelo SEDESA e DSA/SDA da redução das dimensões da Zona Tampão (zona que separa o Estado da Bahia que tem status sanitário de livre de Febre Aftosa com vacinação, dos Estados do Piauí, Pernambuco e Alagoas que têm status de médio risco), o que significa dizer que parte da área dessa zona passa a integrar a zona livre, ampliando o rebanho livre da Bahia. São dignos de registro os avanços obtidos no Programa Nacional de Controle da Brucelose e Tuberculose, com a certificação de propriedades livres dessas doenças, e a intensificação dos trabalhos de fiscalização de pomares e tratamento hidrotérmico de mangas e da fiscalização de uva e mamão, possibilitando o aumento das exportações de frutas do Estado.

As peculiaridades das ações empreendidas pelo SEPDAG voltadas à promoção do desenvolvimento rural, ao estímulo às boas práticas agrícolas, ao uso responsável dos recursos naturais, à expansão e fiscalização do crédito e dos investimentos públicos no meio rural, exigem para o êxito de seu trabalho, o estabelecimento de parcerias, notadamente com os produtores rurais através de suas entidades associativas, com as universidades, os poderes públicos, estadual e municipal, enfim com os diversos segmentos que compõem e dão vida ao agronegócio. Essa exigência, que parte da premissa da necessidade da ação conjunta como meio de alcançar profícuos resultados, tem sido atendida plenamente, e nesse particular é que ressaltam-se as atividades, no exercício 2009, do AGROFÓRUM BAHIA, cuja secretaria executiva é de competência deste Serviço. Fórum este em que as parcerias construídas constituem a própria razão de ser desse que pretende ser um espaço democrático para a discussão e desenvolvimento do agronegócio do Estado da Bahia.

O VIGIAGRO promoveu a intensificação da fiscalização das importações e exportações de animais e vegetais, seus materiais de multiplicação, produtos e subprodutos agropecuários, insumos agropecuários em geral, embalagens de madeira, em nível de portos e aeroportos, ampliando as atividades de todas as UVAGRO – Unidades de Vigilância Agropecuária. Destacando-se a fiscalização de embalagens de madeira, que objetiva evitar a entrada no país de pragas exóticas, principalmente o besouro chinês, cuja introdução traria prejuízos incalculáveis a Bahia e ao Brasil.

As atividades de todos os Serviços Técnicos retro e supracitados são ampliadas com o apoio das equipes técnicas lotadas nas unidades descentralizadas, que são denominadas UTRA – Unidade Técnica Regional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, localizadas em Vitória da Conquista, Itabuna, Barreiras, Eunápolis e Teixeira de Freitas, que permitem uma ação mais capilarizada e ágil, estando aptas a atuarem em todos os programas finalísticos desta SFA. Uma boa parte da execução das atividades programadas deve ser atribuída a essas unidades, que contribui favoravelmente para o atingimento e até ultrapassagem das metas. No final de 2009, foram encaminhados todos os processos de oficialização das unidades descentralizadas, que estão em tramitação nas Secretarias Executiva e de Defesa Agropecuária do MAPA.

Convém salientar também que em 2009 houve aquisição de 18 veículos para uso nas atividades técnicas e administrativas, o que certamente irá refletir numa maior execução das atividades programadas em 2010.

2.3. Programas e Ações sob Responsabilidade da Unidade

2.3.1. Relação dos Programas

Em 2009, a SFA-BA desenvolveu 29 ações relacionadas a 7 (sete) programas finalísticos e 1 (um) administrativo, de um total de 23 programas que o Ministério da Agricultura atua como órgão executor/colaborador, constantes no PPA 2008-2011. Os programas executados foram:

2.3.1.1. Programa 0357 - Segurança da Sanidade na Agropecuária

Quadro 2. Dados gerais do Programa Segurança da Sanidade na Agropecuária

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar
Objetivos Específicos	Minimizar o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitossanitários dos mercados internos e externos.
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Indicadores utilizados para avaliação do programa	Área Declarada Livre de Febre Aftosa com Vacinação Área Declarada Livre de Febre Aftosa sem Vacinação Incidência da Praga "Cydia Pomonella" Incidência da Praga "Mosca da Carambola" Número de Estabelecimentos Certificados como Livre ou Monitorado para Brucelose e Tuberculose Bovina e Bubalina Número de Ocorrência da Peste Suína Clássica Número de Ocorrência de Caso da Doença da Vaca Louca Número de Ocorrências de Raiva Bovina Plantéis Avícolas Certificados pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola Taxa de Conformidade no Controle de Fronteira Taxa de Incidência da Doença "Cancro Cítrico"
Público-alvo	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

A execução desse programa está sendo conduzida no Estado da Bahia pelos Serviços de Defesa Agropecuária – SEDESA e de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO.

A importância da execução deste programa é manter o Estado da Bahia livre de doenças e pragas, muitas consideradas exóticas, garantindo assim a efetiva qualidade da produção agropecuária do Estado e incrementando a exportação, assegurando novos mercados e gerando emprego e renda.

O Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA desenvolve ações de vigilância, prevenção, controle e profilaxia das doenças dos animais e das pragas dos vegetais. Tem como parceiro importante na execução de suas atividades a Agência de Defesa Agropecuária (ADAB), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado da Bahia, que é o Órgão executor de defesa agropecuária no Estado. Ao SEDESA, cabe a incumbência de supervisionar as ações desenvolvidas pela Agência, quer sob a forma de parcerias estabelecidas ou ainda com base no Sistema Unificado de Saúde Animal e Sanidade Vegetal (SUASA).

Na área animal, o SEDESA, teve como meta principal, entre outras, manter a Bahia livre da Febre Aftosa com Vacinação, por tratar-se de uma doença animal em que a sua ocorrência provocaria reflexos negativos na economia Estadual e Nacional. O controle e a erradicação das outras doenças dos animais que representam risco para a economia do Estado e para a saúde humana, também são objetos das atividades prioritárias desse Serviço.

Devido ao avanço na parceria entre o SEDESA e a Agência Estadual de Defesa Agropecuária na Bahia - ADAB, nas áreas de **defesa sanitária animal e vegetal**, foram realizadas sete auditorias além de ações metodológicas, que possibilitaram a identificação das inconformidades que impactavam no cumprimento da legislação e das metas estabelecidas para os programas de saúde animal.

Essas ações culminaram positivamente para evolução dos diversos segmentos dos programas de saúde animal, a exemplo da recuperação das ações de vigilância da Zona Tampão de Juazeiro e Barreiras, áreas consideradas de alto risco para febre aftosa e com um sistema de vigilância funcionando em condições precárias.

Na área vegetal, o SEDESA tem como objetivo maior a segurança na qualidade dos produtos agrícolas de origem vegetal produzidos, importados e exportados pelo Brasil. Para garantir a efetiva qualidade destes produtos, incrementar a exportação, assegurando novos mercados e gerando emprego e renda, protegendo as fronteiras agrícolas contra pragas exóticas, o SEDESA apóia-se na legislação vigente, principalmente no RDSV – lei 24114 de 12/04/1934 no planejamento e implementação das ações na área de controle fitossanitário.

Com uma equipe de 13 fiscais federais agropecuários (6 na área animal e 7 na área vegetal), 2 agentes de atividades agropecuárias, 1 agente administrativo e 2 estagiários, o SEDESA realizou, durante o exercício de 2009, atividades de defesa sanitária animal e vegetal referentes a 5 ações do Programa em análise.

No tocante a difusão e transferência de tecnologia, a equipe da área animal do SEDESA promoveu 112 ações durante o ano (reuniões técnicas, palestras, cursos ministrados e organização de eventos) e participou de 17 eventos de capacitação técnica como cursos, reuniões, palestras e seminários. Já a equipe da área vegetal participou de 15 eventos de difusão de tecnologia (cursos, reuniões e encontros) durante o ano de 2008.

Para a execução das 5 ações sob sua responsabilidade, o SEDESA fez uma programação de R\$ 859.274,70, dos quais recebeu 98,86%, correspondendo a R\$ 849.492,75.

No âmbito do VIGIAGRO, as ações desenvolvidas nos Portos de Salvador, Aratú e Ilhéus, nos Aeroportos de Salvador e Porto Seguro, e Aduana Especial de Juazeiro, tem o objetivo de impedir a entrada e disseminação de pragas vegetais e de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos vegetais e animais, no trânsito internacional e certificar a fitozoossanidade dos produtos nacionais na exportação.

A equipe técnica do VIGIAGRO, composta por 36 fiscais federais agropecuários, 12 agentes de atividades agropecuárias, 10 agentes administrativos e 7 estagiários, executou, no

ano de 2009, atividades de 2 Ações/PI's (FISCPLANTA e FISCANIMAL) componentes do programa em análise. No tocante a ações de capacitação técnica, 13 servidores participaram de 7 eventos (cursos, encontros nacionais e reuniões técnicas), visando o aprimoramento dos serviços oferecidos.

Para a execução das 2 ações, o VIGIAGRO fez uma programação financeira de R\$ 122.311,19 no ano de 2009, aplicados integralmente. Cerca de 50% dos recursos destinados ao VIGIAGRO em 2009, foram direcionados para a aquisição de mobiliário e equipamentos de informática, que serão utilizados na nova sede a ser instalada em área cedida pela CODEBA, e os outros 50% para o funcionamento das Unidades.

2.3.1.2. Programa 356 - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Quadro 3. Dados gerais do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Garantir a segurança alimentar
Objetivos Específicos	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Maçao Tadano
Indicadores utilizados para avaliação do programa	. Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal e Vegetal . Índice de Qualificação da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários . Número de estabelecimentos com sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC) . Número de estabelecimentos de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário
Público-alvo	Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Este programa está sob a condução, no Estado da Bahia, do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG, e a importância de sua execução no Estado deve-se a necessidade de garantir a qualidade e inocuidade dos produtos disponíveis ao consumidor baiano, a redução de gastos públicos com o setor de saúde, a credibilidade perante o Mercado Internacional proveniente de uma boa fiscalização e o incremento de entrada de divisas em função das exportações do Agronegócio Brasileiro. Ademais, acrescente-se a qualidade dos vários produtos de origens animal, vegetal e insumos em crescente ritmo de avanço na balança comercial brasileira.

Das 5 (cinco) ações desse Programa executadas no Estado em 2009, uma está sob responsabilidade do Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG e as demais são desenvolvidas pelo SIPAG através de uma equipe composta por 36 fiscais federais agropecuários, 27 agentes de inspeção, 6 agentes de atividades agropecuários, 3 agentes administrativos e 2 estagiários.

Para o bom desempenho das atividades, o SIPAG proporcionou a seus servidores, a participação em 23 cursos, 2 seminários, 11 reuniões e 26 câmaras técnicas, além de 17 participações em comissões internas.

O SIPAG recebeu, para o desenvolvimento das 4 ações do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas no ano de 2009, recursos da ordem de R\$ 364.205,46, equivalente a 62,50% do que foi programado (R\$ 582.703,34). Já o SEFAG para a execução da ação Fiscalização das Atividades com organismo Geneticamente Modificado (4745) – FISCORGEN do programa em análise recebeu o valor de R\$ 22.216,61.

2.3.1.3. Programa 375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Quadro 4. Dados gerais do Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Objetivos Específicos	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores
Gerente do programa	Inácio Afonso Kroetz
Gerente executivo	Maria Angélica Ribeiro de Oliveira
Indicadores utilizados para avaliação do programa	. Taxa de conformidade de corretivos agrícolas . Taxa de conformidade de fertilizantes Minerais . Taxa de conformidade de inoculantes . Taxa de irregularidade de defensivos agrícolas
Público-alvo	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazenadores de insumos agropecuários.

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

O Programa **Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários** está sendo executado pelo Serviço de Fiscalização de Produtos Agropecuários – SEFAG e a importância de sua execução é explicada pela garantia da oferta de insumos agropecuários de qualidade superior, proporcionado pela ação fiscalizatória, além de proporcionar ao agronegócio baiano condições de competição com mercados cada vez mais globalizados e competitivos.

Com uma equipe técnica composta por 20 fiscais federais agropecuários, 3 agentes administrativos e 3 estagiários, o SEFAG realizou atividades inseridas nas 7 ações do Programa em análise e 1 ação intitulada Fiscalização das Atividades com organismo Geneticamente Modificado – FISCORGEN do Programa Segurança da Sanidade na Agropecuária cujos dados estão ali incluídos.

Para um melhor desempenho, todos os fiscais tiveram oportunidade em 2009 de participar de eventos como treinamentos em serviço, reuniões técnicas em áreas específicas de trabalho, etc. Destaca-se neste item o curso de Relatoria de Processo Administrativo, onde foram capacitados 14 Fiscais Federais Agropecuários da SEDE e das UTRA's.

Para a execução das ações deste Programa, o SEFAG estimou recursos no valor total de R\$ 998.870,90, sendo disponibilizado R\$ 646.262,96 (64,69%).

2.3.1.4. Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Quadro 5. Dados Gerais do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio
Objetivos Específicos	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação do valor à produção e a busca de sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias
Gerente do programa	Marcio Antonio Portocarrero
Gerente executivo	Helinton José Rocha
Indicadores utilizados para avaliação do programa	Número de Tecnologias Protegidas no Âmbito do Agronegócio Nacional Taxa de Participação das Exportações Brasileiras no Mercado Mundial de Frutas Taxa de Participação de Associados de Associações Rurais e Cooperativas na População Brasileira Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira Taxa de Utilização e Manejo Adequados do Solo
Público-alvo	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

A importância da execução deste programa deve-se ao fato do Estado da Bahia destacar-se como um dos principais produtores no agronegócio brasileiro, demonstrando um dinâmico processo de desenvolvimento por meio da substituição de atividades tradicionais, deslocamento da fronteira agrícola, melhor aproveitamento de áreas e redefinição de vocações agropecuárias nas regiões do Estado. Adicionalmente, a extensão territorial da Bahia, as condições edafoclimáticas e a tecnologia disponível contribuem para que a atividade tenha condições favoráveis de produção e expansão, tanto em utilização de áreas, quanto em produtividade.

Por outro lado, apesar de tais potencialidades, o agronegócio na Bahia ainda enfrenta entraves significativos ao seu desenvolvimento, podendo ser destacadas as deficiências em relação à infra-estrutura e logística, questões agrárias, ambientais, defesa agropecuária, entre outras. Nesse sentido, a criação de parcerias institucionais, tendo em vista as dificuldades enfrentadas e potencialidades existentes, revela-se como uma alternativa para a discussão, elaboração e implantação de ações que visem desenvolver sustentavelmente a atividade agropecuária no Estado da Bahia.

O referido programa está sendo executado pelo Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG, unidade gerencial da SFA/Ba com características diferenciadas dos demais Serviços, com missão estabelecida de promover, orientar e acompanhar a execução das atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos no Estado da Bahia.

Em 2009, o SEPDAG desenvolveu atividades de 4 ações relacionadas ao programa através de equipe composta por três fiscais federais agropecuários, 1 bioquímico e 1 agente de atividades agropecuárias. Contou também para a execução dessas ações com a colaboração de 15 técnicos de outros serviços da SFA/BA.

Vale informar que o SEPDAG registra um déficit de técnicos, face à demanda existente, ora deprimida, em virtude da extensa relação de competências impostas ao Serviço pela Portaria nº 300, de 16/06/2005. O Serviço dispõe de uma equipe de 04 fiscais federais agropecuários, 1 engenheiro agrônomo, 1 agente de atividades agropecuárias, 2 agentes administrativos e 2 estagiários.

No campo da difusão tecnológica, ferramenta de transferência ao campo das inovações, o SEPDAG atuou promovendo 11 eventos, efetuando 28 reuniões técnicas além de outras atividades com o mesmo objetivo, que se encontram registrados neste relatório.

Quanto à capacitação e aperfeiçoamento de servidores, uma atividade que se reverte em melhoria no atendimento à sociedade em seus requerimentos e suas demandas, o SEPDAG propiciou a participação de servidores do seu quadro (Cursos, Congressos, Seminários, Reuniões Técnicas).

Para a execução das ações desse programa, foram orçados recursos de R\$ 29.357,50 e disponibilizados pelo Ministério da Agricultura para o SEPDAG recursos da ordem de R\$ 14.455,50, utilizados integralmente.

2.3.1.5. Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Quadro 6. Dados gerais do Programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos
Objetivos Específicos	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infraestrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário
Gerente do programa	Marcio Antonio Portocarrero
Gerente executivo	Helinton José Rocha
Indicadores utilizados para avaliação do programa	Custo Médio do Transporte de Grãos Produção Agrícola e Derivados Transportados por Hidrovias no Território Nacional Volume de Produtos Agrícolas Exportados pelos Portos Brasileiros
Público - alvo	Produtores, agroindústrias e demais agentes da cadeia produtiva do agronegócio

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

A importância do Programa Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário para a Bahia se concentra em oferecer ferramentas que possam contribuir para o aumento da produção, da produtividade, viabilização do escoamento das safras e melhoria das condições de vida das populações rurais.

A Bahia é um estado com forte vocação agrícola e possui a maior população rural do país, entretanto o setor agropecuário baiano enfrenta dificuldades que interferem no crescimento do setor e comprometem a competitividade do agronegócio. Dentre os entraves, pode-se citar o baixo nível de organização dos produtores, comercialização fragmentada e problemas no escoamento da produção.

Desse programa, estão sendo executadas duas ações no Estado da Bahia, sob a responsabilidade do SEPDAG, através de uma equipe composta por 06 técnicos do Serviço e 06

de outros Serviços da Superintendência. Em 2009, de um orçamento previsto de R\$ 25.675,98, foi liberado pelo MAPA R\$ 240.140,81.

2.3.1.6. Programa 393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

Quadro 7. Dados Gerais do Programa de Propriedade Intelectual

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual
Objetivos Específicos	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do Sistema de Propriedade Intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social
Gerente do programa	Roberto Jaguaribe Gomes de Mattos
Gerente executivo	...
Indicadores utilizados para avaliação do programa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento do volume de depósito de patentes, invenções, prioridades BR; ▪ Crescimento do volume de modelo de utilidade; ▪ Prazo de análise de contratos e faturas de tecnologias; ▪ Prazo de concessão de patentes; ▪ Prazo de concessão de registro de desenho industrial; ▪ Prazo de concessão de registro de marcas.
Público - alvo	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Este programa é de grande importância para o desenvolvimento do país haja vista que através dos diferentes instrumentos de Propriedade Intelectual: proteção de cultivares, patentes, desenho industrial, modelo de utilidade, marcas, indicação geográfica de produtos agropecuários, softwares, etc. são disponibilizadas inovações tecnológicas e conseqüentemente alternativas para incremento de produtividade ao setor agropecuário, ampliando a oferta de produtos, reduzindo custos, valorizando o “saber-fazer” e culturais locais.

A indicação geográfica – IG, por sua vez, constitui uma forma especial de direito de propriedade intelectual, assim como, a patente e a marca. Ela visa, principalmente, distinguir a origem de um produto através da diferenciada qualidade, da fama obtida numa determinada área geográfica ou obtenção de um determinado produto singular; sendo também uma forma de agregar valor, excelência e credibilidade a um produto, incentivar o turismo rural na região e preservar culturais locais, conferindo-lhe um diferencial de mercado em função de suas características e de seu local de origem.

Nesse contexto, a importância desse instrumento de desenvolvimento para o Estado da Bahia, situa-se na diversidade histórico-cultural e edafoclimática. Aliado a esses fatores, a extensão territorial contribui para a existência de uma gama de produtos agropecuários potenciais para o registro de indicação geográfica.

A execução da ação deste programa – Fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários, foi feita por um técnico do SEPDA e colaboração de 2 técnicos de outros Serviços da SFA/Ba; embora em 2009 tenha sido feita uma previsão orçamentária para o

desenvolvimento dessa ação de R\$ 24.550,48, foram disponibilizados pelo MAPA 64,82%, ou seja, R\$ 15.914,52.

2.3.1.7. Programa 1426 – Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade

Quadro 8. Dados gerais do Programa Conservação e manejo sustentável da agrobiodiversidade

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo Geral	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais
Objetivos Específicos	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando à segurança alimentar, a geração de trabalho e renda e a retribuição por serviços ambientais
Gerente do programa	Maria Cecília Wey de Brito
Gerente executivo	Bráulio Ferreira de Souza Dias
Indicadores utilizados para avaliação do programa	Taxa de Participação dos Alimentos Orgânicos na Produção Agropecuária Brasileira
Público-alvo	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

A importância do desenvolvimento deste Programa no Estado da Bahia reside no fato de que, viabilizando a agricultura de pequena escala e fomentando práticas de multicultivo, inclusive com a criação de animais, os sistemas orgânicos trazem muitos benefícios ao estabelecimento do equilíbrio entre o solo, as plantas e os animais não somente pela substituição dos fertilizantes e pesticidas artificiais por insumos orgânicos, mas também por diminuir a utilização de insumos relacionados com os combustíveis fósseis, respeitando dessa forma a Agrobiodiversidade. Além disso, ajuda a promover a melhoria do acesso aos alimentos, estimulando o aumento da produtividade, a diversidade e a conservação ambiental e favorece o intercâmbio de conhecimentos entre os agricultores, o que também contribui para melhorar a situação sócio-cultural. Estes benefícios ajudam a reduzir a pobreza e a inverter a migração do meio rural.

A execução do programa está a cargo do Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDA, com equipe técnica composta por 4 técnicos, sendo 03 do próprio Serviço e 01 de outro Serviço da SFA/Ba. Em 2009, para a execução de uma ação deste programa, o SEPDA orçou R\$ 27.320,16, sendo liberado pelo MAPA, R\$ 28.457,78.

2.3.1.8. Programa 0760 - Apoio Administrativo

Quadro 9. Dados gerais do Programa Apoio Administrativo

Tipo de programa	Apoio às políticas e áreas especiais
Objetivo Geral	Não Definido
Objetivos Específicos	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão
Gerente do programa	...
Gerente executivo	...
Indicadores utilizados para	Índice de aplicabilidade dos recursos financeiros. Quanto à eficácia, são avaliadas

avaliação do programa	as metas físicas, cujo cumprimento é associado à pertinência da elaboração do mesmo para cobrir as necessidades e expectativa do setor.
Público-alvo	Governo.

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Este programa, sob gestão do Ministério do Planejamento, engloba ações de natureza tipicamente administrativa que, embora colaborem para a consecução dos programas finalísticos e demais programas, não tem suas despesas passíveis, no momento, de apropriação àqueles programas. Em outras palavras, constitui-se o principal centro de custo dos recursos administrados, onde são alocados todos as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas.

A Superintendência Federal da Bahia executa uma ação desse programa, através de sua Divisão de Apoio Administrativo – DAD que possui uma equipe composta por 41 pessoas, sendo 34 servidores, 2 da CONAB, e 5 estagiários.

Durante o exercício de 2009, 12 servidores participaram de 10 cursos nas áreas de Licitações e Afins, Gestão de Contratos e Serviços, Recursos Humanos, Gestão Orçamentária e Financeira e Gestão Administrativa.

2.3.2 Principais Ações dos Programas

2.3.2.1. Ações do Programa Segurança da Sanidade na Agropecuária

Quadro 10. Ações do Programa Segurança da Sanidade na Agropecuária

Ação	Sigla	Código
Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais	PCEANIMAL	8658
Erradicação da febre aftosa	FEBREAFTOS	4842
Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais, seus produtos e insumos	VIGIZOO	2139
Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais	PCEVEGETAL	8572
Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos	VIGIFITO	2134
Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos	FISCPLANTA	2180
Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos - FISCANIMAL	FISCANIMAL	2181

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

2.3.2.1.1. Ação 8658 – Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais – PCE-ANIMAL

Quadro 11. Dados Gerais da Ação PCEANIMAL –

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a segurança zoossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e

	erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes zoossanitárias para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistemas de informação zoossanitária; edição de ato normativo (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CGCD/DSA
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA
Responsável pela execução da ação a nível local	Argeu José Bruni Maciel de Lima

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 1. Metas e Resultados da ação – PCEANIMAL

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização das ações dos Programas de Sanidade, Prevenção, Controle e Erradicação das doenças dos animais, executadas pelas Unidades Veterinárias Locais – UVL's do Órgão Executor-ADAB por delegação de competência do MAPA	483	111.159,95	407	414.922,44
Programa Nacional de Sanidade Avícola – PNSA-Total de ações programadas / realizadas	33	-	25	-
Supervisão e acompanhamento das ações do PNSA delegadas ao Órgão Executor Estadual.	7	-	9	-
Fiscalização do cumprimento das metas do convênio MAPA/ADAB vigente	7	-	2	-
Reuniões técnicas para padronização de procedimentos e outras do PNSA.	5	-	4	-
Ações em Educação Sanitária	6	-	1	-
Vistoria em estabelecimentos avícolas para fins de registro	5	-	4	-
Capacitação de recursos humanos Exercício de gabinete e campo	1	-	3	-
Exercícios simulados de campo	2	-	2	-
Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros –PNCRH Total de ações Programadas / Realizadas	82	-	68	-
Fiscalização das ações delegadas ao Órgão Executor do Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros e prevenção da Encefalopatia Espongiforme nas UR	11	-	6	-
Fiscalização das ações delegadas ao Órgão Executor do Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros e prevenção da Encefalopatia Espongiforme nas UVL's	24	-	15	-
Fiscalização das ações delegadas ao Órgão Executor do Programa de Controle da Raiva dos Herbívoros e prevenção da Encefalopatia Espongiforme nas EAC's	14	-	15	-
Fiscalização das Revendas da vacina anti-rábica	30	-	18	-
Propriedades fiscalizadas	0	-	3	-
Reuniões	3	-	8	-

Treinamentos	0	-	3	-
Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos - PNSE	101	-	90	-
Total de ações Programadas / Realizadas				
Número de Coordenadorias Regionais da ADAB Fiscalizadas	09	-	11	-
Número de Gerências Regionais (UVL) da ADAB Fiscalizadas	20	-	20	-
Número de Escritórios Locais (EAC) da ADAB Fiscalizadas	32	-	29	-
Eventos e locais de eventos Fiscalizados	11	-	06	-
Laboratórios Credenciados pelo MAPA Fiscalizados	13	-	04	-
Laboratório para credenciamento pelo MAPA Fiscalizado	05	-	05	-
Propriedades rurais Fiscalizadas	10	-	14	-
Reuniões com Médicos veterinários R.T de Laboratórios Credenciados pelo MAPA para realizarem exame de AIE	01	-	01	-
Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose - PNECBT – Total de ações Programadas / Realizadas	204	-	211	-
Número de Coordenadorias Regionais da ADAB Fiscalizadas	9	-	13	-
Número de Gerências Regionais (UVL) da ADAB Fiscalizadas	25	-	24	-
Número de Escritórios Locais (EAC) da ADAB Fiscalizadas	50	-	43	-
Eventos e locais de eventos Fiscalizados.	11	-	06	-
Revendas de Vacinas contra Brucelose Fiscalizadas.	30	-	46	-
Propriedades Rurais Fiscalizadas	12	-	24	-
Médicos Veterinários Habilitados pelo MAPA, para atuarem no PNCEBT. Fiscalizados.	52	-	39	-
Reuniões com Médicos Veterinários Habilitados pelo MAPA, para atuarem no PNCEBT.	01	-	01	-
Reuniões com produtores rurais sobre a importância da Certificação de Propriedade no PNCEBT;	02	-	05	-
Certificação de propriedades (Livres ou Monitoradas) no PNCEBT	10	-	09	-
Cursos Ministrados pelas Instituições de Ensino / Pesquisa Credenciadas. Fiscalizados	02	-	01	-
Programa Nacional de Sanidade dos Suídeos - PNSS Total de ações Programadas / Realizadas (*)	19	-	02	-
Número de Gerências Regionais Fiscalizadas	05	-	-	-
Supervisão e Fiscalização de Estabelecimentos de Suínos	12	-	-	-
Reuniões com Técnicos e Produtores	02	-	02	-
Programa Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos - PNSA - Total de ações Programadas / Realizadas (*)	44	-	11	-
Fiscalizar as Gerências Regionais	10	-	2	-
Fiscalizar os Estabelecimentos Aquícolas	30	-	04	-
Criação do Comitê Estadual de Animais Aquáticos	04	-	05	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEDESA/Área Animal. 2009.

Análise das metas e resultados

O PI PCEANIMAL engloba diversos Programas de Sanidade Animal, onde a maioria das ações é desempenhada pelo Órgão Executor – ADAB, por delegação de competência do MAPA. São ações realizadas pelas Unidades Veterinárias Locais – UVL's, do referido Órgão e são referentes às atividades zoossanitárias que objetivam manter a Bahia livre e ou com o controle das várias doenças.

A metodologia de auditoria, adotada para a realização das fiscalizações possibilitou uma avaliação conclusiva dos estágios de execução dos diversos programas em todos os seus segmentos, o que possibilitou uma análise quantitativa e qualitativa, quanto a execução dos mesmos.

Desta forma, ao final de cada fiscalização, os Fiscais oportunizaram reuniões com a presença de todas as equipes lotadas nas UVL's, nas Unidades Regionais-UR, durante as quais discutiram-se as adequações para as inconformidades encontradas.

A metodologia utilizada foi determinante quanto aos resultados alcançados que também foram acompanhados com a redução dos custos.

A Bahia mantém-se livre de doenças como a Encefalopatia Espongiformes Transmissíveis, Influenza Aviária, Doença Newclastle, além do controle das diversas doenças constantes dos referidos programas de defesa sanitária.

2.3.2.1.2. Ação 4842 – Erradicação da febre aftosa – FEBREAFTOS

Quadro 12. Dados gerais da Ação FEBREAFTOS

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença do circuito pecuário Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição	Realização de reuniões do circuito pecuário para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitárias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeita e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnósticos e monitoramento soropidemiológicos nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DSA
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidades executoras	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA
Responsável pela execução da ação a nível local	Edivaldo Costa Santana

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 2. Metas e Resultados da ação – FEBREAFTOS

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização das ações do PNEFA executadas Unidades Veterinárias Locais – UVL's do Órgão Executor – ADAB por delegação de competência do MAPA	164	63.339,00	156	28.597,55
AUDITORIAS às Unidades Regionais UR's, Unidades Veterinárias Locais UVL's, Escritórios Veterinárias Locais EAC's, Revendedores de Vacina e todas as atividades de transito	8	-	7	-
Nas Unidades Veterinárias Locais – UVL's : Atividades de fiscalização, referente ao cumprimento da legislação para a execução do Programa de Erradicação da Febre Aftosa na jurisdição da UVL, priorizando as ações de vigilância: condições de conformidade com a aplicação da legislação no preenchimento do cadastro do produtor, dos dados referentes à movimentação e evolução do rebanho, da emissão da GTA e do controle da vacinação contra a febre aftosa, da fiscalização do transito dos animais susceptíveis e das condições das atividades de vigilância passiva e ativa	40	-	30	-
Nos Escritórios de Apoio Comunitário – EAC : Fiscalizar a aplicação da legislação no registro do cadastro do produtor dos dados referentes à movimentação e evolução do rebanho, da emissão da GTA e da vacinação contra a febre aftosa através do certificado de vacinação.	45	-	35	-
Nas Barreiras Sanitárias Fixas: Avaliar as inconformidades na aplicação da legislação na fiscalização dos trânsitos dos animais e seus subprodutos ocorridos	31	-	39	-
Nos Revendedores de produtos de natureza biológica: Fiscalização das condições atuais na conservação da vacina contra a febre aftosa e dessa condição através dos registros das fiscalizações anteriores realizada pelo Órgão Executor ADAB	40	-	46	-
Fiscalização das Guias de Transito Animal GTA: Fiscalizar e avaliar a aplicação da legislação na emissão da GTA nas diversas Unidades auditadas	-	-	15.242	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEDESA/Área Animal. 2009.

Análise das metas e resultados

Foram realizadas sete (7) auditorias das ações do Programa de Erradicação da Febre Aftosa, delegadas à Agência de Defesa Agropecuária na Bahia – ADAB, cujo diagnóstico revelou inconformidades de graus variados, que estavam fragilizando a capacidade do referido Órgão em fazer frente às demandas estruturais e de vigilância.

Os relatórios elaborados destacaram de forma contundente as inconformidades e seu conseqüente grau de risco para a febre aftosa, além sugerir adequações estruturais e técnicas que deveriam ser implementadas para o cumprimento da legislação, aumentando a capacidade de atendimento às demandas da execução do referido Programa.

Posteriormente, a ADAB adequou suas ações reestruturando as atividades de fiscalização e de vigilância, com o fortalecimento das barreiras sanitárias fixas e móveis no Estado e especificamente em toda a Zona Tampão e de vigilância que limitam-se com áreas de risco desconhecido, priorizando o cadastramento e recadastramento das propriedades rurais, identificação e cadastramento das áreas consideradas de risco para introdução e reintrodução do vírus da febre aftosa, intensificação das vacinações assistidas, monitoramento das propriedades situadas nos limites da Zona Tampão com a Zona Livre da febre aftosa, controle efetivo do trânsito de animais susceptíveis a febre aftosa, da estrutura de conservação da vacina de Febre Aftosa nos revendedores, na execução das vacinações assistidas e da real situação estrutural do referido Órgão.

2.3.2.1.3. Ação 2139 – Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais, seus produtos e insumos – VIGIZOO

Quadro 13. Dados gerais da Ação VIGIZOO

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Manter em níveis satisfatórios o estado sanitário dos rebanhos nacionais, protegendo áreas reconhecidas como livres de agentes causadores de doenças.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle zoossanitário do trânsito de animais no território nacional; capacitação de recursos humanos na área de vigilância zoossanitária; análise de risco e quarentena animal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	CTQA/DSA/SDA
Coordenador nacional da ação	Guilherme Henrique Figueiredo Marques
Unidade executora	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA
Responsável pela execução da ação a nível local	Edivaldo Costa Santana

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 3. Metas e Resultados da ação – VIGIZOO

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização das ações do VIGIZOO executadas Unidades Veterinárias Locais – UVL's do Órgão Executor – ADAB por delegação de competência do MAPA	25	7.474,00	19	0,00
Fiscalização das atividades desenvolvidas pelas Barreiras Sanitárias Fixas	08	-	08	-
Fiscalização do controle de trânsito na jurisdição das UVL's nas Barreiras Sanitárias Fixas e Móveis das ações necessárias para proteger a Bahia contra os agentes causadores de doenças	06	-	05	-
Fiscalização do controle de trânsito na jurisdição dos EAC's com a realização do cadastramento e emissão da GTA	06	-	03	-
Fiscalização das atividades desenvolvidas pelas Barreiras Sanitárias Fixas	08	-	08	-

Fiscalização das Barreiras Sanitárias Volantes	04	-	03	-
Fiscalizar e avaliar a aplicação da legislação na emissão da GTA nas diversas Unidades auditadas	-	-	15.242	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEDESA/Área Animal. 2009.

Análise das metas e resultados

O SEDESA teve como foco a fiscalização das Unidades Veterinárias Locais UVL's, dos Escritórios de Apoio Comunitário EAC's, das Barreiras Sanitárias Fixas e Móveis do Órgão Executor – ADAB, objetivando a aplicação da legislação na emissão das Guias de Transito Animal – GTA's, pelas diversas Unidades responsáveis. Foram avaliados os registros dos trânsitos ocorridos e fiscalizados pelas barreiras sanitárias. Em que pese os dados programados estarem abaixo das demandas necessárias para fiscalização do transito animal no Estado da Bahia, em decorrência de uma reprogramação de atividades mínimas pela falta de recursos, o alcance de 76,76 % verificados nos cumprimento das metas, só foi possível pela parceria durante a realização das atividades de outros programas.

Com esses dados, é possível definir a situação atual dos trabalhos desenvolvidos pelo Órgão Executor na fiscalização, controle e registro da Guia de Transito Animal nos trânsitos estaduais e interestaduais além dos egressos da zona tampão, para a zona livre.

A metodologia adotada nas fiscalizações possibilitou uma avaliação conclusiva das condições da capacidade do Órgão Executor para aplicar a legislação e realizar o controle do transito das diversas espécies animais, seus produtos e subprodutos.

2.3.2.1.4. Ação 8572 – Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais – PCEVEGETAL

Quadro 14. Dados Gerais da Ação PCEVEGETAL

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de planta medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacauicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-lo produtivo, competitivo e atender a exigência do mercado nacional e internacional.
Descrição	Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreira fitossanitárias, elaboração de plano de contingência e de emergência para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de ato normativo (Instruções Normativa e Portaria), acordos internacionais, estabelecimento de convênio com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.

Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DSV
Coordenador nacional da ação	Odilson Luiz Ribeiro e Silva
Unidade executora	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA
Responsável pela execução da ação a nível local	Antônio Cléber de Albuquerque

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 4. Metas e Resultados da ação – PCEVEGETAL

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Inspecções fitossanitárias em pomares de manga e mamão.	550	110.071,26	424	374.346,23
Nº de inspecções em pomares de banana	-	-	60	-
Nº de inspecções em cultivos de soja e algodão	-	-	60	-
Nº packing house de manga inspecionados	-	-	120	-
Nº packing house de mamão inspecionados	-	-	08	-
Nº packing house cadastrados	-	-	06	-
Nº partidas inspecionadas e certificadas de manga	-	-	1152	-
Nº partidas inspecionadas e certificadas de uva	-	-	327	-
Nº partidas inspecionadas e certificadas de mamão	-	-	29	-
Nº de pareceres técnicos emitidos	-	-	32	-
Nº de supervisões em barreiras fitossanitárias	-	-	39	-
Nº de ARP- Análise de Risco de Pragas - fase III	-	-	4	-
Nº de reuniões técnicas	-	-	34	-
Nº de convênios firmados/acompanhados	-	-	02	-
Nº de armadilhas inspecionadas.	-	-	782	-
Nº de amostras para análise laboratorial fitossanitária.	-	-	7	-

Fonte: Relatório de atividades do SEDESA/Área Vegetal. 2009.

Análise das metas e resultados

Os resultados obtidos, aquém do programado, não comprometeram o objetivo maior do programa: dar o suporte necessário ao cumprimento dos acordos bilaterais na exportação de mamão e manga para os Estados Unidos da América.

Houve uma redução significativa do número de pomares de manga e mamão registrados no programa de monitoramento das moscas-das-frutas, em face dos baixos preços destas commodities no mercado internacional.

Vale ressaltar ainda que as atividades desenvolvidas em pomares de mamão e manga são de grande importância para o desenvolvimento dos pólos frutícolas da região do Vale do São Francisco, da região de Livramento de Nossa Senhora e da região do Extremo Sul da Bahia. As frutas produzidas nessas regiões só poderão ser exportadas após o cumprimento dos requisitos fitossanitários exigidos pelos importadores, mediante a supervisão e inspeção dos FFA's do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Além dessa meta principal, estão relacionadas acima outras atividades desenvolvidas pelo SEDESA durante o ano de 2009.

2.3.2.1.5. Ação 2134 – Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos - VIGIFITO

Quadro 15. Dados gerais da Ação VIGIFITO

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição	Elaboração de normas; coordenação , integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; representação do País nos fóruns internacionais que tratam da fitossanidade; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DSV
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini
Unidade executora	SEDESA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEDESA
Responsável pela execução da ação a nível local	Cláudio Apê Alves Freire

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 5. Metas e Resultados da ação – VIGIFITO

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Certificação Fitossanitária de manga, mamão e uva destinados à exportação	1.360	567.230,49	1.508	446.548,97

Fonte: Relatório de atividades do SEDESA/Área Vegetal. 2009.

Análise das metas e resultados

Houve uma estabilização no número de empresas exportadoras de manga para os Estados Unidos da América, Japão, Chile, Argentina, Uruguai e outros países. Entretanto, os resultados obtidos, considerando-se a certificação fitossanitária, foram satisfatórios.

Em relação ao programa de exportação de uva para os Estados Unidos da América e outros países, houve um aumento significativo na certificação fitossanitária e no tratamento a frio executado na origem. Um fato de destaque foi o aumento do número de empresas participantes do programa, o que acarretou significativo aumento da demanda pelos serviços do SEDESA. Diante de tal situação, e objetivando ao melhor atendimento dos exportadores, foi realizado o Curso de Tratamento de Uva a Frio e treinados 15 Fiscais Federais Agropecuários.

2.3.2.1.6. Ação 2180 – Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos - FISCPLANTA

Quadro 16. Dados gerais da Ação FISCPLANTA

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional, além de certificar a fitossanidade dos produtos nacionais exportados.
Descrição	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/VIGIAGRO
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Unidades executoras	VIGIAGRO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Carlos Raimundo Freire de Carvalho e Azevedo

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 6. Metas e Resultados da ação – FISCPLANTA

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada	17.858	111.311,19	29.709	111.311,19

Fonte: Relatório de atividades do VIGIAGRO. 2009.

Análise das metas e resultados

A descentralização das ações, implementadas a partir de Novembro/2008 na Unidade do Porto de Salvador, com a instalação de escritórios nos Terminais Alfandegados, sem ônus para o MAPA, conforme Art. 58 do Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, publicado no DOU de 31.03.2006, proporcionou um incremento nas Fiscalizações Realizadas pelo VIGIAGRO na Bahia de 29,65% em relação ao ano de 2008 e, 85,07% em relação a 2007, ultrapassando em muito as metas estabelecidas pela Coordenação Geral do VIGIAGRO para o ano de 2009, apesar da crise econômica mundial e da redução da produção de frutas na região do São Francisco causada por problemas climáticos.

Essa descentralização das ações, a unificação das equipes do Porto e Aeroporto de Salvador e a adoção de novo sistema de plantão contribuíram para que a meta estabelecida pela Coordenação do VIGIAGRO, tendo como parâmetro a série histórica, fosse ultrapassada em 66,36%, apesar da crise internacional e da redução das exportações de frutas produzidas na Região do São Francisco, devido a problemas climáticos.

As Unidades do Porto e Aeroporto de Salvador são responsáveis por 88,20% das ações do VIGIAGRO na Bahia, com destaque para as fiscalizações das importações de produtos de qualquer natureza acondicionados em embalagens e suportes de madeira, importante veículo de introdução e disseminação de pragas florestais de interesse agrícola.

A fiscalização detectou ocorrências sanitárias (presença de pragas) em 0,97% das exportações e 0,03% das importações, o que representa uma taxa de conformidade de 99,03% e 99,97% respectivamente.

Apesar do alto desempenho apresentado pela Unidade do Porto de Salvador, o espaço físico disponível atualmente é insuficiente, considerando que, com a reforma e ampliação do Porto de Salvador, prevista para 2010 e, a recuperação da economia mundial, a demanda de exportações e importações processadas pela Unidade tende a aumentar consideravelmente.

2.3.2.1.7. Ação 2181 – Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos - FISCANIMAL

Quadro 17. Dados gerais da Ação FISCANIMAL

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários no trânsito internacional, além de certificar a zoossanidade dos produtos nacionais exportados.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/VIGIAGRO
Coordenador nacional da ação	Oscar de Aguiar Rosa Filho
Unidade executora	VIGIAGRO
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	VIGIAGRO
Responsável pela execução da ação no nível local	Carlos Raimundo Freire de Carvalho e Azevedo

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 7. Metas e Resultados da ação – FISCANIMAL

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização realizada	2.439	11.000,00	3.385	11.000,00

Fonte: Relatório de atividades do VIGIAGRO. 2009.

Análise das metas e resultados

A meta estabelecida pela Coordenação do VIGIAGRO foi ultrapassada, demonstrando o baixo custo operacional.

Nas Unidades do Porto e Aeroporto de Salvador, que representam 94,51% das Fiscalizações Realizadas, é necessário a lotação de mais três FFA's Médicos Veterinários para evitar atrasos no atendimento das fiscalizações demandadas.

2.3.2.2. Ações do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Quadro 18. Ações do Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Ação	Sigla	Código
Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal	INSPANIMAL	8938
Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal	RESIDUOS	4723
Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos de Origem Vegetal	IPVEGETAL	8939
Padronização e Classificação de Produtos Vegetais -	PADCLASSIF	4746
Fiscalização das Atividades com Organismo Geneticamente Modificado	FISCORGEN	4745

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

2.3.2.2.1. Ação 2145 – Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal - INSPANIMAL

Quadro 19. Dados Gerais da Ação INSPANIMAL

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.
Descrição	<p>A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação;</p> <p>B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida;</p> <p>C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas;</p> <p>D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/ CGI /DIPOA
Coordenador nacional da ação	Marcus Ribeiro de Freitas
Unidade executora	SIPAG
Área responsável por gerenciamento ou	SIPAG

execução	
Responsável pela execução a nível local	Antonio Carlos da Mata

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 8. Metas e Resultados da ação – INSPANIMAL

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Supervisão de Estabelecimentos	92	140.684,38	90	207.267,08
Supervisão de estabelecimentos com conformidade	88	-	72	-
Registro de Estabelecimentos	5	-	6	-
Estabelecimentos sob Inspeção Federal (Nº)	92	-	90	-
Instalação de SIF	6	-	6	-
Cancelamento de SIF	4	-	3	-
Coleta de amostras para Controle de Salmonella s.p em carcaças de frangos e perus	450	-	564	-
Coleta de amostras para Controle de Salmonella s.p em carcaças de frangos e perus com conformidade	420	-	537	-

Fonte: Relatório de Atividades do SIPAG. 2009

Análise das metas e resultados

Os bons resultados obtidos no exercício de 2009 foram decorrentes de quatro fatores básicos: uma programação de trabalho elaborada dentro de uma realidade regional; a liberação dos recursos financeiros necessários para o custeio das atividades programadas nas épocas corretas e nos valores pleiteados; a motivação dos técnicos em atenderem e cumprirem as orientações da administração deste Serviço e; a boa vontade de chefes de outros Serviços em permitirem o empréstimo de seus veículos para a condução de Fiscais do SIPAG em atividades de fiscalização, já que o número de veículos em poder do Serviço é insuficiente para atender as necessidades.

Vale salientar, que do total de recursos que foram utilizados (R\$ 221.073,43), apenas R\$ 138.305,43 foram efetivamente gasto nas atividades de custeio, perfazendo assim 98% dos valores programados. Das 84 indústrias existentes no ano de 2008, sob Serviço de Inspeção Federal, agregou-se mais 6, perfazendo um total de 90 estabelecimentos.

Há de se ressaltar que não somente ocorreram viagens para realização de supervisões. Uma maior eficácia foi alcançada quanto a realizações de auditorias, interdições de graxarias, acompanhamento às obras e análises de plantas para a instalação de novas indústrias, demandando tempo e despesas não registradas na metas apresentadas na planilha de resultados. Também, todo o esforço direcionado na capacitação dos Servidores, no atendimento das convocações oficiais e muitas outras atividades desenvolvidas por este serviço, aí não estão quantificadas.

2.3.2.2.2. Ação 2131 – Inspeção de Bebidas, Vinagres, Café e Outros Produtos de Origem Vegetal - IPVEGETAL

Quadro 20. Dados gerais da Ação IPVEGETAL

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica satisfatória de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal ofertados à população.
Descrição	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/ CGVB/DIPOV
Coordenador nacional da ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro
Unidade executora	SIPAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG
Responsável pela execução da ação a nível local	Osmar d’Alexandria Baptista

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 9. Metas e Resultados da ação – IPVEGETAL

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Inspeção de Estabelecimentos	220	197.607,68	188	100.131,06
Registro de Estabelecimentos	-	-	20	-
Registro de Produtos	-	-	386	-
Número de produtos inspecionados	-	-	1149	-
Certificação de produto importado	-	-	102	-
Certificação de produto exportado	-	-	-	-
Coleta de amostra (nº)	550	-	665	-
Total de Estabelecimentos Registrados	228	-	208	-

Fonte: Relatório de Atividades do SIPAG. 2009

Análise das metas e resultados

No segundo semestre, nos meses de setembro e outubro, houve uma descontinuidade na liberação de recursos financeiros que comprometeu o atendimento pleno da meta estipulada.

Para mitigar problemas futuros, o cumprimento do cronograma de liberações financeiras, por parte da Coordenação, é fundamental e no caso de não ser possível um alerta em tempo hábil para que se ajuste a programação.

2.3.2.2.3. Ação 4723 – Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal - RESÍDUOS

Quadro 21. Dados Gerais da Ação RESIDUOS

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Contribuir para as garantias de certificação dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal e vegetal em conformidade com os limites máximos de contaminantes químicos e biológicos, estabelecidos pela legislação nacional e internacional relativa à inocuidade dos alimentos.
Descrição	Monitoramento, fiscalização e controle dos produtos importados, exportados e de consumo interno, por meio de coletas de amostras desde o produtor até o consumidor final com análises laboratoriais, e rastreamento dos produtos impróprios para o consumo, possibilitando a identificação dos infratores para possível orientação ou punição.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CRC
Coordenador nacional da ação	Leandro Diamantino Feijó
Unidade executora	SIPAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG
Responsável pela execução da ação a nível local	Mario Ferreira Carvalho Dantas Junior

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 10. Metas e Resultados da ação – RESIDUOS

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Análise Realizada	17	17.000,00	19	12.149,23

Fonte: Relatório de Atividades do SIPAG. 2009

Análise das metas e resultados

A execução das atividades do PI ocorreu normalmente dentro do pré-estabelecido, as coletas para análise foram realizadas sempre de acordo com a necessidade de se avaliar os níveis de toxicidade residual em produtos comerciais. As metas físicas foram cumpridas de forma satisfatória, superando os valores inicialmente propostos, como pode ser observado no quadro acima. Foram previstas coletas de 17 amostras para análise laboratorial, durante o exercício de 2009, mas foram efetivamente coletadas 19 amostras, um incremento de 11,76% em relação ao programado para o ano.

A redução nos custos totais da execução da meta pode ser atribuída a utilização dos serviços de FFA's localizados na UTRA de Teixeira de Freitas, unidade que fica próxima ao município de Mucuri, onde estão localizadas algumas das empresas acompanhadas. As coletas nas empresas exportadoras de mamão, localizadas no município de Luis Eduardo Magalhães, passaram a ser feitas por FFA's do SIPAG, lotados em Salvador, mas que também utilizaram as viagens, para fiscalizar estabelecimentos que embalam e comercializam produtos e subprodutos de origem vegetal.

2.3.2.2.4. Ação 4746 – Padronização e Classificação de Produtos Vegetais – PADCLASSIF

Quadro 22. Dados gerais da Ação PADCLASSIF

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DIPOV/CGQV
Coordenador nacional da ação	Fernando Guido Penariol
Unidade executora	SIPAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SIPAG
Responsável pela execução da ação a nível local	José de Almeida Lins

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 11. Metas e Resultados da ação – PADCLASSIF

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal (t)	650.000	227.411,28	505.241	44.658,09
Estabelecimentos Comerciais Fiscalizados (n°.)	400	-	90	-
Amostras Coletadas (n°)	450	-	119	-

Termos de Fiscalização (nº)	400	-	90	-
Postos Credenciados Fiscalizados (nº)	7	-	7	-
Total de Estabelecimentos Cadastrados	1206	-	1206	-

Fonte: Relatório de Atividades do SIPAG. 2009

Análise das metas e resultados

O principal avanço na programação/2009 foi a implementação do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes, instituído pela Instrução Normativa nº 42 de 31 de dezembro de 2008, que trata do acompanhamento de 17 (dezesete) produtos de origem vegetal, destinados não somente para exportação, como também para o mercado interno.

Entre os produtos definidos para o ano agrícola 2009/2010, foi realizada a coleta de amostras para análise de resíduos de agrotóxicos em mamão, manga e uva, sendo observado o critério de sorteio, entre as empresas credenciadas para processamento destes produtos no MAPA/SFA/BA, para determinar quais delas serão objeto de coleta. Esta metodologia tem feito com que todos os meses, algumas empresas baianas sejam sorteadas para a coleta de frutas para análise. Vale salientar que os procedimentos de coletas são realizados exclusivamente por FFA.

Este monitoramento dos níveis de resíduos de agrotóxicos nos produtos acima citados, apontou este ano em mamão, a presença de LMR (limites máximos de resíduos) acima do permitido e presença de substâncias não recomendadas para a referida cultura, o que ensejou a abertura de processo investigativo para apurar as causas determinantes, junto às empresas responsáveis pelas não conformidades, em consequência das amostragens realizadas pelos Fiscais deste SIPAG.

Também são motivo de investigação, as empresas que tiveram seus produtos amostrados em mercados fora do estado ou no exterior, e constatado não conformidades, o que já aconteceu com manga e mamão.

Um avanço também muito significativo foi o programa de acompanhamento da qualidade dos alimentos, determinado pelo CGQV/DIPOV/SDA/MAPA, onde alguns municípios, de todos os estados, foram sorteados para as coletas de amostras de alguns alimentos, sendo que na Bahia, foram definidos os seguintes produtos para o ano de 2009: farinha de mandioca, farinha de trigo, tapioca, polvilho doce, polvilho azedo, pimenta do reino (em grãos) e os óleos de soja, girassol, milho, canola e algodão, com predominância nos estabelecimentos comerciais localizados na periferia das grandes e médias cidades e em pequenos municípios. Este trabalho da fiscalização, propiciou o mapeamento de muitas irregularidades cometidas por grandes empresas, o que tem feito com que muitas delas modificassem as seus fluxos de produção.

2.3.2.2.5. Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismo Geneticamente Modificado - FISCORGEN

Quadro 23. Dados gerais da Ação FISCORGEN

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.
Descrição	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança; e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CBIO
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinicius Segurato Coelho
Unidade executora	SEFAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG
Responsável pela execução da ação a nível local	João Ivo de Carvalho Neto

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 12. Metas e Resultados da ação – FISCORGEN

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Estabelecimentos fiscalizados	87	Não programado	94	22.216,61

Fonte: Relatório de Atividades do SIPAG. 2009

Análise das metas e resultados

Apesar desta ação estar inserida no programa em análise cujas outras ações são executadas pelo SIPAG, a mesma está sendo executada no Estado da Bahia pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG.

O número de fiscalizações realizadas no ano de 2009 superou em 8,04% a meta programada, revelando um excelente desempenho (94/87).

Merece destaque duas atividades iniciadas neste exercício, que foram: 1) Fiscalização das Zonas de Exclusão de Algodão e 2) Fiscalização da coexistência do milho transgênico e convencional.

Para essa ação, foram utilizados recursos no valor de R\$ 22.673,58 e não foi possível comparar com o programado devido ao fato da Coordenação de Biossegurança não ter realizado programação orçamentária específica para cada Unidade da Federação, e sim uma programação global para todo o País.

2.3.2.3. Ações do Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Quadro 24. Ações do Programa Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Ação	Sigla	Código
Fiscalização de Sementes e Mudanças	FISCALSEM	2179
Fiscalização de Produtos Veterinários	FISPROVET	2140
Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal	FISCINAN	2124
Fiscalização de Material Genético para Multiplicação Animal	FISCGENE	2019
Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes	FISFECOI	2141
Fiscalização de Serviços Agrícolas	FISCAGRIC	2177
Fiscalização de Agrotóxicos, Seus Componentes e Afins	FISCAGROTOX	2909

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

2.3.2.3.1. Ação 2179 - Fiscalização de Sementes e Mudanças - FISCALSEM

Quadro 25. Dados gerais da Ação FISCALSEM

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição	A fiscalização de sementes e mudas consiste dos seguintes processos: 1) Registro de cultivares; 2) Inscrição de produtor, beneficiador embalador, armazenador, comerciante de sementes e mudas e credenciamento de certificador laboratório amostrador e responsável técnico no Registro Nacional de Sementes e Mudanças-RENASEM; 3) Fiscalização da produção, comercialização e utilização de sementes e mudas 3) elaboração e revisão de normas técnicas relativas ao registro e credenciamento; 4) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA e nas unidades credenciadas. Acrescenta-se a esses esforços a supervisão e a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CSM/DFIA
Coordenador nacional da ação	José Neumar Francelino
Unidade executora	SEFAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG
Responsável pela execução da ação a nível local	Carlos Luiz Borges de Carvalho

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 13. Metas e Resultados da Ação – FISCALSEM

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Estabelecimentos fiscalizados	697	582.777,04	692	202.235,92
- Produtores de sementes	40	-	31	-
- Produtores de mudas	310	-	190	-
- Usuários de sementes	150	-	206	-
- Usuários de mudas	0	-	11	-

Amostra coletada	07	-	24	-
Estabelecimentos registrados	-	-	293	-
Autorização Importação de Sementes	-	-	16	-
Total de Estabelecimentos cadastrados	-	-	871	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFAG. 2009

Análise das metas e resultados

O Projeto de Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM obteve um bom desempenho no exercício 2009. As fiscalizações realizadas alcançaram 98,99% (692/697) do programado e, em comparação com o ano anterior, observou-se um incremento de 35,95% no alcance de metas (692/509).

Merece destaque, no exercício em análise, a atuação na região oeste do Estado da Bahia com a divulgação da Legislação Brasileira de sementes e mudas e pela intensificação da fiscalização dos usuários de sementes. Foram fiscalizados 206 usuários, tendo sido superado esta meta em 37,33%. (206/150).

Vale salientar que do total de recursos programados para esta ação apenas 34,80% foi descentralizado. O corte se deu notadamente nos recursos para material permanente.

2.3.2.3.2. Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI

Quadro 26. Dados gerais da Ação FISFECOI

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	DAS/CFIC/DFIA
Coordenador nacional da ação	José Guilherme Tollstadius Leal
Unidade executora	SEFAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG
Responsável pela execução da ação a nível ação	Jorge Antonio Teles da Silveira

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 14. Metas e Resultados da ação – FISFECOI

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Estabelecimentos fiscalizados	450	110.033,52	365	281.785,11
Produtos fiscalizados	1000	-	732	-
Amostra coletada	1000	-	656	-
Total de Estabelecimentos cadastrados	-	-	803	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFAG. 2009

Análise das metas e resultados

Para a ação de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e biofertilizantes – FISFECOI, a equipe técnica apresentou um desempenho bastante satisfatório, apesar de não ter atingido a meta estabelecida para número de fiscalizações (1097/1450).

A razão para não ter atingido a meta pode ser atribuída a implementação da Operação Especial de Fiscalização, nos meses de agosto, setembro e outubro, no estado da Bahia. Esta Operação Especial consistiu na permanência dos fiscais no interior das indústrias durante todos os dias da semana, o que implica em uma fiscalização mais detalhada, porém, o tempo que seria utilizado para realizar várias fiscalizações é gasto com apenas uma empresa o que, implica em diminuição do nº de fiscalizações.

2.3.2.3.3. Ação 2909– Fiscalização de Agrotóxicos, seus Componentes e Afins - FISAGROTOX

Quadro 27. Dados gerais da Ação FISAGROTOX

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar que os agrotóxicos e afins ofertados no mercado interno e externo, sejam efetivos no controle de pragas de plantas cultivadas, que atendam aos requisitos legais para a proteção do meio ambiente e da saúde humana.
Descrição	A Fiscalização de Agrotóxicos e Afins consiste da execução dos seguintes processos: 1) Normalização da atividade pela elaboração de dispositivos legais para orientação sobre procedimentos de registro, fiscalização e aplicação dos agrotóxicos; 2) Registro de agrotóxicos; 3) Credenciamento de empresas para emissão de laudos de eficácia e praticabilidade agrônômica e para o tratamento fitossanitário de vegetais e partes de vegetais para a importação e exportação 4) Fiscalização dos produtos registrados, das entidades credenciadas e do trânsito interestadual; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos e a participação nos fóruns internacionais de discussão sobre registro, uso e controle de pesticidas (FAO, Codex Alimentarius e Convenções da ONU).
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CGAA/DFIA
Coordenador nacional da ação	Luis Eduardo Pacifici Rangel
Unidades executoras	SEFAG

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG
Responsável pela execução da ação a nível local	José Raimundo Freitas Nascimento

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 15. Metas e Resultados da ação – FISAGROTOX

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Estabelecimentos fiscalizados	28	13.456,48	17	58.267,53
Total de Estabelecimentos cadastrados	-	29	-	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFAG. 2009

Análise das metas e resultados

Dados da ação de Fiscalização de Agrotóxico e afins - FISAGROTOX - no estado da Bahia, no presente exercício, mostram que não foi atingido à meta programada de estabelecimentos fiscalizados (17/28).

Este fato pode ser explicado em função do fiscal que executa as ações deste projeto também desempenhar ações no projeto de fiscalização de fertilizantes e corretivos, sendo que, neste exercício foi desencadeado a Operação Especial de Fiscalização em fertilizantes que exigiu a participação intensiva de todos os fiscais na citada operação.

2.3.2.3.4. Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário - FISPROVET

Quadro 28. Dados gerais da Ação FISPROVET

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/CPV
Coordenador nacional da ação	Marcos Vinicius de Santana Leandro Junior
Unidade executora	SEFAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG
Responsável pela execução da ação a nível local	Carlos Antonio Passos da Hora

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 16. Metas e Resultados da ação – FISPROVET

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Estabelecimentos fiscalizados	230	31.900,00	357	43.007,65
Amostra coletada	-	-	26	-
Estabelecimentos registrados no exercício	-	-	200	-
Total de Estabelecimentos cadastrados	-	-	936	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFAG. 2009

Análise das metas e resultados

O desempenho do Projeto FISPROVET, no estado da Bahia, no presente exercício, foi excelente, haja vista que a meta de fiscalização foi superada em 42,80% (357/250).

Tal incremento se deu em função da participação de fiscais das Unidades Técnicas Regionais-UTRA, de Eunápolis, Itabuna e Vitória da Conquista na fiscalização de estabelecimentos comerciais. Destaca-se nesta ação, durante o presente exercício, a apreensão de grande volume de produtos veterinários clandestinos e outros com prazo de validade expirado.

2.3.2.3.5. Ação 2177– Fiscalização de Serviços Agrícolas -FISCAGRIC

Quadro 29. Dados gerais da Ação FISCAGRIC

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, e juntos aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos; homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela Aviação Agrícola.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC/DFIA
Coordenador nacional da ação	Maria de Lourdes Viana Alves
Unidade executora	SEFAG
Área responsável por gerenciamento ou execução	SEFAG
Responsável pela execução da ação a nível local	Jorge de Oliveira Pinheiro

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 17. Metas e Resultados da ação – FISCAGRIC

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Estabelecimentos fiscalizados	30	27.103,86	47	15.791,91
Total de Estabelecimentos cadastrados	-	-	36	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEFAG. 2009

Análise das metas e resultados

O desempenho do Projeto FISAGRIC no exercício 2009 foi considerado muito bom, haja vista que a meta programada foi superada em 56,66% (47/30). No exercício 2008 foram realizadas apenas 16 fiscalizações, onde se conclui que o desempenho do exercício 2009 foi 193,75% superior a 2008 (47/16). O incremento de fiscalizações foi proporcionado pela participação de fiscais da UTRA de Vitória da Conquista atuando na Microrregião de Guanambi.

2.3.2.3.6. Ação 2124– Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN

Quadro 30. Dados gerais da ação FISCINAN

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Assegurar à qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DFIP/CPAA
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcusse Tacci
Unidade executora	SEFAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG
Responsável pela execução da ação a nível local	Sandro de Souza Mendonça

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 18. Metas e Resultados da ação – FISCINAN

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Estabelecimentos fiscalizados	113	42.000,00	352	35.508,41
Amostra coletada	-		63	
Estabelecimentos registrados no exercício	-		08	
Autorização de importação/exportação de produtos	-		22	
Total de Estabelecimentos cadastrados	-		116	

Fonte: Relatório de Atividades do SEFAG. 2009

Análise das metas e resultados

O desempenho do Projeto FISCINAN no estado da Bahia, no presente exercício, foi excelente, haja vista que a meta de fiscalização foi superada em 211,50% (347/113).

Tal incremento se deu em função da participação de fiscais das Unidades Técnicas Regionais-UTRA's, de Itabuna e Vitória da Conquista na fiscalização de estabelecimentos industriais e comerciais. O grande excedente de número de fiscalizações se deu em função da maioria das mesmas serem em estabelecimentos comerciais que não estavam previstas no POA 2009

Destaca-se nesta ação, durante o presente exercício, a apuração de grande número de denúncias chegadas diretamente ao SEFAG-DT/SFA-BA ou via Ouvidoria do MAPA, sobre produção clandestina de rações. Tal ação provocou a autuação e fechamento de inúmeros estabelecimentos irregulares.

2.3.2.3.7. Ação 2019 - Fiscalização de Material Genético para Multiplicação Animal - FISCGENE

Quadro 31. Dados Gerais da Ação FISCGENE

Tipo	Atividade Obrigatória
Finalidade	Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.
Descrição	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que os industrializem ou distribuem, com a finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas práticas de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDA/DMG/DFIP
Coordenador nacional da ação	Beronete Barros de Freitas Araújo
Unidade executora	SEFAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEFAG
Responsável pela execução da ação no nível local	Henrique Dias de Ramalho Sampaio

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 19. Metas e Resultados da ação – FISCGENE

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Estabelecimentos fiscalizados	43	12.000,00	34	9.665,93

Fonte: Relatório de Atividades do SEFAG. 2009

Análise das metas e resultados

Em que pese o Projeto não ter atingido a meta programada (34/43) o desempenho foi satisfatório em função dos seguintes motivos:

- 1) Ocorreu um aumento considerável do valor da meta programada em relação ao ano de 2008, passando de 37 fiscalizações para 43, respectivamente, (incremento de 16,21%);
- 2) O número atingido, 34 fiscalizações foi 21,42% superior ao atingido em 2008 (28 fiscalizações);
- 3) Foi atingido 79,07% do valor estipulado para o ano de 2009 e 91,89% do previsto para o exercício 2008.

2.3.2.4. Ações do Programa Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Quadro 32. Ações do Programa Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Ação	Sigla	Código
Apoio ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas	ORGMANEJO1	8593
Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas	APOIOAGRIC	8591
Aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica	CERTORGAN1	4720
Desenvolvimento e monitoramento de sistemas de rastreabilidade agroalimentar	RASTREAB1	8592
Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas pecuárias	APOIOPEC	8598

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

2.3.2.4.1. Ação 8593 - Apoio ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais em agroecossistemas – ORGMANEJO

Quadro 33. Dados Gerais da Ação ORGMANEJO

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a sustentabilidade do sistema produtivo, por meio da capacitação de pessoal técnico para disseminação de tecnologias e de informações sobre o uso e o manejo adequados do solo e da água, bem como sobre a gestão do agronegócio.
Descrição	Realização de cursos modulares e outras modalidades de capacitação profissional sobre as técnicas de recuperação de áreas degradadas, uso e manejo adequado do solo e da água e gestão da propriedade para profissionais que atuarão como multiplicadores e difusores de tecnologias.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC/DEPROS/CGDS
Unidades executoras	SEPDAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG
Coordenador nacional da ação	Adilson Reinaldo Kososki
Responsável pela execução da ação no nível local	Johil Antonio C. da Cruz

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 20. Metas e Resultados da ação ORGMANEJO

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Reunião Técnica p/ Mobilização e sensibilização	6	11.786,92	3	6.112,62
Projeto PISA	2		1	
Dia de Campo	2		1	
Seminário - Produção Integrada para a Cultura do Abacaxi.	2		1	

Fonte: Relatório de Atividades do SEPDA. 2009.

Análise das metas e resultados

As atividades desenvolvidas com os recursos do PI ORGMANEJO consistiram em apoiar as comunidades rurais e demais potencialidades existentes, em ações e iniciativas voltadas para o manejo e conservação dos recursos naturais, principalmente solo/água em que se considera a Bacia Hidrográfica como unidade de planejamento. A programação teve por objetivo mobilizar e sensibilizar através de reuniões, seminários e dias de campo os líderes locais e produtores frente à necessidade urgente do uso racional e sustentável dos recursos ambientais. Foram realizadas reuniões de sensibilização nos municípios de Barreiras, Amargosa, Elísio Medrado e Itaberaba.

Com relação ao Projeto PISA - Projeto de Produção Integrada em Sistemas Agropecuários de Bacias Hidrográficas, se caracteriza por permear em suas etapas de desenvolvimento, a inovação do processo de produção, a recuperação da capacidade produtiva dos solos, a redução dos custos de produção com aumento de produtividade, o apoio à organização da base produtiva e, por fim um marco resultante para servir de referência para projetos semelhantes. No Estado da Bahia o projeto foi implantado inicialmente no município de Barreiras e encontra-se no seu segundo ano de execução, sendo acompanhado diretamente pela Coordenação Geral de Desenvolvimento Sustentável – CGDS/SDC. No município de Itaberaba/BA foram tomadas as primeiras iniciativas para a implantação do Projeto em parceria com a EBDA tais como; reuniões técnicas e realização de Seminário no local. O Projeto, por sua vez exige o cumprimento de responsabilidades por parte dos parceiros envolvidos e apesar dos esforços junto aos mesmos, no sentido de viabilizarmos a implantação do projeto, ainda não houve sinalização positiva.

2.3.2.4.2. Ação 8591 - Apoio ao desenvolvimento das cadeias produtivas agrícolas – APOIOAGRIC

Quadro 34. Dados gerais da Ação APOIOAGRIC

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Agrícolas e de envolvimento do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, logística de pós-colheita e comercialização, bem como de material genético melhorado para as cadeias produtivas do agronegócio.
Descrição	Coordenação e identificação do projeto de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada -SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimento, quanto para os produtos não alimentares,

	subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo ao agente envolvido na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC/CGSPR /DEPROS
Unidades executoras	SEPDAG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG
Coordenador nacional da ação	Luis Carlos Bhering Nasser
Responsável pela execução da ação no nível local	Johil Antonio C. da Cruz

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 21. Metas e Resultados da ação APOIOAGRIC

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Promoção e participação em eventos de divulgação, sensibilização e organização da Produção Integrada	8	13.086,50	5	2.039,00
Reunião com Técnicos e Produtores - (Irecê) - Pólo de Produção de Tomate	3	-	3	
Reunião com Técnicos e Produtores - (Mucugê) - Sensibilização	1	-	-	
Curso de Classificação e Tomate - (Irecê)	1	-	-	
Reunião com Dirigentes e Técnicos da CEPLAC - (Ilhéus - Itabuna) - Sensibilização	1	-	-	
Curso de Produção Integrada de Banana (Abaré)	1		1	
Seminário Produção Integrada - Ilhéus/Itabuna	1		-	
Curso de Produção Integrada de Manga - Juazeiro	-		1	

Fonte: Relatório de Atividades do SEPDAG. 2009.

Análise das metas e resultados

A análise da Tabela acima demonstra o atingimento de apenas duas das cinco atividades programadas. Desenvolvidas através de parcerias, estas atividades tornam-se reféns de particularidades que influenciam na sua execução por se originarem nas instituições parceiras. Esta característica, se somada à dependência desta Ação como um todo às demandas externas - que fogem ao domínio dos seus executores - explicam em parte a execução parcial das metas programadas. Isto fica evidente se se considerar que a atividade de sensibilização de produtores, que se constitui no passo inicial para outras atividades da Produção Integrada, é ação dependente de instituições outras, notadamente as que prestam assistência técnica e desenvolvem a extensão rural, e que pelo exercício de suas missões podem identificar e/ou estimular a citada demanda. Para fugir em parte dos efeitos desta dependência, na programação feita para 2009 optou-se por dar continuidade às atividades iniciadas em 2008, com especial destaque à aquelas voltadas a dar sustentação ao Pólo de produção de Tomate em Irecê. As atividades programadas para aquele pólo - basicamente reuniões com membros do Comitê local - foram cumpridas em quase sua totalidade, porém o progresso esperado não se verificou na prática dado às dificuldades de implementação por parte daquele Comitê daquilo que se programou.

Quanto às atividades programadas para Mucugê, não foram possíveis de serem executadas pela total indiferença demonstrada pelos produtores locais, o que só pode vir a mudar por uma ação típica de extensão rural, impensável de ser executada pelo SEPDAg.

É importante ressaltar nesta análise a decisão, constante da programação de 2009, de avançar em outras regiões do estado, com destaque naquele momento para a região sul. Naquela região foram desenvolvidos os contatos preliminares para a realização de um curso e um seminário, mas questões relacionadas com mudanças no comando de setores da Ceplac, instituição parceira nesta atividade, terminaram por adiar a execução das atividades previstas para o exercício de 2010.

Registre-se, no entanto, no que tange a disseminação da produção Integrada no estado, a demanda surgida na região do Vale do São Francisco, identificada pela assistência técnica da CODEVASF, envolvendo produtores rurais dos perímetros irrigados sob sua jurisdição. Vê-se aqui, de forma contributiva e positiva a influencia do mesmo fator que condicionou o cumprimento parcial das metas programadas, isto é, a iniciativa e intermediação de uma instituição parceira, desta feita a CODEVASF. Convocado por esta estatal, foi possível ao SEPDAg desenvolver ações que culminaram com a realização de cursos de sensibilização em perímetros dos municípios de Abaré/Curaçá – constantes da programação - e em Juazeiro. Esta ação merece destaque se considerarmos que naquela região – Vale do São Francisco – a Produção Integrada já se encontra sedimentada enquanto conceito de produção entre grandes produtores/exportadores, mas se mostra ainda desconhecida para uma importante parcela da população rural, constituída sobretudo de agricultores familiares, que têm significativa participação no volume de produção de culturas como a manga e a banana.

Os resultados obtidos, somados aos contatos desenvolvidos no período, se traduzem na perspectiva concreta de desenvolver em 2010 as ações programadas para a região sul do estado, de se ampliar o trabalho iniciado em Abaré/Curaçá e Juazeiro, estendendo-o a outros perímetros irrigados, além de persistir no desenvolvimento de ações na micro região de Irecê pelo entendimento de que os problemas/obstáculos encontrados podem ser alvo de ações do SEPDAg para o sua superação.

2.3.2.4.3. Ação 4720 - Aplicação de mecanismos de garantia da qualidade orgânica – CERTORGAN

Quadro 35. Dados gerais da Ação CERTORGAN

Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir ao consumidor a identidade e a qualidade do produtos orgânicos.
Descrição	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	COAGRO / CGDS / DEPROS / SDC
Unidades executoras	SEPDAg

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG
Coordenador nacional da ação	Rogério Pereira Dias
Responsável pela execução da ação no nível local	Johil Antonio C. da Cruz

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 22. Metas e Resultados da ação CERTORGAN

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Participação em eventos de difusão e regulamentação da política de Agricultura Orgânica.	7	4.484,08	6	894,92
Divulgação da Lei 10.831/Agricultura Orgânica para Associação de Produtores/Reunião para divulgação.	3		5	
Curso de Preparação de Fiscais	2		1	
Fiscalização	3		-	

Fonte: Relatório de Atividades do SEPDAG. 2009.

Análise das metas e resultados

As atividades programadas visam desenvolver ações de caráter educativo para difundir, junto aos agentes da rede de produção orgânica e demais interessados, a Lei nº 10.831, que dispõe sobre a agricultura orgânica, como também inspecionar e fiscalizar estabelecimentos, produtores e produtos orgânicos, com vista a garantir ao consumidor, a identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.

2.3.2.4.4. Ação 8592 – Desenvolvimento e monitoramento de sistemas de rastreabilidade agroalimentar - RASTREAB

Quadro 36. Dados gerais da Ação RASTREAB

Tipo	Atividade
Finalidade	Identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária, a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, conformidade, segurança e inocuidade dos alimentos, quebrando barreiras técnicas e sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros ao mercado interno e externo, assegurar a fidedignidade das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.
Descrição	Fiscalização, identificação e escrituração da procedência dos animais, gestão da movimentação, registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção, coordenar e fiscalizar as entidades delegadas para execução de registro genealógico das diversas raças.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	CSR/SDA/MAPA
Unidades executoras	SEPDAG/DT - BA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG/DT - BA
Coordenador nacional da ação	Naor Maia Luna
Responsável pela execução da ação no nível local	Beatriz de Assis Junqueira

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 23. Metas e Resultados da ação RASTREAB

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Coordenação do SISBOV (Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos) no Estado da Bahia – Promoção de Auditorias e treinamentos.	117	62.149,88	6	0
Auditorias de Conformidade em Estabelecimentos rurais Aprovados no SISBOV	117	-	6	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEPDAG. 2009.

Análise das metas e resultados

As ações relativas ao desenvolvimento e monitoramento de sistemas de rastreabilidade agroalimentar no SEPDAG iniciaram em 2007, através da capacitação de três fiscais federais agropecuários - FFA, para realização de auditorias nos Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV - ERAS, em todo Brasil. Em 2009, o MAPA, para atender à determinação da União Européia - que somente importaria carne bovina brasileira de estabelecimentos rurais aprovados, incluídos em lista elaborada pelo MAPA, localizados em áreas aprovadas para exportação para os países comunitários e previamente auditados por FFA, houve a necessidade de ampliação do número de FFA para realização dessa tarefa. E para dar suporte a tais procedimentos, foi ampliado o número de auditores para atendimento às demandas da Bahia e também dos demais Estados. Assim, o SEPDAG/DT-BA, viabilizou a capacitação de auditores do SISBOV, curso teórico e prático, de 12 FFA's, lotados nos diferentes Serviços desta SFA-BA.

Para o ano de 2009, foram programadas auditorias nos demais estados da federação em estabelecimentos aprovados no SISBOV – ERAS, para atender à demanda da Coordenação em Brasília. Na referida programação, os 14 auditores foram escalados em equipes de 3 ou 4 por mês, para comporem outras equipes nos estados habilitados, durante uma semana.

Embora tenha sido feita previsão orçamentária para esta ação, nenhum valor foi disponibilizado apesar de cumprimento de uma pequena parcela da meta física prevista.

2.3.2.4.5. Ação 8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias – APOIOPEC

Quadro 37. Dados gerais da Ação APOIOPEC

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias pecuárias, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Pecuárias e de Desenvolvimento Agropecuário do Suporte à Produção Integrada, com a seleção, multiplicação e preservação do material genético animal e a melhoria da eficiência da produção pecuária.
Descrição	Coordenação e identificação do processo de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação

	de Sistemas Agropecuários de Produção Integrada -SAPI,que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade,inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo ao agente envolvido na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	CPIP/CGSPR/DEPROS/ SDC
Unidades executoras	SEPDAG/DT - BA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG/DT - BA
Coordenador nacional da ação	Felipe José de Carvalho Corrêa
Responsável pela execução da ação no nível local	Johil Antonio C. da Cruz

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 24. Metas e Resultados da ação APOIOPEC

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Promoção de reuniões, oficinas e palestras sobre polinização com abelhas Apis mellífera para difusão e conscientização das abelhas no aumento de produtividade.	10	13.290,90	10	5.408,96
Visita técnica ao CENTEC, Universidade Federal do Ceará e Fazenda água Del Monte Fresh Produce Brasil Ltda sobre polinização - Ceará	1	-	1	
Reunião na UFRB e EMBRAPA sobre polinização – Cruz das Almas	1	-	1	
Reunião com palestra na Associação de Apicultores de Ribeira do Amparo e Fazenda Itaqueira, produtora de melão	2		1	
Participação no 5º Seminário de Própolis do Nordeste	1		1	
Promoção de reuniões com pesquisadores da UESB, Apicultores da Associação de Apicultores de Barra do Choça, COOPMAC e realização de palestra sobre a Importância da Polinização, Vitória da Conquista e Barra do Choça	2		1	
Reuniões da Rede Baiana de Polinizadores	3		1	
Moderadora e participante da Comissão do Concurso de Mel e Pólen do 5º Seminário de Própolis do Nordeste	-		1	
Participante da Comissão de Mel e Pólen do Congresso Nordestino de Apicultura	-		1	
Participação de reunião na Câmara Técnica de Apicultura da Bahia	-		2	

Fonte: Relatório de Atividades do SEPDAG. 2009.

Análise das metas e resultados

Nessa ação, foram desenvolvidas atividades relacionadas à apicultura, basicamente atividades com polinização, executadas com a Repol - Rede Baiana de Polinizadores - Associações e Cooperativas de Apicultores e Cafeicultores. Essas metas foram realizadas através de reuniões, palestras e oficinas com o objetivo de proporcionar a interação e conscientização entre o apicultor e produtor no que se refere a utilização das abelhas, principalmente do gênero apis, nos trabalhos de polinização, tendo em vista o incremento no aumento da produtividade em diversas culturas das quais foram sugeridas o melão, a cultura do citrus e o café.

Os resultados dessas ações foram bastante favoráveis enquanto entrosamento entre apicultores, produtores, associações e entidades participantes e os benefícios detectados nesse primeiro momento foram sócio-ambiental e significativamente econômico quando se conseguiu a interação concreta entre apicultores e proprietários na área das cucurbitaceae e ambiental pois, utilizar as abelhas para polinizar é uma técnica de respeito à natureza.

2.3.2.5. Ações do Programa Apoio do Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Quadro 38. Ações do Programa Apoio do Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Ação	Sigla	Código
Fiscalização de contratos de repasse	FISCONTRATO	2B17
Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário	APPRODUTOR	8611

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

2.3.2.5.1 Ação 2B17 – Fiscalização de contratos de repasse - FISCONTRATO

Quadro 39. Dados gerais da Ação FISCONTRATO

Tipo	Atividade
Finalidade	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CEF para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC/CIER/DIEL
Unidades executoras	SEPDAG/DT - BA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG/DT - BA
Coordenador nacional da ação	Mauro Vaz de Melo
Responsável pela execução da ação no nível local	Johil Antonio C. da Cruz

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 25. Metas e Resultados da ação FISCONTRATO

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Fiscalização “in loco” de Contratos de Repasse	18	7.631,16	19	31.360,78

Fonte: Relatório de Atividades do SEPDA. 2009.

As ações desenvolvidas através do PI FISCONTRATO objetivaram atender à implementação do Plano de Fiscalização de Contratos de Repasse por Amostragem, criado pelo Departamento de Infraestrutura e Logística – DIEL no corrente ano. As fiscalizações do gênero visam avaliar o alcance das ações contempladas no Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário – PRODESA, lastreado em recursos de emendas parlamentares, através da verificação do cumprimento da ação proposta nos Planos de Trabalho e do objetivo dela decorrente, inclusive quanto ao atendimento dos beneficiários previstos, conforme aprovados pelas Superintendências Federais de Agricultura.

Foram fiscalizados 19 contratos de repasse, nos municípios de: Vitória da Conquista, Barra, Carinhanha, Tanque Novo, Ribeira do Pombal, Cabaceiras do Paraguaçu, Pintadas, Cruz das Almas, Seabra, Ibicuí, Senhor do Bonfim, Jaguaquara, Macaúbas, Barra do Choça, Canarana e Maragogipe.

2.3.2.5.2. Ação 8611 – Apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário – APPRODUTOR

Quadro 40. Dados gerais da Ação APPRODUTOR

Tipo	Atividade
Finalidade	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.
Descrição	Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando ao aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos de escoamento da safra agropecuária.
Unid. Responsável pelas decisões estratégicas	SDC/CGPI
Unidades executoras	SEPDA/DT - BA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDA/DT - BA
Coordenador nacional da ação	Marcio Cândido Alves
Responsável pela execução da ação no nível local	Johil Antonio C. da Cruz

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 26. Metas e Resultados da ação APPRODUTOR –

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Vistorias Prévia, Fiscalização de convênios e participação em eventos.	14	18.044,82	14	208.780,03

Vistoria prévia "in loco" para emissão de parecer do convênio de recuperação de estradas vicinais no município de Lapão.	-	-	1	-
Organização de Seminários	2	-	2	-
Realização de palestras sobre SICONV na P M de Araçás e sobre polinização nos municípios de Vitória da Conquista e Barra do Choça.	-	-	2	-
Fiscalização de Convênios	12	-	4	-
Participação em eventos: 20ª Feira Nacional de Agricultura Irrigada – FENAGRI (Juazeiro) e do Seminário Território do Sisal (Valente)	-	-	2	-
Vistoria Técnica sobre polinização no município de Limoeiro do Norte-CE	-	-	1	-
Aquisição de Veículos	0	-	2	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEPDAG. 2009.

Análise das metas e resultados

As atividades desenvolvidas com os recursos do PI APPRODUTOR no ano de 2009 estão relacionadas às ações que objetivam a promoção de vistorias prévias para recuperação de estradas vicinais das prefeituras que pretendiam celebrar convênios com o MAPA.

Através do referido programa, este SEPDAG também promoveu a realização de 2 Seminários sobre Parcerias Institucionais, realizados nos municípios de Salvador e Vitória da Conquista, em parceria com a União dos Municípios da Bahia -UPB. Esses seminários tiveram como objetivo apresentar às prefeituras municipais os programas e ações deste ministério e os procedimentos relacionados ao Sistema de Convênios e Contrato de Repasse – SICONV.

O PI APPRODUTOR também foi responsável pelos recursos destinados a coordenar as fiscalizações “in loco” dos convênios relacionados com cooperativismo e associativismo, transferência de tecnologia, dentre outras ações direcionadas aos programas e projetos de incentivo e fomento à pequena produção agropecuária, como participação em eventos, visita técnica e realização de palestras.

As ações locais de fiscalizações de convênios contemplaram os seguintes proponentes: PM de Brumado, Fundação Dom Cabral (município de Luiz Eduardo Magalhães), Instituto de Desenvolvimento da Região do Sisal (município de Valente) e o VI Seminário Internacional de Certificação do Agronegócio (município de Juazeiro).

2.3.2.6. Ações do Programa Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade

Quadro 41. Ações do Programa Conservação e Manejo Sustentável da Agrobiodiversidade

Ação	Sigla	Código
Desenvolvimento da agricultura orgânica	DESENGORG	8606

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

2.3.2.6.1. Ação 8606 – Desenvolvimento da agricultura orgânica - DESENORG

Quadro 42. Dados gerais da Ação DESENORG

Tipo	Atividade
Finalidade	Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agro ecológicos;
Descrição	Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	COAGRE / CGDS / DEPROS/SDC
Unidades executoras	SEPDAG/DT - BA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG/DT - BA
Coordenador nacional da ação	Mauro Vaz de Melo
Responsável pela execução da ação no nível local	Vanuza Damiana Paiva

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 27. Metas e Resultados da ação DESENORG

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Promoção de eventos de capacitação e difusão e acompanhamento da Agricultura Orgânica na Bahia.	439	27.320,16	408	27.868,93
Atendimento ao Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes/ Beneficiados.	400	-	380	-
Reunião de nivelamento/definição de instrutores e produtores beneficiados.	8	-	6	-
Curso de capacitação para agricultores familiares do Programa Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes.	2	-	4	-

Apoio à CPOrg/Reuniões Técnicas.	6	-	4	-
V Semana Alimentos Orgânicos / Eventos	4	-	8	-
Inspeção em Propriedades Orgânicas / Programa de Sementes e Adubos Verdes	19	-	3	-
Reunião Técnica Institucional/EMBRABA	-	-	1	
Palestra Técnica	-	-	2	

Fonte: Relatório de Atividades do SEPDAG. 2009.

Análise das metas e resultados

As atividades desenvolvidas estão relacionadas às ações de fomento da Produção Orgânica junto às cooperativas, associações de produtores rurais, agricultores familiares, escolas e entidades parceiras. As ações programadas e os recursos alocados no PI - DESENGORG destinaram-se prioritariamente ao Programa de Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes e à V Semana dos Alimentos Orgânicos.

Programa banco comunitário de sementes de adubos verdes

Com a finalidade de estimular a produção de sementes de leguminosas por parte dos produtores orgânicos e agricultores em fase de transição objetivando a implantação dos Bancos Comunitários de sementes e a promoção do intercâmbio entre os agricultores familiares, esse Programa em 2009 estabeleceu como Meta beneficiar 400 produtores, envolvendo reuniões técnicas de nivelamento para definição de instrutores e beneficiados, cursos de capacitação, entrega de sementes/avaliação de acompanhamento e resultados. Foram beneficiados com o Programa 380 produtores e distribuídas um total de 1.390kg de sementes de Crotalaria juncea e 3.110Kg de sementes de Canavalia ensiformis DC. Observa-se que o Programa evoluiu em relação ao ano passado, quando na oportunidade foram contemplados 181 produtores. Ressalte-se que o Banco de Sementes deverá funcionar tanto como uma central para a administração das sementes como também organização promotora do uso da prática da adubação verde, agregando conhecimento técnico e saberes populares para capacitar e aprimorar os conhecimentos de um número cada vez maior de produtores.

Campanha da V semana de alimentos orgânicos

A campanha em questão teve por objetivo proporcionar aos consumidores um maior acesso às informações sobre os Sistemas Orgânicos de Produção numa abordagem sobre os benefícios ambientais, sociais e nutricionais dos produtos orgânicos, visando estimular o seu consumo e aproximar as pessoas envolvidas com a proposta. A Programação foi descentralizada, através da participação de parceiros da capital Salvador e de municípios do interior. As atividades foram:

- Ações no Shopping Itaigara/Restaurante Natural com duração de dois dias, compreendendo exposição de banners, cartazes, distribuição de folders, cartilhas e degustação de alimentos orgânicos, atingindo um público em torno de 600 pessoas.

- Realização de Palestras na Escola Municipal Mário Costa Neto e no Centro Municipal de Educação Infantil Cid Passos, contemplando cerca de 60 alunos.

- Participação na Mesa Redonda do I Simpósio em Ciência e Tecnologia de Alimentos da SBCTA-BAHIA, cujo tema foi “Alimentos Orgânicos: contribuição na melhoria da qualidade de vida”.

- Nos municípios de Seabra, Maraú, Itaberaba e Camaçari, as comunidades escolares foram mobilizadas e realizadas palestras sobre “A Importância da Alimentação Orgânica X Segurança Alimentar e Nutricional”.

Assim, entende-se que a campanha apesar dos escassos recursos contemplou um número significativo de pessoas, dos quatro (04) eventos programados inicialmente, conseguimos realizar oito (08) com o apoio das Associações de Produtores e Professores municipais.

Reunião técnica institucional/EMBRAPA

Objetivando atender a demanda por parte dos produtores orgânicos da cultura da banana, quanto à elaboração de um Sistema próprio de produção, a EMBRAPA promoveu uma reunião Técnica com especialistas da área, entidades afins e produtores de diferentes regiões para elaborar um Sistema de Produção, em consonância com a Lei 10.831/03/DEC 6.323/07 que dispõe sobre a agricultura orgânica. Na oportunidade, foi elaborada uma versão preliminar do Sistema em questão para posterior análise.

Inspeção de estabelecimentos produtores

Foram inspecionados três estabelecimentos produtores no município de Mata de São João, objetivando monitorar o desenvolvimento das ações do Programa de Bancos Comunitários de Sementes de Adubos Verdes. As dificuldades relacionadas à disponibilidade de recursos financeiros não permitiram inspecionar os demais estabelecimentos programados, prejudicando a análise das ações do Programa.

2.3.2.7. Ações do Programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

Quadro 43. Ações do Programa Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

Ação	Sigla	Código
Fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários	INDIGRAF	2B47

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

2.3.2.7.1. Fomento à indicação geográfica de produtos agropecuários - INDIGRAF

Quadro 44. Dados gerais da Ação INDIGRAF

Tipo	Atividade
Finalidade	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos, bem como promover a capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades

	nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo, estudos e diagnósticos, programas de cooperação técnica, orientação, promoção e acompanhamento dos processos de certificação de IG de produtos agropecuários; além de: 1 - Desenvolver sistemas de informação que subsidiem e tratem das questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; 2 - Incrementar a produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; 3 - Auditar as cadeias produtivas certificadas com IG.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	CIG/DEPTA/SDC/MAPA
Unidades executoras	SEPDAG/DT - BA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	SEPDAG/DT - BA
Coordenador nacional da ação	Bivanilda Almeida Tapias
Responsável pela execução da ação no nível local	Johil Antonio C. da Cruz

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 28. Metas e Resultados da ação – INDGRAF

Meta	Prevista		Realizada	
	Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira (R\$)
Promoção e participação em eventos de acompanhamento, difusão e regulamentação de Indicação Geográfica.	37	24.550,48	29	15.914,52
Reuniões de divulgação e sensibilização da IG.	3	-	4	-
Promoção de Seminário para disseminação do tema IG e sensibilização de produtores rurais.	1	-	1	-
Reuniões mensais de acompanhamento e orientação do projeto de requerimento de registro de Indicação de Procedência da Microrregião Abaíra para o produto cachaça e participação mensal na reunião do GEOR (Grupo Gestor Orientado para Resultados) da cadeia produtiva de cana de açúcar, na microrregião de Abaíra/BA.	18	-	12	-
Reunião com parceiros da Região Sul da Bahia para discussão do processo de implantação da Indicação Geográfica para o produto cacau cabruca.	6	-	1	-
Oficinas para produtores rurais de regiões potenciais de proteção pela IG.	3	-	0	-
Participação em reuniões técnicas nacionais dos SEPDAG, promovidas pela Coordenação Geral de Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – CIG/SDC/MAPA.	3	-	4	-
Participação em curso sobre IG – modalidade à distância – promovido pela UFSC/MAPA.	1	-	1	-
Reunião nas Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias da Bahia para orientação sobre procedimentos relativos à IG.	2	-	2	-
Palestras sobre IG.	0	-	4	-

Fonte: Relatório de Atividades do SEPDAG. 2009.

Análise das metas e resultados

Com relação as atividades de Indicação Geográfica, foram feitas divulgações e incentivos junto à cooperativas e associações de produtores rurais, entidades parceiras e em eventos afins, com o apoio de técnicos lotados no SEPDAG e nas Unidades Técnicas descentralizadas no interior do Estado.

Para o ano de 2009, foram programados diversos eventos, sendo os beneficiários diretos das ações principalmente os produtores rurais associados e cooperados onde o SEPDAG divulga e incentiva a Indicação Geográfica, em mais de 50 municípios, abrangendo diversas regiões. Além desses, os participantes dos eventos de divulgação da IG, sejam eles representantes de entidades, estudantes ou profissionais do agronegócio, tornam-se multiplicadores do tema.

Com a evolução dos trabalhos da CIG e dos SEPDAG nos Estados, está havendo um processo constante de reformulações e amadurecimento. E nesse ínterim está sendo discutida a ampliação de atuação do MAPA quanto as modalidades de propriedade intelectual, principalmente, as marcas coletivas. Esta última está sendo divulgada juntamente à Indicação Geográfica, ressaltando que a IG não é cabível em todas as situações, ao contrário das marcas coletivas. As marcas coletivas contribuem para o aprimoramento da organização dos produtores cooperados/associados, dos processos de produção; tornando o produto de melhor qualidade e possibilitando – no futuro – a proteção da região por meio da IG.

As ações de fomento apresentam resultados de curto e longo prazo, e a IG caracteriza-se como bem imaterial de propriedade coletiva. Dessa forma as regiões de alcance desse trabalho encontram-se num processo de conhecimento do tema e discussão sobre a necessidade de mudanças no processo produtivo para a adequação necessária ao pedido de registro da IG. Com isso, durante o próprio processo de organização da produção, já podem ser vislumbrados ganhos econômicos e sociais, tanto para os produtores, quanto para a população local.

Especificamente no que tange às ações do PI em questão, foram feitas:

- Reuniões de divulgação e sensibilização da IG em Vitória da Conquista, Itabuna, Cruz das Almas e Limoeiro do Norte (CE) - em ação conjunta com o SEPDAG local;
- Promoção de seminário para disseminação do tema IG e sensibilização de produtores rurais de café da região do Planalto da Conquista;
- Reuniões mensais de acompanhamento e orientação do projeto de requerimento de registro de Indicação de Procedência da Microrregião Abaíra para o produto cachaça e participação mensal na reunião do GEOR (Grupo Gestor Orientado para Resultados) da cadeia produtiva de cana de açúcar, na microrregião de Abaíra/BA;
- Reunião com parceiros da Região Sul da Bahia para discussão do processo de implantação da Indicação Geográfica para o produto cacau cabruca;
- Participação em reuniões técnicas nacionais dos SEPDAG, promovidas pela Coordenação Geral de Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – CIG/SDC/MAPA em Florianópolis, Brasília e Fortaleza;
- Participação em curso – modalidade à distância - sobre IG, promovido pela UFSC/MAPA;

- Promoção de reunião nas Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias da Bahia para orientação sobre procedimentos relativos à IG em Vitória da Conquista e Itabuna; Palestras sobre IG em Bento Gonçalves/RS.

As maiores dificuldades encontradas referem-se a disponibilidade de pessoal capacitado para execução das ações, além da falta de estrutura física do Serviço e Unidades técnicas regionais. Aliado a este fato, no decorrer do ano, os técnicos comprometem a execução dos planos operativos, em razão do surgimento de cursos e reuniões do MAPA. É reconhecida a importância de tais eventos, entretanto os mesmos geralmente são comunicados intempestivamente. Em resumo, a crescente quantidade de atividades que são solicitadas ao Serviço e a falta de estrutura e pessoal para atendimento, constituem os principais fatores de geração de uma demanda reprimida de ações de fomento, tanto de IG, quanto das demais áreas.

2.3.2.8. Ações do Programa Apoio Administrativo

Quadro 45. Ações do Programa Apoio Administrativo

Ação	Sigla	Código
Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas	MANUTSFAS	4716

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

2.3.2.8.1. Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas - MANUTSFAS

Quadro 46. Dados gerais da ação MANUTSFAS

Tipo	Ação orçamentária
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticos.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SE
Coordenador nacional da ação	Estela Alves Medeiros
Unidades executoras	DAD
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DAD
Responsável pela execução da ação no nível local	Antonio Vitorino Alves Brito

Fonte: Plano Plurianual do Governo Federal. 2008-2011.

Tabela 29. Metas e Resultados da ação – MANUTSFAS

Natureza da Despesa	Recursos (Mil R\$)		
	Programados	Disponibilizados	Executados
Manutenção da SFA/BA	1.620.105,43	1.339.443,32	1.339.443,32
Material de Consumo - 3390.30	91.381,76	124.637,79	124.637,79
Passagem Aérea - 3390.33	39.708,00	13.146,16	13.146,16
Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica - 3390.39	873.728,41	592.131,36	592.131,36
Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica - 3391.39	27.763,09	21.368,88	21.368,88
Locação de Mão-de-Obra - 3390.37	545.164,17	420.486,11	420.486,11
Diárias - 3390.14	34.920,00	54.147,81	54.147,81
Equipamentos e Material Permanente - 4490.52	-	53.752,00	53.752,00
Outros Serviços Terceiros Pessoa Física - 3390.36	7.440,00	6.310,00	6.310,00
Obrigações Tributárias e Contributivas - 3390.47	-	1.262,00	1.262,00
Despesas de Exercícios anteriores - 3390.92	-	51.577,21	51.577,21
Indenizações e Restituições - 339093	-	624,00	624,00

Fonte: SIAFI.

Análise das Metas e Resultados

Em 2009, a Divisão de Apoio Administrativo - DAD executou as suas atividades com base nos recursos provenientes do Plano Interno – MANUTSFAS, inserido no Programa de Apoio Administrativo do Ministério do Planejamento e sob gerenciamento do MAPA.

Dada a abrangência das atividades de manutenção da SFA/Ba, não se pode estabelecer meta física, uma vez que ainda não foi criado um indicador para esta atividade pelo Ministério da Agricultura. Assim, pela tabela 29, constata-se que dos recursos programados no valor de R\$ 1.620.105,43 foram disponibilizados 82,67%, executados integralmente.

No que tange aos gastos, a DAD tem uma preocupação toda especial com as despesas referentes à vigilância e segurança bem como limpeza e conservação, estando os mesmos dentro dos limites máximos estabelecidos pelos Órgãos Federais competentes.

O quadro reduzido de servidores tem dificultado o andamento das atividades da Unidade, problema esse que era amenizado com utilização de pessoal terceirizado até maio/2009.

Convém ressaltar, no entanto, que mesmo com as limitações impostas, os trabalhos da Unidade foram realizados com muito esforço, dedicação e criatividade, para que as demandas, solicitadas pelos Serviços da Área Fim, fossem atendidos, da melhor forma possível. Vale ressaltar que nas decisões tomadas foram observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade de que trata o art. 3º 4.320/64 etc, no que concerne a cada uma delas.

2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.4.1. Programação Orçamentária

A SFA/BA, no exercício de 2009, recebeu créditos orçamentários no valor total de R\$ 4.567.655,72 (Tabela 30), sendo que desse total R\$ 378.654,81 destinaram-se à Secretaria de Aquicultura e Pesca no Estado da Bahia – SEAP/BA para execução de suas ações, recursos estes oriundos do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA,

Do total recebido, 64,46% consistiram em créditos para despesas correntes, correspondendo a R\$ 2.944.622,07, sendo R\$ 328.755,81 da SEAP e 35,53% destinaram-se a despesas de capital no valor de R\$ 1.623.033,65, dos quais R\$ 49.899,00 para SEAP.

Assim, efetivamente, os créditos recebidos pela SFA/BA para a execução de sua programação, totalizaram R\$ 4.189.000,91 oriundos de 3 (três) Secretarias do MAPA: Secretaria Executiva, Secretaria de Defesa Agropecuária e Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo.

Ressalte-se que o valor total de créditos recebidos ultrapassa em 0,07% o total de recursos programados para todas as ações inseridas nos programas executados pelos Serviços da Superintendência, em que pese o valor recebido de R\$ 791.100,00, para aquisição de veículos, não terem sido programados.

Por outro lado, mesmo com a disponibilização dos recursos solicitados, constata-se a irregularidade na sua distribuição, ou seja, não existe uma programação contínua de liberação, o que dificulta a Superintendência no cumprimento das metas operacionais.

Diante do exposto, e tendo em vista a importância das atividades de defesa sanitária agropecuária (que é típica de Estado) na proteção ao patrimônio agropecuário do Estado da Bahia e na saúde pública - de valor incalculável, é que a SFA/Ba defende não apenas a necessidade de um maior aporte de recursos financeiros, condizente com o PIB agropecuário baiano, mas sobretudo sua incontingencialidade.

Tabela 30. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa – Créditos Recebidos pela SFA/BA no exercício de 2009

Natureza da Movimentação do Crédito	UG concedente	Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
			1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da dívida	3-Outras Despesas Correntes	4-Investimentos	5-Inversões Financeiras	6 - Outras Despesas de Capital
INTERNA	13002	4716	-	-	1.285.691,32	53.752,00	-	-
	13002	2000	-	-	3.415,52	-	-	-
	13002	1K40	-	-	975,56	-	-	-
	13002	4572	-	-	19.958,93	-	-	-
	13002	(*)	2.358,13	-	-	-	-	-
	13002	0181	13.095,58	-	-	-	-	-
	420013	8606	-	-	28.457,78	-	-	-
	420013	4720	-	-	894,92	-	-	-
	420013	2272	-	-	2.000,00	-	-	-
	420013	2B47	-	-	15.914,52	-	-	-
	420013	8593	-	-	6.112,62	-	-	-
	420013	8622	-	-	2.063,20	-	-	-
	420013	2B17	-	-	31.360,78	-	-	-
	420013	8611	-	-	16.423,91	192.356,12	-	-
	420013	8591	-	-	2.039,00	-	-	-
	420013	8598	-	-	5.408,96	-	-	-
	420013	2122	-	-	-	87.900,00	-	-
	130007	8658	-	-	61.508,44	353.414,00	-	-
	130007	8572	-	-	110.682,23	263.664,00	-	-
	130007	2134	-	-	239.363,97	207.185,00	-	-

Continuação da Tabela 30.

Natureza da Movimentação do Crédito	UG concedente	Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
			1-Pessoal e Encargos Sociais	2-Juros e Encargos da dívida	3-Outras Despesas Correntes	4- Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 - Outras Despesas de Capital
	130007	4842	-	-	28.597,55	-	-	-
	130007	2180	-	-	61.748,66	49.562,53	-	-
	130007	2181	-	-	11.000,00	-	-	-
	130007	8938	-	-	124.499,08	82.768,00	-	-
	130007	8939	-	-	30.691,17	69.440,00	-	-
	130007	4746	-	-	44.658,09	-	-	-
	130007	4723	-	-	12.149,23	-	-	-
	130007	2179	-	-	170.421,92	31.814,00	-	-
	130007	2177	-	-	15.791,91	-	-	-
	130007	2909	-	-	6.183,53	52.084,00	-	-
	130007	2019	-	-	9.665,93	-	-	-
	130007	2124	-	-	35.508,41	-	-	-
	130007	4745	-	-	22.216,61	-	-	-
	130007	2141	-	-	161.970,00	119.815,00	-	-
	130007	2140	-	-	33.627,65	9.380,00	-	-
EXTERNA	110008	SEAP/BA	-	-	328.755,81	49.899,00	-	-

Fonte: SIAFI

Nota: (*) A informação constante no sistema refere-se a ATIVOS, cujo código de despesa é 319008, significando despesas com outros benefícios assistenciais.

2.4.2. Execução Orçamentária

A Superintendência, no exercício de 2009, recebeu R\$ 4.567.655,72, dos quais R\$ 378.654,81 para movimentação externa (SEAP).

Do total dos créditos orçamentários recebidos pela SFA/BA, foi executado 56,74% sob modalidade de contratação Licitação, através de pregão eletrônico, enquanto as contratações diretas abarcaram 17,63% , conforme dados demonstrados na Tabela 31.

Os gastos com pagamento de pessoal, efetuados pelo MAPA na SFA/Ba totalizaram, em 2009, R\$ 53.600.480,28, correspondendo a um aumento de 33,79 % em relação a 2008.

Tabela 31. Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos recebidos pela SFA/BA

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	1.650.012,99	2.591.984,88	1.650.012,99	2.591.984,88
Convite	0	0	0	0
Tomada de Preços	322.973,61	0	322.973,61	0
Concorrência	0	0	0	0
Pregão	1.332.039,38	2.591.984,88	1.332.039,38	2.591.984,88
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Contratações Diretas	693.292,89	805.662,64	693.292,89	805.662,64
Dispensa	335.000,29	372.213,06	335.000,29	372.213,06
Inexigibilidade	358.292,60	433.449,58	358.292,60	433.449,58
Regime de Execução Especial	314.688,59	323.613,95	145.765,08	144.394,86
Suprimento de Fundos	314.688,59	323.613,95	145.765,08	144.394,86
Pagamento de Pessoal	40.808.624,38	54.538.937,66	40.808.624,38	54.538.937,66
Pagamento em Folha	40.064.105,43	53.600.480,28	40.064.105,43	53.600.480,28
Diárias	744.518,95	938.457,38	646.833,61	924.396,14
Outros

Fonte: SIAFI e SIAPE/GRCOFINDDP.

Na Tabela 32 estão demonstradas as despesas correntes e de capital por grupo e elemento de despesa da SFA/BA nos anos de 2008 e 2009, estando aí inseridos os valores destinados à SEAP. Já na Tabela 33, os dados apresentados referem-se somente às despesas da SFA/BA.

Analisando a Tabela 32, observa-se que, em 2009, o montante das despesas correntes executadas foi de R\$ 2.944.622,07 (dois milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e vinte e dois reais e sete centavos), equivalente a 64,46% do total da despesa executada no período. Comparando com o ano de 2008, essas despesas representaram um aumento de 10,63%. Vale salientar que as Despesas Correntes constituem-se despesas de natureza operacional, com a manutenção e o funcionamento da Superintendência. Por outro lado, as despesas de capital totalizaram R\$ 1.623.033,65 (um milhão, seiscentos e vinte e três mil, trinta e três reais e sessenta e cinco centavos), aplicados na aquisição de materiais permanentes, mais especificamente, aquisição de veículos e equipamentos de informática. Este montante equivale a 35,54% da despesa executada no exercício.

Já na Tabela 33, constata-se que o montante das despesas correntes executadas propriamente pela SFA/BA foi de R\$ 2.615.866,26 (dois milhões, seiscentos e quinze mil, oitocentos e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos), equivalente a 62,44% do total da despesa executada no período. Comparando com o ano de 2008, essas despesas representaram um aumento de 4,20%. Por outro lado, as despesas de capital totalizaram R\$ 1.573.134,65 (um milhão, quinhentos e setenta e três mil, cento e trinta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), aplicados na aquisição de materiais permanentes, mais especificamente, aquisição de veículos e equipamentos de informática. Este montante equivale a 37,55% da despesa executada no exercício.

No primeiro semestre, a SFA/Ba passou por alguns transtornos na execução orçamentária em virtude de fatores como a descentralização de créditos, menor do que a demanda necessária para a execução das ações do Programa de Exportação de Manga em função do reajuste do valor da diária, assim como o atraso na liberação dos recursos financeiros reprogramados.

Outro fator que prejudicou na execução orçamentária foi a carência de pessoal administrativo, retardando o andamento dos processos licitatórios.

Tabela 32. Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos recebidos pela SFA/Ba * (R\$)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercício							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
DESPESAS CORRENTES	2.775.155,97	2.944.622,07	2.661.593,88	2.944.622,07	157.751,69	209.569,32	58.094,08	118.675,84
1 – Despesas de Pessoal	-	15.453,71	-	15.453,71	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	2.775.155,97	2.929.168,36	2.661.593,88	2.929.168,36	157.751,69	209.569,32	58.094,08	118.675,84
Diárias - 3390.14	646.833,61	924.396,14	646.833,61	924.396,14	-	-	-	-
Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica - 3390.39	804.417,56	902.501,05	804.417,56	902.501,05	70.985,10	95.373,83	42.582,81	45.538,76
Locação de Mão-de-Obra - 3390.37	522.355,04	447.458,75	522.355,04	447.458,75	33.212,52	-	-	33.212,52
Demais elementos do grupo	801.549,75	654.812,42	687.987,67	654.812,42	53.554,07	114.195,48	15.511,27	39.924,56
DESPESAS DE CAPITAL	5.100.460,70	1.623.033,65	5.100.460,70	1.623.033,65	318.455,53	1.175.234,14	173.066,95	291.692,89
4 – Investimentos	5.100.460,70	1.623.033,65	5.100.460,70	1.623.033,65	318.455,53	1.175.234,14	173.066,95	291.692,89
Transferência a Estado e DF - 45.30.00	4.601.000,00	-	4.601.000,00	-	-	-	-	-
Equipamentos e Material Permanente- 4490.52	264.460,70	1.623.033,65	264.460,70	1.623.033,65	83.455,53	1.175.234,14	173.066,95	79.245,54
Obras e Instalações – 4490.51	235.000,00	-	235.000,00	-	235.000,00	-	-	212.447,35
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6- Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI.

NOTA: * Incluindo valores da SEAP.

Tabela 33. Despesas Correntes e de Capital por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos recebidos pela SFA/Ba , sem valores da SEAP* (R\$)

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercício							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
DESPESAS CORRENTES	2.623.887,70	2.615.866,26	2.510.325,62	2.615.866,26	157.751,69	209.569,32	58.094,08	118.675,84
1 – Despesas de Pessoal	-	15.453,71	-	15.453,71	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	2.623.887,70	2.600.412,55	2.510.325,62	2.600.412,55	157.751,69	209.569,32	58.094,08	118.675,84
Diárias - 3390.14	628.072,43	889.825,92	628.072,43	889.825,92	-	-	-	-
Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica - 3390.39	747.735,02	695.490,84	747.735,02	695.490,84	70.985,10	95.373,83	42.582,81	45.538,76
Locação de Mão-de-Obra - 3390.37	505.400,04	420.486,11	505.400,04	420.486,11	33.212,52	-	-	33.212,52
Demais elementos do grupo	742.680,21	594.609,68	629.118,13	594.609,68	53.554,07	114.195,48	15.511,27	39.924,56
DESPESAS DE CAPITAL	5.100.460,70	1.573.135,65	5.100.460,70	1.573.135,65	318.455,53	1.175.234,14	173.066,95	291.692,89
4 – Investimentos	5.100.460,70	1.573.135,65	5.100.460,70	1.573.135,65	318.455,53	1.175.234,14	173.066,95	291.692,89
Transferência a Estado e DF - 45.30.00	4.601.000,00	-	4.601.000,00	-	-	-	-	-
Equipamentos e Material Permanente- 4490.52	264.460,70	1.573.135,65	264.460,70	1.573.135,65	83.455,53	1.175.234,14	173.066,95	79.245,54
Obras e Instalações – 4490.51	235.000,00	-	235.000,00	-	235.000,00	-	-	212.447,35
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6- Outras Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI.

2.4.3. Evolução de Gastos Gerais

A Superintendência Federal de Agricultura na Bahia – SFA/BA apresentou, no exercício de 2009, despesas com diárias, passagens, serviços terceirizados e cartão de crédito corporativo no valor total de R\$ 1.675.337,68 e, se comparado com os anos anteriores de 2008 e 2007, o crescimento foi de 6,18% e de 17,77%, respectivamente.

Segundo os dados apresentados, as maiores despesas foram com Diárias que consumiram 55,23% do valor total sendo seguido pelos Serviços Terceirizados com 26,74%. Os dois itens juntos abarcaram 81,97% do gasto total. A explicação para o incremento das despesas com diárias reside no fato do Governo Federal ter em 2009, aumentado o valor da diária que até então estava bastante defasado.

Já os gastos com cartão corporativo ficaram apenas 8,73% do valor total, explicado por um melhor uso pelos servidores e com mais racionalidade.

Tabela 34. Evolução de gastos gerais da SFA/Ba

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	158.333,66	260.236,08	124.018,60
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	575.736,38	649.431,86	924.396,14
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	501.105,57	522.355,05	480.777,88
3.1 Publicidade	0,00	0,00	0,00
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	396.974,73	389.504,97	389.169,60
3.3 Tecnologia da Informação	0,00	0,00	33.319,13
3.4 Outras terceirizações	104.130,84	132.850,08	58.289,15
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	187.257,67	145.765,08	146.145,06
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	(187.257,67)	(145.765,08)	(144.394,86)
TOTAL	1.422.433,28	1.577.788,07	1.675.337,68

Fonte: SIAFI.

2.4.4. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela SFA/BA

Dados da Tabela 34 mostram que, para a execução das 29 ações sob sua responsabilidade, a SFA/BA utilizou R\$ 4.057.233,99 (quatro milhões, cinquenta e sete mil, duzentos e trinta e três reais e noventa e nove centavos), equivalendo a 96,85% dos créditos recebidos no valor de R\$ 4.189.000,91 (excluindo os do SEAP).

Observa-se também que do total de recursos programados pelos diversos Serviços da SFA/BA para execução das ações no valor de R\$ 4.186.010,46, foram executados 96,92%, merecendo destaque o fato de R\$ 791.100,00 (aquisição de veículos) não terem sido programados.

Ressalte-se que a descentralização dos recursos por depender do órgão central que estabelece as diretrizes, implica em muitas reprogramações orçamentárias pelos serviços técnicos da SFA/BA. Não há uma uniformidade de procedimentos nas diversas coordenações das secretarias do órgão central, haja vista que em alguns PI's foi descentralizado o valor dos recursos solicitados; em outros, o valor liberado foi aquém do solicitado; em outros PI's, o valor liberado foi além do solicitado; e em outros, não foi liberado nenhum recurso.

Constata-se que os valores executados em muitas ações/plano internos ultrapassam em muito os valores programados - caso das ações PCEANIMAL, PCEVEGETAL, INSPANIMAL, APPRODUTOR, FISFECOI e podem ser explicados pela inclusão de despesas com equipamentos e material permanente (aquisição de veículos, equipamentos de informática). Isso prejudica substancialmente a análise de desempenho por ação uma vez que para o cálculo do indicador de eficiência se insere valores que não correspondem ao custo médio de uma fiscalização realizada, por exemplo.

Duas ações por não receberam recursos – VIGIZOO e RASTREAB, tiveram o cumprimento de suas metas prejudicado, embora tenha sido feito um esforço pela equipe técnica responsável para sua execução. Por outro lado, uma ação que não teve programação financeira, caso da FISCORGEN, foi atendida. Isso demonstra claramente a falta de alinhamento entre as coordenações do MAPA.

Na ação FISCALSEM, observa-se que houve super dimensionamento quando da elaboração da programação pelo Serviço responsável, pois as metas foram praticamente executadas (692 de 697,) com apenas 34,70% dos recursos programados.

Caso especial se verifica no Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário onde o trabalho desenvolvido (as metas programadas consistem em promoção de eventos) depende em sua maior parte de parcerias com outras instituições (públicas ou privadas), representando uma fonte de incertezas e dependência. Assim, por mais que haja planejamento e dotação orçamentária, a programação pode ser severamente afetada em razão do cumprimento dos acordos com os parceiros, sejam eles: fornecedores, instituições governamentais, cooperativas e associações, produtores rurais, profissionais do setor, etc. Cumpre assinalar que, em 2009, parte dos recursos utilizados em campo, para o cumprimento das programações, vieram de instituições parceiras.

Finalmente, vale registrar que grande parte das ações tiveram as suas metas praticamente executadas e outras superaram de forma significativa as metas estabelecidas – caso da VIGIFITO, FISCPLANTA, FISCANIMAL, FISCORGEN, FISPROVET, FISCAGRIC, FISCINAN. Esse panorama mostra, em última análise, o esforço e desempenho de toda equipe técnica, mesmo diante de dificuldades encontradas.

Tabela 35. Demonstrativo de execução física e financeira das ações realizadas pela SFA/BA - 2009

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira (R\$)		
							Prevista	Realizada	A ser realizada em 2010	Prevista	Realizada	A ser realizada em 2010
20	604	357	8658	A	3	Estabelecimento supervisionado	483	407	457	111.159,95	414.922,44	145.709,01
20	604	357	4842	A	3	Estabelecimento fiscalizado	164	156	287	63.339,00	28.597,55	241.963,00
20	604	357	2139	A	3	Estabelecimento fiscalizado	25	19	32	7.474,00	0,00	12.251,00
20	603	357	8572	A	3	Estabelecimento inspecionado	550	424	550	110.071,26	374.346,23	174.147,50
20	603	357	2134	A	3	Produtos certificados	1.360	1.508	1.500	567.230,49	446.548,97	1.059.022,00
20	603	357	2180	A	3	Estabelecimento fiscalizado	17.858	29.709	(*)	111.311,19	111.311,19	(*)
20	604	357	2181	A	3	Estabelecimento fiscalizado	2.439	3.385	(*)	11.000,00	11.000,00	(*)
20	604	356	8938	A	3	Estabelecimento inspecionado	92	90	94	140.684,38	207.267,08	645.771,00
20	603	356	8939	A	3	Estabelecimento inspecionado	220	188	149	197.607,68	100.131,06	
20	603	356	4723	A	3	Estabelecimento fiscalizado	17	19	(*)	17.000,00	12.149,23	(*)
20	603	356	4746	A	3	Volume (t) de produtos fiscalizados	650.000	505.241	600.000	227.411,28	44.658,09	315.220,62
20	604	356	4745	A	3	Estabelecimento fiscalizado	87	94	150	0,00	22.216,61	35.758,00
20	603	375	2179	A	3	Estabelecimento fiscalizado	697	692	683	582.777,04	202.235,92	380.000,00
20	603	375	2141	A	3	Estabelecimento fiscalizado	450	365	1.100	110.033,52	281.785,11	377.272,04

Continuação da Tabela 35.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta Física			Meta Financeira (R\$)		
							Prevista	Realizada	A ser realizada em 2010	Prevista	Realizada	A ser realizada em 2010
20	603	375	2909	A	3	Estabelecimento fiscalizado	28	17	11	13.456,48	58.267,53	17.122,75
20	602	375	2140	A	3	Estabelecimento fiscalizado	230	357	176	31.900,00	43.007,65	80.000,00
20	601	375	2177	A	3	Estabelecimento fiscalizado	30	47	55	27.103,86	15.791,91	27.103,86
20	601	375	2124	A	3	Estabelecimento fiscalizado	113	352	370	42.000,00	35.508,41	145.400,00
20	602	375	2019	A	3	Estabelecimento fiscalizado	43	34	47	12.000,00	9.665,93	19.500,00
20	602	1442	8591	A	3	Evento realizado	8	5	8	13.086,50	2.039,00	15.310,00
20	603	1442	4720	A	3	Estabelecimento fiscalizado	7	6	25	4.484,08	894,92	18.736,71
20	602	1442	8592	A	3	Auditoria realizada	117	6	12	62.149,88	0,00	4.224,00
20	601	1442	8593	A	3	Evento realizado	6	3	6	11.786,92	6.112,62	14.143,20
20	602	1442	8598	A	3	Evento realizado	10	10	10	13.290,90	5.408,96	42.000,00
20	601	393	2B47	A	3	Evento realizado	37	29	18	24.550,48	15.914,52	14.331,90
20	601	6003	8611	A	3	Evento realizado	14	14	20	18.044,82	208.780,03	35.696,57
20	601	6003	2B17	A	3	Evento realizado	18	19	20	7.631,16	31.360,78	29.237,05
20	601	1426	8606	A	3	Produtor capacitado	439	408	60	27.320,16	27.868,93	4.485,00
20	...	760	4716	A	3	-	-	-	-	1.620.105,43	1.339.443,32	1.547.165,79

Fonte:Relatórios de Atividades dos Serviços da SFA/Ba. 2009

Nota: (*) A programação dessa ação depende das Coordenadorias do órgão central.

(...) Não disponível.

2.4.5. Indicadores de Desempenho

Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária

Ação 8658 – Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais

Quadro 47. Indicadores da ação PCEANIMAL

Indicador de desempenho	Ações fiscalizadas na área de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais executadas pelas Unidades Veterinárias Locais – UVL's do Órgão Executor – ADAB por delegação de competência do MAPA
Utilidade	Avaliar a condução e execução das ações
Tipo	a) Eficácia, b) eficiência e c) efetividade
Fórmula de cálculo	a) número de fiscalizações realizadas em relação ao programado: $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) \cdot 100] - 100$ b) custo médio de uma fiscalização realizada em relação ao custo médio de uma fiscalização programada: $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) \cdot 100] - 100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade realizada de fiscalização: $CUR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade programada de fiscalização: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$ c) nº de propriedades livres de doenças/total de propriedades com rebanho no Estado $VR2009 = \text{N}^\circ \text{ propriedades livres de doenças.2009} / \text{Total de propriedades com rebanho no Estado 2009}$
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais do órgão executor (ADAB)
Área responsável pelo cálculo/medição	SEDESA
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -16,00% Eficiência: 342,97% Efetividade: 100%
Análise	O desempenho dessa ação não foi muito satisfatório. Consta-se que só foram atingidas 84% da meta física programada decorrente, principalmente, do número insuficiente de Fiscais Federais para atender as demandas necessárias do Programa. O índice de eficiência foi de 342,97%, explicado por estar incluso, na sua meta financeira realizada, a aquisição de veículos que não estava na programação.

Fonte: Relatórios mensais do SEDESA.

Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa

Quadro 48. Indicadores da ação FEBREAFTOS

Indicador de desempenho	Ações fiscalizadas na área de erradicação da febre aftosa executadas pelas Unidades Veterinárias Locais – UVL's do Órgão Executor – ADAB por delegação de competência do MAPA
Utilidade	Avaliar a condução e execução das ações
Tipo	a) Eficácia, b) eficiência e c) efetividade
Fórmula de cálculo	a) número de fiscalizações realizadas em relação ao programado: $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) \cdot 100] - 100$

	<p>b)custo médio de uma fiscalização realizada em relação ao custo médio de uma fiscalização programada: $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade realizada de fiscalização: $CUR2009=(CR2009 : QR2009)$ e</p> <p>Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade programada de fiscalização: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$</p> <p>c) N° de propriedades livres da Febre Aftosa/Total de propriedades com rebanho no Estado $VR2009 = N^{\circ}$ propriedades livres de Febre Aftosa/ Total de propriedades com rebanho no Estado</p>
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais do órgão executor (ADAB)
Área responsável pelo cálculo/medição	SEDESA
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: - 4,87 % Eficiência: - 52,53 % Efetividade: 100%
<p>Análise</p> <p>A falta de recursos para a realização de uma auditoria foi decisiva para o não atingimento da meta de 100% do programado.</p> <p>A opção pela realização de auditorias com permanência acima de 12 dias, evitando-se retornar grandes distancias para a sede e posteriormente retornar para dar seqüência e continuidade a auditoria, foi decisivo para a diminuição dos custos médio de cada auditoria em 52,53% do realizado sobre o programado.</p> <p>O programa de erradicação da febre aftosa obteve avaliações que permitem o aumento da área livre de febre aftosa com vacinação, com a redução da zona tampão.</p> <p>Ressalte-se um ganho institucional com a parceria entre a Agencia Estadual de Defesa Agropecuária na Bahia- ADAB e o Serviço de Defesa Agropecuária – SEDESA/DT/SFA-BA.</p>	

Fonte: Relatórios mensais do SEDESA.

Ação 2139 – Vigilância e Fiscalização do trânsito interestadual de animais, seus produtos e insumos

Quadro 49. Indicadores da ação VIGIZOO

Indicador de desempenho	Ações fiscalizadas do VIGIZOO executadas pelas Unidades Veterinárias Locais – UVL's do Órgão Executor – ADAB por delegação de competência do MAPA
Utilidade	Avaliar a condução e execução das ações
Tipo	a) Eficácia, b) eficiência e c) efetividade
Fórmula de cálculo	<p>a)número de fiscalizações realizadas em relação ao programado: $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$</p> <p>b)custo médio de uma fiscalização realizada em relação ao custo médio de uma fiscalização programada: $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade realizada de fiscalização: $CUR2009=(CR2009 : QR2009)$ e</p> <p>Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade</p>

	<p>programada de fiscalização: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$</p> <p>c) N° de propriedades livres das doenças/Total de propriedades com rebanho no Estado $VR2009 = \text{N}^\circ \text{ propriedades livres de doenças} / \text{Total de propriedades com rebanho no Estado}$</p>
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais do órgão executor (ADAB)
Área responsável pelo cálculo/medição	SEDESA
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: - 24 % Eficiência: -100,00 Efetividade: 100%
Análise	
<p>O índice de eficácia foi de -24%, significando que foram alcançadas apenas 76% da meta física. O alcance dessa meta só foi possível pela parceria durante a realização das atividades de outros programas pois não houve disponibilização de recursos para essa ação. Logo a falta de recursos foi determinante na limitação das atividades do programa de vigilância.</p>	

Fonte: Relatórios mensais do SEDESA.

Ação 8572 – Prevenção, controle e erradicação de pragas dos vegetais

Quadro 50. Indicadores da ação PCEVEGETAL

Indicador de desempenho	Inspecções fitossanitárias em pomares de manga e mamão
Utilidade	Avaliar a execução das ações
Tipo	a) Eficácia, b) eficiência e c) efetividade
Fórmula de cálculo	<p>a) número de inspeções realizadas em relação ao programado $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$</p> <p>b) custo médio de uma inspeção realizada em relação ao custo médio de uma inspeção programada $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade realizada de inspeção: $CUR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade programada de inspeção: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$</p> <p>c) Índice de conformidade nas inspeções fitossanitárias em pomares de manga e mamão $VR2009 = \text{Pomares Inspeccionados com conformidade} / \text{Total de Pomares Inspeccionados}$</p>
Método de aferição	Dados obtidos dos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEDESA – Área Vegetal
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -22,91% Eficiência: 341,16% Efetividade: 100%
Análise	
<p>As inspeções fitossanitárias realizadas em pomares de manga e mamão em 2009 ficaram abaixo da meta</p>	

programada, atestada pelo índice de eficácia de -22,91%, ou seja, foi alcançada somente 77,09% da meta programada. A redução das atividades principalmente no monitoramento dos pomares ocorreu devido a problemas na comercialização destes produtos no mercado internacional, principalmente, para os Estados Unidos.

O índice de eficiência foi de 341,16%, mostrando que a equipe técnica fez uso de mais de 100% dos recursos programados para a execução de 77,09% da meta física programada. Isso pode ser explicado tanto pelo aumento do valor das diárias pagas aos técnicos executores como pela aquisição de veículos. O indicador de efetividade foi satisfatório, 100%, demonstrando que todas as inspeções realizadas estavam dentro da normalidade.

Fonte: Relatórios mensais do SEDESA.

Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do trânsito interestadual de vegetais, seus produtos e insumos

Quadro 51. Indicadores da ação VIGIFITO

Indicador de desempenho	Certificações fitossanitárias em pomares de manga, mamão e uva destinados à exportação
Utilidade	Avaliar a execução das ações
Tipo	a) Eficácia, b) eficiência e c) efetividade
Fórmula de cálculo	<p>a) número de certificações emitidas em relação ao programado $VR2009 = [(CR2009 : CP2009) \cdot 100] - 100$</p> <p>b) custo médio de uma certificação emitida em relação ao custo médio de uma programada $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) \cdot 100] - 100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/certificação emitida $CUR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/ certificação programada $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$</p> <p>c) Índice de conformidade nas certificações fitossanitárias em pomares de manga, mamão e uva $VR2009 = \text{Certificação com conformidade} / \text{Total de Certificações fitossanitárias}$</p>
Método de aferição	Dados obtidos dos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEDESA – Área Vegetal
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 10,88 % Eficiência: -29,00% Efetividade: 100%
Análise	Os recursos financeiros programados nestas atividades foram totalmente modificados devido ao aumento no valor das diárias, o que acarretou atraso no repasse destes para o segundo semestre de 2009. Foram efetuados os devidos ajustes na programação anual de 2009 e realizado treinamento de pessoal objetivando ao atendimento da demanda. Apesar do problema, os serviços foram executados satisfatoriamente, como mostram os indicadores de eficácia, eficiência e efetividade. Foi alcançado 10,88% a mais da meta programada, utilizando recursos financeiros abaixo do previsto (índice de eficiência de -29,00%).

Fonte: Relatórios mensais do SEDESA.

Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do trânsito internacional de vegetais, seus produtos e insumos

Quadro 52. Indicadores da ação FISCPLANTA

Indicador de desempenho	Partidas inspecionadas
Utilidade	Avaliar a execução das ações
Tipo	a) Eficácia, b) eficiência e c) efetividade
Fórmula de cálculo	<p>a) número de partidas inspecionadas realizadas em relação ao programado $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) \cdot 100] - 100$</p> <p>b) custo médio de uma partida inspecionada realizada em relação ao custo médio de uma programada $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) \cdot 100] - 100$ onde:</p> <p>Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/partida inspecionada $CUR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/ partida inspecionada $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$</p> <p>c) Índice de conformidade nas partidas inspecionadas no Estado da Bahia $VR2009 = \text{Partida inspecionada com conformidade} / \text{Total de Partida inspecionada}$</p>
Método de aferição	Dados obtidos dos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	VIGIAGRO
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 66,36% Eficiência: -40,29 % Efetividade: 98,77%
Análise	<p>O alto desempenho verificado no cumprimento da meta física (66,36% a mais do previsto) deveu-se a fatores como descentralização das ações do VIGIAGRO, a unificação das equipes do Porto e do Aeroporto de Salvador e a adoção do novo sistema de plantão. O índice de eficiência foi da ordem de -40,29%, o que equivale dizer que para execução dessa ação, a equipe conseguiu um baixo custo operacional. Ressalte-se que dos recursos disponibilizados, 50% foram direcionados para a aquisição de mobiliário e equipamentos de informática.</p> <p>A taxa de conformidade dessa ação foi de 98,77%.</p>

Fonte: Relatórios mensais do VIGIAGRO.

Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do trânsito internacional de animais, seus produtos e insumos

Quadro 53. Indicadores da ação FISCANIMAL

Indicador de desempenho	Partidas inspecionadas
Utilidade	Avaliar a execução das ações
Tipo	a) Eficácia, b) eficiência e c) efetividade
Fórmula de cálculo	<p>d) número de partidas inspecionadas realizadas em relação ao programado;</p> <p>e) custo médio de uma partida inspecionada realizada em relação ao custo médio de uma programada;</p> <p>f) Índice de conformidade nas partidas inspecionadas no Estado da Bahia</p>

Método de aferição	Dados obtidos dos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	VIGIAGRO
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 38,78% Eficiência: -27,95% Efetividade: 99,76%
Análise Constata-se que os indicadores de desempenho também foram satisfatórios, com o cumprimento da meta acima do previsto, com baixo custo e a taxa de conformidade foi de praticamente 100%.	

Fonte: Relatórios mensais do VIGIAGRO.

Programa 356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

Ação 2145 – Inspeção industrial e sanitária dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal

Quadro 54. Indicadores da ação INSPANIMAL

Indicador de desempenho	Estabelecimentos supervisionados
Utilidade	Avalia o desempenho da supervisão
Tipo	a) Eficácia b) Eficiência c) Efetividade
Fórmula de cálculo	a) número de supervisões realizadas em relação ao programado $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$ b) custo médio de uma supervisão realizada em relação ao custo médio de uma supervisão programada $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade realizada de supervisão: $CUR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade programada de supervisão: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$ c) taxa de conformidade: nº de estabelecimentos supervisionados com conformidade em relação ao total de estabelecimentos supervisionados $VA2009 = QR2009 - QT2009$
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SIPAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -3,00 % Eficiência: 50,60 % Efetividade: 100,00 %
Análise Os indicadores revelam que somente 3% da meta programada não foi realizada e os custos da execução das metas ficaram acima do programado. Ressalte-se que a falta de pessoal técnico, administrativo e motoristas; a disponibilidade de veículos oficiais em número suficiente para os deslocamentos de técnicos e a dificuldade para a realização de análises laboratoriais dificultaram bastante as ações do SIPAG no presente exercício. Os concursos públicos realizados pelo MAPA não têm atendido a demanda, quanto ao número de servidores exigidos, em particular no que se refere aos Fiscais Federais Agropecuários. Existem três matadouros frigoríficos necessitando desses profissionais. Supõe-se que a adoção de certas ações poderiam facilitar bastante a melhoria de resultados futuros. Uma	

melhor distribuição do número de UTRAS poderia proporcionar mais agilidade no desempenho de todos os Serviços, tendo em vista a grande área geográfica do estado da Bahia. É necessário e urgente que se pense também no credenciamento de um laboratório no estado da Bahia para agilizar a realização de nossas análises. O Lanagro, laboratório credenciado que realiza atualmente a análise das nossas amostras, está localizado no estado de Pernambuco e reformas ocorridas nas suas unidade, bem como o excesso de demanda têm dificultado sobretudo o andamento das ações deste SIPAG.

Fonte: Relatórios mensais do SIPAG.

Ação 2131 – Inspeção de bebidas, vinagres, café e outros produtos de origem vegetal -

Quadro 55. Indicadores da ação IPVEGETAL

Indicador de desempenho	Estabelecimentos inspecionados
Utilidade	Avalia o desempenho da inspeção
Tipo	a) Eficácia b) Eficiência c) Efetividade
Fórmula de cálculo	a) número de inspeções realizadas em relação ao programado $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$ b) custo médio de uma inspeção realizada em relação ao custo médio de uma inspeção programada $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade realizada de inspeção: $CUR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade programada de inspeção: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$ c) taxa de conformidade: nº de estabelecimentos inspecionados com conformidade em relação ao total de estabelecimentos inspecionados $VR2009 = \frac{\text{Estab. Inspec. Com conform.2009}}{\text{Estab. Inspec. Total2009}}$
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SIPAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -14,55 % Eficiência: -40,70% Efetividade: 90,38 %
Análise	<p>Após análise dos dados, pode-se concluir que o desempenho operacional do SIPAG/Inspeção Vegetal foi bom com o nível de efetividade de 90%, esse percentual poderia ser pleno caso as liberações financeiras tivessem seguido seu cronograma.</p> <p>A eficiência de – 40,70% reflete a boa utilização dos recursos disponibilizados, ressaltando o fato de que cerca de 70% desses recursos foram utilizados na aquisição de material permanente (veículo automotor) e somente o restante foi gasto efetivamente com custeio.</p>

Fonte: Relatórios mensais do SIPAG.

Ação 4746 – Padronização e classificação de produtos vegetais –

Quadro 56. Indicadores da ação PADCLASSIF

Indicador de desempenho	Produtos fiscalizados
Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização
Tipo	a) Eficácia b) Eficiência c) Efetividade
Fórmula de cálculo	a) número de fiscalizações realizadas em relação ao programado $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) \cdot 100] - 100$ b) custo médio de uma fiscalização realizada em relação ao custo médio de uma fiscalização programada $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) \cdot 100] - 100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade realizada de fiscalização: $CUR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade programada de fiscalização: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$ c) taxa de conformidade: nº de estabelecimentos fiscalizados com conformidade em relação ao total de estabelecimentos fiscalizados $VR2009 = \frac{\text{Estab. Fiscal. com conf. 2009}}{\text{Estab. Fiscal Total 2009}}$
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SIPAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -22,27 % Eficiência: -74,74 % Efetividade: 7,46%
Análise	
<p>A escassez de pessoal na área de apoio operacional, tem refletido diretamente nas ações técnicas, uma vez que os Fiscais tem executado atividades administrativas, cujo tempo poderia ser melhor utilizado nas tarefas inerentes à fiscalização, o que tem propiciado muito atraso no andamento dos processos e controle das informações oriundas dos trabalhos de fiscalização.</p> <p>É flagrante a deficiência de equipamentos de informática, especialmente de impressoras e computadores, bem como a dificuldade de acesso aos sistemas de Controle Processual (SICAR). O número de veículos em disponibilidade para a execução dos trabalhos foi insuficiente, o que tem contribuído muito, para o não cumprimento das nossas metas.</p> <p>As dificuldades para a compra de alguns materiais, importantes para dinamizar as atividades do Serviço, tais como formulários e sacos para coleta de amostras, com pedidos formalizados ao setor de compras desde o início deste ano, simplesmente não aconteceu.</p> <p>Vale ressaltar também, que a única linha telefônica com DDD disponível, foi desligada o que tem dificultado não somente a comunicação com os interessados como também o recebimento de fax das empresas, documento juridicamente importante como peça processual, pelo do fato do aparelho em disponibilidade estar sem condições de uso para tal finalidade.</p> <p>Todo o grupo de profissionais da Qualidade Vegetal deste SIPAG é unânime em afirmar, que se as pendências relatadas forem resolvidas, a dinâmica operacional deste setor no próximo ano, terá uma eficiência e eficácia bem superiores aos registrados em 2009.</p>	

Fonte: Relatórios mensais do SIPAG.

Ação 4745 – Fiscalização das atividades com organismo geneticamente modificado

Quadro 57. Indicadores da ação FISCORGEN

Indicador de desempenho	Estabelecimentos fiscalizados
Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização
Tipo	a) Eficácia b) Eficiência c) Efetividade
Fórmula de cálculo	a) número de fiscalizações realizadas em relação ao programado $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) \cdot 100] - 100$ b) custo médio de uma fiscalização realizada em relação ao custo médio de uma fiscalização programada $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) \cdot 100] - 100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada realizada: $CUR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada programada : $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$ c) taxa de conformidade: nº de estabelecimentos fiscalizados em relação ao total de estabelecimentos cadastrados $VR2009 = \frac{\text{Estab. Fiscal. com conf. 2009}}{\text{Total de Estab. Fiscal Cadastrados 2009}}$
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SIPAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 8,04 % Eficiência: - Efetividade: -
Análise	<p>Apesar desta ação estar inserida no programa em análise cujas outras ações são executadas pelo SIPAG, a mesma está sendo executada no Estado da Bahia pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG.</p> <p>O número de fiscalizações realizadas no ano de 2009 superou em 8,04% a meta programada, revelando um excelente desempenho.</p> <p>Por falta de informações, não foi possível a obtenção dos outros indicadores.</p>

Fonte: Relatórios mensais do SIPAG.

Ação 4723 – Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal

Quadro 58. Indicadores da ação RESÍDUOS

Indicador de desempenho	Análise realizada
Utilidade	Avalia o desempenho das análises coletadas
Tipo	a) Eficácia b) Eficiência c) Efetividade
Fórmula de cálculo	a) número de análises realizadas em relação ao programado; b) custo médio de uma análise realizada em relação ao custo médio de uma análise programada; c) taxa de conformidade: nº de análises coletadas com conformidade em relação ao total de análises coletadas
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais

Área responsável pelo cálculo/medição	SIPAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 11,76 % Eficiência: -36,06 % Efetividade: 100 %
Análise Os indicadores foram satisfatórios, com execução das metas acima do previsto e a um custo mais baixo do programado. Não houve disfunção, uma vez que as empresas envolvidas neste processo, executaram as atividades obedecendo aos critérios técnicos definidos e por isso neste exercício, não foram encontradas não-conformidades em todas as avaliações realizadas.	

Fonte: Relatórios mensais do SIPAG.

Programa 375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

Ação 2179 – Fiscalização de sementes e mudas

Quadro 59. Indicadores da ação FISCALSEM

Indicador de desempenho	Estabelecimentos fiscalizados
Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização
Tipo	a) Eficácia b) Eficiência c) Efetividade
Fórmula de cálculo	a) número de fiscalizações realizadas em relação ao programado $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$ b) custo médio de uma fiscalização realizada em relação ao custo médio de uma fiscalização programada $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada realizada: $CUR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada programada : $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$ c) taxa de conformidade: nº de estabelecimentos fiscalizados em relação ao total de estabelecimentos cadastrados $VR2009 = \frac{\text{Estab. Fiscal. com conf. 2009}}{\text{Total de Estab. Fiscal Cadastrados 2009}}$
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -0,72 % Eficiência: -65,05% Efetividade: 79,44%
Análise O Projeto de Fiscalização de Sementes e Mudas – FISCALSEM – obteve um bom desempenho no exercício 2009. As fiscalizações realizadas alcançaram 98,99% do programado e, em comparação com o ano anterior, observou-se um incremento de 35,95% no alcance de metas. O índice de eficiência foi positivo, demonstrando que a equipe técnica realizou quase 100% da meta física, gastando menos recursos do que o previsto.	

Fonte: Relatórios mensais do SEFAG.

Ação 2141 – Fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes

Quadro 60. Indicadores da ação FISFECOI

Indicador de desempenho	Estabelecimentos fiscalizados
Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	<p>a) número de fiscalizações realizadas em relação ao programado $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) \cdot 100] - 100$</p> <p>b) custo médio de uma fiscalização realizada em relação ao custo médio de uma fiscalização programada $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) \cdot 100] - 100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada realizada: $CR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada programada : $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$</p> <p>c) taxa de conformidade: nº de estabelecimentos fiscalizados em relação ao total de estabelecimentos cadastrados $VR2009 = \text{Estab. Fiscal. com conf. 2009} / \text{Total de Estab. Fiscal. Cadastrados 2009}$</p>
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: - 18,89% Eficiência: 215,73% Efetividade: 45,45%
Análise	
<p>Para a ação de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e biofertilizantes – FISFECOI, a equipe técnica apresentou um desempenho bastante satisfatório, apesar de não ter atingido a meta estabelecida para número de fiscalizações.</p> <p>A razão de não ter atingido a meta pode ser atribuída a implementação no estado da Bahia da Operação Especial de Fiscalização nos meses de agosto, setembro e outubro. Esta Operação Especial consiste na permanência dos fiscais no interior das indústrias durante todos os dias da semana, o que implica em uma fiscalização mais detalhada, porém, o tempo que seria utilizado para realizar várias fiscalizações é gasto com apenas uma empresa o que, implica em diminuição do nº de fiscalizações.</p> <p>O custo unitário de cada fiscalização (índice de eficiência) ficou 215% superior ao programado devido ao aumento do valor das diárias em 2009 (cerca de 70%) e devido ao fato de que, na operação especial de fiscalização ser envolvido um número maior de fiscais com conseqüente aumento do número de diárias necessárias em relação à fiscalização tradicional, o que implica em maior gasto de recursos financeiros.</p>	

Fonte: Relatórios mensais do SEFAG.

Ação 2177 – Fiscalização de serviços agrícolas

Quadro 61. Indicadores da ação – FISCAGRIC

Indicador de desempenho	Estabelecimentos fiscalizados
Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	<p>a) número de fiscalizações realizadas em relação ao programado $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) \cdot 100] - 100$</p> <p>b) custo médio de uma fiscalização realizada em relação ao custo médio de</p>

	<p>uma fiscalização programada</p> $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) \cdot 100] - 100$ <p>onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada realizada: $VR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e</p> <p>Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada programada : $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$</p> <p>c) taxa de conformidade: nº de estabelecimentos fiscalizados em relação ao total de estabelecimentos cadastrados</p> $VR2009 = \frac{\text{Estab. Fiscal. com conf. 2009}}{\text{Total de Estab. Fiscal Cadastrados 2009}}$
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG
Resultado do indicador no exercício	<p>Eficácia: 56,67%</p> <p>Eficiência: -52,24%</p> <p>Efetividade: 130,55%</p>
<p>Análise</p> <p>O desempenho do Projeto FISCAGRIC no exercício 2009 foi considerado muito bom, com a meta programada superada em 56%. O incremento de fiscalizações foi proporcionado pela participação de fiscais da UTRA de Vitória da Conquista atuando na Microrregião de Guanambi.</p> <p>Os demais índices mostraram-se positivos, demonstrando uma boa racionalização dos gastos e um trabalho com conformidade.</p>	

Fonte: Relatórios mensais do SEFAG.

Ação 2909 – Fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins

Quadro 62. Indicadores da ação - FISAGROTOX

Indicador de desempenho	Estabelecimentos fiscalizados
Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	<p>a) número de fiscalizações realizadas em relação ao programado</p> $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) \cdot 100] - 100$ <p>b) custo médio de uma fiscalização realizada em relação ao custo médio de uma fiscalização programada</p> $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) \cdot 100] - 100$ <p>onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada realizada: $VR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e</p> <p>Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada programada : $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$</p> <p>c) taxa de conformidade: nº de estabelecimentos fiscalizados em relação ao total de estabelecimentos cadastrados</p> $VR2009 = \frac{\text{Estab. Fiscal. com conf. 2009}}{\text{Total de Estab. Fiscal Cadastrados 2009}}$
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG
Resultado do indicador no exercício	<p>Eficácia: - 39,29%</p> <p>Eficiência: 613,19%</p> <p>Efetividade: 58,62%</p>

Análise

Os indicadores de eficácia e eficiência mostraram-se insatisfatórios nessa ação. Somente 60,71% da meta prevista foi atingida, explicado pelo deslocamento do fiscal que executa as ações deste projeto para desempenhar ações no projeto de fiscalização de fertilizantes e corretivos; Ressalte-se que neste exercício foi desencadeado a Operação Especial de Fiscalização em fertilizantes que exigiu a participação intensiva de todos os fiscais na citada operação.

O índice de eficiência da ordem de 613% deveu-se ao aumento do valor das diárias em 2009 e a permanência maior dos fiscais em campo, bem como o valor da despesa com material permanente incluído no custo total da ação.

Fonte: Relatórios mensais do SEFAG.

Ação 2140 – Fiscalização de produtos veterinários

Quadro 63. Indicadores da ação - FISPROVET

Indicador de desempenho	Estabelecimentos fiscalizados
Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização
Tipo	a) Eficácia b) Eficiência c) Efetividade
Fórmula de cálculo	a) número de fiscalizações realizadas em relação ao programado $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) \cdot 100] - 100$ b) custo médio de uma fiscalização realizada em relação ao custo médio de uma fiscalização programada $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) \cdot 100] - 100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada realizada: $CUR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada programada : $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$ c) taxa de conformidade: nº de estabelecimentos fiscalizados em relação ao total de estabelecimentos cadastrados $VR2009 = \frac{\text{Estab. Fiscal. com conf. 2009}}{\text{Total de Estab. Fiscal Cadastrados 2009}}$
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 55,22% Eficiência: - 13,14% Efetividade: 38,14%

Análise

O desempenho do Projeto FISPROVET, no estado da Bahia, no presente exercício, foi satisfatório, com a meta de fiscalização superada em 55,22%, e com um custo unitário inferior ao programado.

O índice de efetividade foi de 38,14%. Este índice, apesar de relativamente baixo, é considerado satisfatório devido ao grande universo de estabelecimentos (936) principalmente comerciais. Por outro lado, todos os estabelecimentos industriais foram fiscalizados mais de uma vez.

Fonte: Relatórios mensais do SEFAG.

Ação 2124 – Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal

Quadro 64. Indicadores da ação – FISCINAN

Indicador de desempenho	Estabelecimentos fiscalizados
Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	<p>a) número de fiscalizações realizadas em relação ao programado $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$</p> <p>b) custo médio de uma fiscalização realizada em relação ao custo médio de uma fiscalização programada $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada realizada: $CUR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada programada : $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$</p> <p>c) taxa de conformidade: nº de estabelecimentos fiscalizados em relação ao total de estabelecimentos cadastrados $VR2009 = \text{Estab. Fiscal. com conf. 2009} / \text{Total de Estab. Fiscal Cadastrados 2009}$</p>
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 211,00% Eficiência: -72,86% Efetividade: 303%
<p>Análise</p> <p>O desempenho do Projeto FISCINAN no estado da Bahia, no presente exercício, foi excelente, evidenciado pela meta de fiscalização, superada em 211,00%.</p> <p>Tal incremento se deu em função da participação de fiscais das Unidades Técnicas Regionais-UTRA's, de Itabuna e Vitória da Conquista na fiscalização de estabelecimentos industriais e comerciais. O grande excedente de número de fiscalizações se deu em função da maioria das mesmas serem em estabelecimentos comerciais que não estavam previstas no POA 2009.</p> <p>A alta eficiência pode ser explicada igualmente pelo fato de que as fiscalizações realizadas em estabelecimentos comerciais serem mais rápidas do que aquelas realizadas em estabelecimentos industriais, implicando em menor custo.</p>	

Fonte: Relatórios mensais do SEFAG.

Ação 2019 – Fiscalização de material genético para multiplicação animal

Quadro 65. Indicadores da ação - FISCGENE

Indicador de desempenho	Estabelecimentos fiscalizados
Utilidade	Avalia o desempenho da fiscalização
Tipo	Eficácia
Fórmula de cálculo	<p>a) número de fiscalizações realizadas em relação ao programado $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$</p> <p>b) custo médio de uma fiscalização realizada em relação ao custo médio de uma fiscalização programada $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde:</p>

	<p>Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada realizada: $CUR2009 = (CR2009 : QR2009) e$</p> <p>Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/quantidade fiscalizada programada : $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$</p> <p>c) taxa de conformidade: nº de estabelecimentos fiscalizados em relação ao total de estabelecimentos cadastrados $VR2009 = \text{Estab. Fiscal. com conf. 2009} / \text{Total de Estab. Fiscal Cadastrados 2009}$</p>
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEFAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -20,93% Eficiência: 1,87% Efetividade: -
<p>Análise</p> <p>Apesar do Projeto não ter atingido a meta programada, o desempenho foi satisfatório. Não obstante o esforço da equipe, o índice de eficácia foi 21% aquém da meta prevista, ou seja, a equipe conseguiu realizar 79% do programado. O custo unitário de cada fiscalização – índice de eficiência – ficou dentro da normalidade, passando 1% do custo unitário programado.</p>	

Fonte: Relatórios mensais do SEFAG.

Programa 1442 – Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio

Ação 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas

Quadro 66. Indicadores da ação - APOIOAGRIC

Indicador de desempenho	Evento realizado
Utilidade	Avaliar o número de eventos realizados no Sistema Agropecuário de Produção Integrada (SAPI)
Tipo	a) Eficácia b) Eficiência c) Efetividade
Fórmula de cálculo	<p>a) Número de eventos realizados/Número de eventos programados $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$</p> <p>b) custo médio de um evento realizado em relação ao custo médio de um evento programado $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/evento realizado: $CUR2009 = (CR2009 : QR2009) e$ Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/evento programado: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$</p> <p>c) Efetividade: Total de produtores beneficiados</p>
Método de aferição	Relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -37,50 % Eficiência: -75,07% Efetividade: 50

Análise

Devido ao fato dessa ação ser desenvolvida através de parcerias, a mesma torna-se refém de particularidades que influenciam na sua execução por se originarem nas instituições parceiras. Esta característica, se somada à dependência desta ação como um todo às demandas externas - que fogem ao domínio dos seus executores- explicam em parte a execução parcial da meta programada.

Por sua vez, a execução financeira (Eficiência=-75,07) foi menor que o planejado, fato este explicado pelas metas físicas não efetivadas, acarretando redução dos gastos. Além disso, parte das metas realizadas foi por meio da participação financeira da CODEVASF, cuja contribuição foi determinante para a execução da meta. Efetivamente, houve a participação e/ou promoção de 5 eventos, conforme detalhamento feito na análise das metas e resultados deste Pl. Nos referidos eventos, os beneficiados (produtores e técnicos) somaram aproximadamente 50 pessoas, que representa o Indicador de Efetividade.

É importante frisar a necessidade de se considerar as inúmeras variáveis que afetam o alcance das metas programadas em ações de Política e Desenvolvimento. Precisa ser considerado que as metas envolvem promoção de eventos, que requer parcerias. Esta última representa uma fonte de incertezas e dependência. Assim, por mais que haja planejamento e dotação orçamentária, a programação pode ser severamente afetada em razão do cumprimento dos acordos com os parceiros, sejam eles: fornecedores, instituições governamentais, cooperativas e associações, produtores rurais, profissionais do setor, etc.

Assim, perante as peculiaridades das ações de Política e Desenvolvimento, far-se-à programação física de eventos – seminário, reuniões, oficinas, palestras – com maiores intervalos de tempo entre uma e outra, e em menor número. Desse modo, em caso de falta de pessoal pelas demandas não programadas de outras ações, desistência de parceiros, bem como eventuais faltas de recursos orçamentários, haverá maior tempo para reprogramações e maior probabilidade de serem efetivados os eventos diante das dificuldades.

Fonte: Relatórios mensais do SEPDAG.

Ação 8593 – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas

Quadro 67. Indicadores da ação – ORGMANEJO

Indicador de desempenho	Número de eventos realizados
Utilidade	Mede a quantidade de eventos de capacitação de técnicos e produtores capacitados em práticas de Manejo e Conservação de Solo e Água;
Tipo	a) Eficácia b) Eficiência c) Efetividade
Fórmula de cálculo	a) Número de eventos realizados/Número de eventos programados $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$ b) custo médio de um evento realizado em relação ao custo médio de um evento programado $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/evento realizado: $CUR2009 = (CR2009 : QR2009) e$ Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/evento programado: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$ c) Efetividade: Total de produtores beneficiados
Método de aferição	São utilizados relatórios periódicos.
Área responsável pelo cálculo/medição	SEPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -50,00 % Eficiência: 3,72% Efetividade: 60
Análise	Os indicadores de desempenho dessa ação apresentam-se insatisfatórios devido as dificuldades encontradas para sua execução, a exemplo do desestímulo por parte dos interessados para elaboração dos projetos, em função

da ausência ou do pouco recurso financeiro alocado pelo convênio, bem como a falta de comprometimento de alguns parceiros, ou até mesmo pelo baixo nível de consciência ambiental. O Indicador de Efetividade apresentou valor aproximado de 60 participantes (multiplicadores) nos eventos promovidos.

Nesse caso vale a análise feita na ação anterior quanto às causas de insucesso, pois é necessário considerar as inúmeras variáveis que afetam o alcance das metas programadas em ações de Política e Desenvolvimento.

Fonte: Relatórios mensais do SEPDAG.

Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica

Quadro 68. Indicadores da ação - CERTORGAN

Indicador de desempenho	Número de eventos realizados
Utilidade	Mede a quantidade de eventos de capacitação de técnicos e produtores
Tipo	a) Eficácia b) Eficiência c) Efetividade
Fórmula de cálculo	a) Número de eventos realizados/Número de eventos programados $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) \cdot 100] - 100$ b) custo médio de um evento realizado em relação ao custo médio de um evento programado $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) \cdot 100] - 100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/evento realizado: $CUR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/evento programado: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$ c) Efetividade: Total de produtores beneficiados
Método de aferição	Relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -14,29 % Eficiência: -76,72% Efetividade: 100
Análise	<p>O cumprimento da meta nessa ação foi de 85,71%, em razão principalmente das atividades de fiscalização programadas pelo SEPDAG não terem sido realizadas. Isto porque a COAGRE (Coordenação de Agroecologia/MAPA) que tinha estabelecido como meta prioritária para 2009, a conclusão do curso de capacitação dos Fiscais, e como o mesmo não foi concluído - por falta de recursos financeiros -, a Coordenação não sinalizou positivamente para a execução dos trabalhos de fiscalização. Sendo que, dos dois cursos programados pela COAGRE para capacitação dos fiscais dos Estados, apenas um foi promovido, havendo participação de técnicos da SFA-BA. Por sua vez, os trabalhos de divulgação da Lei que dispõe sobre a Agricultura Orgânica foram desenvolvidos aproveitando as oportunidades de contatos com os produtores orgânicos nas diferentes regiões contempladas pelas ações programadas no PI DESENGORG, especificamente os produtores dos municípios de Seabra/Ibitita/Mata de São João/Itabuna/Irecê/Jequié e Juazeiro, totalizando cerca de 200 produtores.</p> <p>Ressalte-se que o indicador de eficiência foi de -76,72%, significando que a equipe técnica foi eficiente na execução dos gastos. Além disso, o fato de os técnicos terem associado as ações do Plano Interno DESENGORG, possibilitou a execução das metas com um custo ainda menor que o previsto. Efetivamente, houve a participação e/ou promoção de 6 eventos, sendo beneficiados cerca de 100 produtores com as ações de divulgação da Lei sobre Produção Orgânica.</p> <p>Nesse aspecto, como as ações do PI em questão estão em processo de formulação e implantação, existe a dependência por parte dos executores nos Estados quanto às definições e deliberações da Coordenação. Assim, para o próximo ano espera-se que haja a conclusão da terceira etapa do curso de capacitação para Fiscais, para</p>

finalmente propiciar as condições para os planos de 2010. Dentre esses planos objetiva-se realizar a fiscalização de todos os estabelecimentos de produção orgânica vinculados aos produtores das feiras livres orgânicas do município de Salvador (15 estabelecimentos) e fiscalizar por amostragem 10 estabelecimentos orgânicos que fornecem a supermercados e/ou feiras livres do interior do Estado.

Fonte: Relatórios mensais do SEPDAG.

Ação 8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias

Quadro 69. Indicadores da ação - APOIOPEC

Indicador de desempenho	Número de eventos realizados
Utilidade	Mede a quantidade de eventos de capacitação de técnicos e produtores
Tipo	a)Eficácia b)Eficiência c)Efetividade
Fórmula de cálculo	a)Número de eventos realizados/Número de eventos programados $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$ b) custo médio de um evento realizado em relação ao custo médio de um evento programado $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/evento realizado: $CUR2009= (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/evento programado: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$ c) Efetividade: Total de produtores beneficiados
Método de aferição	Relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 0,00% Eficiência: -59,30 % Efetividade: 40
Análise Apesar do indicador de eficácia estar no nível de equilíbrio (0,00), algumas metas programadas não foram cumpridas, porém foram compensadas pelo cumprimento de outras ações não programadas. O não cumprimento de parte das metas ocorreu em função das peculiaridades abelha/polinização/tempo que requer um período para retorno ao mesmo local, em função até da própria florada/polinização nas culturas de melão e café. Apesar do cumprimento da quase totalidade das metas programadas e de outras ações repentinas, a execução financeira no PI APOIOPEC foi bem menor que o planejado (Eficiência=-59,30), mostrando racionalização dos gastos. O indicador de Efetividade demonstrou um valor médio de 40 beneficiados com as ações realizadas. Nesse aspecto é importante ressaltar que os eventos promovidos envolveram profissionais da área de polinização, bem como dirigentes e pessoas-chave da organização de apicultores. Assim, em todos os casos os beneficiados são multiplicadores dos projetos e ações, havendo, portanto um número significativo de beneficiados indiretos.	

Fonte: Relatórios mensais do SEPDAG.

Ação 8592 – Desenvolvimento e monitoramento de sistemas de rastreabilidade agroalimentar

Quadro 70. Indicadores da ação – RASTREAB

Indicador de desempenho	Estabelecimentos rurais auditados
--------------------------------	-----------------------------------

Utilidade	Avaliar o desempenho das auditorias
Tipo	a)Eficácia b)Eficiência c)Efetividade
Fórmula de cálculo	a)Número de auditorias realizadas/Número de auditorias programadas $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$ b) custo médio de uma auditoria realizada em relação ao custo médio de uma auditoria programada $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/auditoria realizada: $CUR2009= (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/auditoria programado: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$ c) Efetividade: Total de auditorias realizadas
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -94,87 % Eficiência: -100,00 % Efetividade: 6
Análise <p>O indicador de eficácia dessa ação foi de -94,87%, demonstrando a não execução praticamente das ações no Estado. Isto porque, apesar da programação, em virtude de alterações nos procedimentos de auditoria houve uma redução drástica da necessidade dos auditores da Bahia. Somente dois deslocamentos de FFA foram efetivados para os estados do Mato Grosso e São Paulo, para auxílio de equipes nos referidos estados, sendo que as ordens de serviço foram emitidas pela sede do MAPA. Assim, diante do exposto, nenhuma descentralização de recursos foi efetivada para a Bahia no presente ano. Efetivamente, houve a realização de 6 auditorias.</p> <p>Além disso, perante as alterações estruturais e regimentais da Coordenação de Rastreabilidade no âmbito do MAPA, as atividades ligadas ao Plano Interno RASTREAB1 passaram a ser responsabilidade de outro Serviço.</p>	

Fonte: Relatórios mensais do SEPDAG.

Programa 6003 – Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Quadro 71. Indicadores da ação - APPRODUTOR

Indicador de desempenho	Eventos realizados (Vistorias Prévias, Fiscalização de convênios e participação em eventos)
Utilidade	Avaliar os eventos realizados
Tipo	a)Eficácia b)Eficiência c)Efetividade
Fórmula de cálculo	a)Número de eventos realizados/Número de eventos programados $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$ b) custo médio de um evento realizado em relação ao custo médio de um evento programado $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/evento realizado: $CUR2009= (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/evento programado:

	CUP2009 = (CP2009 : QP2009) c) Efetividade: Total de produtores beneficiados
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 0,00% Eficiência: 1.057,01% Efetividade: 250
<p>Análise</p> <p>Apesar do indicador de eficácia estar no nível de equilíbrio (0,00), demonstrando o cumprimento da meta em sua totalidade, vale ressaltar que algumas das atividades programadas não foram cumpridas, porém foram compensadas pelo cumprimento de outras não programadas. O não cumprimento de parte das atividades ocorreu devido ao planejamento ter sido feito com base nos eventos passados (ano 2008), no caso de fiscalizações de convênios. As fiscalizações de convênios são demandas extremamente variáveis e que dependem, em sua totalidade, da celebração de convênios e que os fiscais designados para acompanhamento sejam desta SFA. O planejamento realizado, mesmo de forma tão instável se justifica pelo fato de garantir um mínimo de recursos para execução das fiscalizações que se fizerem necessárias, e não havendo tal demanda, os recursos são realocados para ações de apoio ao pequeno e médio produtor agropecuário que apresenta significativa demanda reprimida.</p> <p>A execução financeira (Eficiência=1057,01) excedeu em muito a quantidade de recursos planejados, tendo em vista a disponibilização de recursos para aquisição de material de expediente e bens permanentes para o Serviço. Os recursos utilizados para o cumprimento das metas programadas foi menor que o planejado. Efetivamente houve a participação e/ou realização de 10 eventos. O Indicador de Efetividade revelou que aproximadamente 230 pessoas foram beneficiadas diretamente pelas ações realizadas, sendo que a maioria delas constitui nos participantes dos seminários e palestras promovidas.</p>	

Fonte: Relatórios mensais do SEPDAG.

Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse

Quadro 72. Indicadores da ação - FISCONTRATO

Indicador de desempenho	Número de contratos fiscalizados
Utilidade	Quantificar o número de contratos que atingiram o objetivo proposto quanto ao atendimento dos beneficiários.
Tipo	a)Eficácia b)Eficiência c)Efetividade
Fórmula de cálculo	<p>a)Número de contratos fiscalizados realizados em relação do número de contratos fiscalizados previstos $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$</p> <p>b) custo médio de um contrato fiscalizado realizado em relação ao custo médio de um contrato fiscalizado programado $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/contrato fiscalizado: $CUR2009 = (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/contrato programado: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$</p> <p>c) Efetividade: Total de contratos fiscalizados</p>
Método de aferição	Fiscalização dos contratos de repasse e acompanhamento do Contrato de Prestação de Serviço com a Caixa Econômica Federal

Área responsável pelo cálculo/medição	SEPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: 5,56% Eficiência: 289,33% Efetividade: 19
Análise O Indicador de Eficácia (5,56) revela que a meta foi cumprida em mais de 100%. Em 2009, houve fiscalização de 18 objetos originados de contratos de repasse com municípios do Estado da Bahia. Os municípios foram escolhidos por meio de sorteio. Houve o acréscimo posterior de uma fiscalização, totalizando 19 (Efetividade). O indicador de eficiência de 289,33% é justificado pelos recursos utilizados em aquisição de material de expediente, bem como a manutenção de veículos que atenderam as ações técnicas do SEPDAG/DT-BA, principalmente as fiscalizações de convênios e contratos de repasse.	

Fonte: Relatórios mensais do SEPDAG.

Programa 0393 – Desenvolvimento do Sistema de Propriedade Intelectual

Ação 2B47 – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

Quadro 73. Indicadores da ação –INDGRAF

Indicador de desempenho	Eventos realizados
Utilidade	Avaliar os eventos realizados
Tipo	a)Eficácia b)Eficiência c)Efetividade
Fórmula de cálculo	a)Número de eventos realizados/Número de eventos programados $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$ b) custo médio de um evento realizado em relação ao custo médio de um evento programado $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/evento realizado: $CUR2009= (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/evento programado: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$ c) Efetividade: Total de produtores beneficiados
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -21,62% Eficiência: -17,29% Efetividade: 200
Análise Os indicadores de desempenho foram parcialmente satisfatórios. 78,38% da meta programada foi cumprida, sendo que algumas das atividades programadas não foram executadas e outras que não constavam no planejamento inicial, foram realizadas. Este fato demonstra o pronto atendimento de demandas repentinas surgidas ao longo do exercício. Assim, apesar das dificuldades enfrentadas pelo Serviço – demandas repentinas, dependência de parceiros para execução das metas, etc. -, e considerando as regiões/municípios de abrangência das ações, a existência de cooperativas interessadas e em processo de elaboração do pedido de registro de IG e a difusão do tema no Estado, pode-se concluir que as ações relativas ao Fomento à IG de Produtos Agropecuários na Bahia, estão sendo bem sucedidas, revelando incrementos importantes e significativos, tendo sido ampliada suas ações em relação ao ano passado. Por sua vez, a execução financeira (Eficiência= -17,29) foi menor que o planejado, fato este explicado	

pelas metas físicas não efetivadas, acarretando redução dos gastos de forma proporcional às ações não realizadas. Efetivamente, houve a participação e/ou promoção de 29 eventos ligados ao tema Indicação Geográfica, o que, conforme já comentado, é um número que transmite o alcance dos objetivos propostos pela equipe do SEPDAG. O Indicador de Efetividade apresentou um valor de 200 beneficiados/participações nos eventos, constando nesse público, tanto produtores rurais, quanto profissionais da área; ambos atuando como multiplicadores do tema.

Fonte: Relatórios mensais do SEPDAG.

2.4.6. Programa 1426 – Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade.

Ação 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico

Quadro 74. Indicadores da ação – DESENORG

Indicador de desempenho	Eventos realizados
Utilidade	Avaliar os eventos realizados
Tipo	a)Eficácia b)Eficiência c)Efetividade
Fórmula de cálculo	a)Número de eventos realizados/Número de eventos programados $VR2009 = [(QR2009 : QP2009) .100] -100$ b) custo médio de um evento realizado em relação ao custo médio de um evento programado $VR2009 = [(CUR2009 : CUP2009) .100] -100$ onde: Custo unitário realizado (CUR) em 2009, em reais/evento realizado: $CUR2009= (CR2009 : QR2009)$ e Custo unitário programado (CUP) em 2009, em reais/evento programado: $CUP2009 = (CP2009 : QP2009)$ c) Efetividade: Total de produtores beneficiados
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	SEPDAG
Resultado do indicador no exercício	Eficácia: -7,06% Eficiência: 9,76% Efetividade: 408
Análise	
<p>Perante o indicador de Eficácia (-7,06), considera-se positiva a avaliação do cumprimento das metas, no entanto, ainda persistem certas dificuldades que fogem ao controle do SEPDAG e impedem o completo cumprimento dos objetivos. Dentre essas dificuldades existem: a desistência por parte de alguns agricultores, a falta de comprometimento em relação a alguns Responsáveis Técnicos do Programa, as condições climáticas desfavoráveis e que, por vezes, inviabilizaram o plantio ou comprometeram o desenvolvimento das plântulas, e a escassez de recursos financeiros destinados ao Programa. O indicador de Eficiência foi de 9,76%, significando que foi gasto mais do que o custo programado. O Indicador de Efetividade apresentou um valor de 408 participações/realizações de eventos e beneficiados do Programa.</p> <p>Quanto às causas de insucesso, é necessário considerar as inúmeras variáveis que afetam o alcance das metas programadas em ações de Política e Desenvolvimento. Inicialmente, cumpre observar que as metas envolvem promoção de eventos, que requer parcerias. Esta última representa uma fonte de incertezas e dependência. Assim, por mais que haja planejamento e dotação orçamentária, a programação pode ser severamente afetada em razão do cumprimento dos acordos com os parceiros, sejam eles: fornecedores, instituições governamentais, cooperativas e associações, produtores rurais, profissionais do setor, etc.</p> <p>Assim, perante as peculiaridades das ações de Política e Desenvolvimento, far-se-à programação física de eventos – seminário, reuniões, oficinas, palestras – com maior intervalo de tempo entre uma e outra, e em menor número. Desse modo, em caso de falta de pessoal pelas demandas não programadas de outras ações, desistência</p>	

de parceiros, bem como eventuais faltas de recursos orçamentários; haverá maior tempo para reprogramações e maior probabilidade de efetivar os eventos diante das dificuldades.

Fonte: Relatórios mensais do SEPDAG.

Programa 0760 – Apoio Administrativo

Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas

Quadro 75. Indicadores da ação – MANUTSFA

Indicador de desempenho	Recursos financeiros executados
Utilidade	Avalia o desempenho orçamentário-financeiro
Tipo	a) Eficiência b) Economicidade
Fórmula de cálculo	a) Percentual do valor total executado em 2009 em relação ao total programado para 2009 b) Valor total executado em 2009 em relação ao valor total executado em 2008
Método de aferição	Dados obtidos nos relatórios mensais
Área responsável pelo cálculo/medição	DAD
Resultado do indicador no exercício	Eficiência: -17,32% Economicidade: -28,02%
Análise	
<p>Sabe-se que é muito difícil a definição de indicadores para monitoramento dos resultados na atividade-meio, porém em relação às principais despesas da unidade foram realizadas de forma prudente e coerente.</p> <p>O índice de eficiência do PI MANUT da ordem de -17,32% revela que houve uma racionalização e economia dos gastos, sendo utilizado somente 82,68% dos gastos programados. Em relação a 2008, houve uma redução de 28,02% nos gastos, o que equivale dizer que foram utilizados somente 71,98% dos recursos efetivamente gastos em 2008.</p>	

Fonte: Relatórios mensais do DAD.

3. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPOSIÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Tabela 36. Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	253	3	325
Próprios	253	3	325
Requisitados	0	-	-
Celetistas	20	-	-
Cargos de livre provimento	10	-	-
Estatutários	10	-	-
Não Estatutários	0	-	-
Terceirizados	-	-	-
Total	273	3	325

Fonte: SIAPE/GRCOFINDDP.

Tabela 37. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

QUADRO PRÓPRIO (Mil R\$)								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	262	24.348,14		
2008	262	26.764,21	221,62	11.378,96	1.733,89	628,84		
2009	273	38.350,02	224,88	15.905,81	2.358,19	646,55		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	20	668,59	NA		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2008	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
2009	NA	NA	NA	NA	NA	NA		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	3	101.786,37		
2008	3	105.634,47		
2009	2	256.984,07		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	6	-	NA	NA	NA	NA		
2008	6	-	NA	NA	NA	NA		
2009	6	-	NA	NA	NA	NA		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoyo Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	23	316,97	5	104,13	NA	NA	30	75,67
2008	23	389,50	5	132,85	NA	NA	35	82,17
2009	16	389,17	5*	58,29	NA	NA	25	112,27

Fonte: SIAPE/GRCOFINDDP. -

Notas: (...) Não disponível no sistema GRCOFINDDP; (*) Até maio/2009

Análise Crítica sobre a situação dos Recursos Humanos

A SFA/Ba possuía no final do exercício de 2009 um quadro de recursos humanos ativo composto por 273 servidores, dos quais 253 próprios e 20 celetistas (servidores anistiados do ex-BNCC). São 170 servidores lotados na sede da Superintendência e 103 distribuídos nas unidades do VIGIAGRO e Unidades Técnicas Regionais Agropecuárias. Em termos de composição por área, são 191 servidores da área finalística (constituído por 129 fiscais federais agropecuários, 28 agentes de inspeção, 33 agentes de atividades agropecuárias e 01 engenheiro agrônomo); na área meio são 82 servidores, sendo 5 de nível superior (1 técnico de planejamento, 2 economistas, 1 administrador, 1 arquiteto) e 77 de nível médio (cargos de nível intermediário e auxiliar).

De uma maneira geral, a situação dos Recursos Humanos na SFA/BA começa a apresentar preocupação, pois o envelhecimento dos servidores e, por conseguinte, o aumento de aposentadorias sem a devida reposição, através de contratação de pessoal (concurso público), poderá comprometer no futuro próximo, o atendimento das demandas. A média de idade do servidor, por exemplo, se encontra hoje em torno de 50 anos. Em 2009, 10 servidores se aposentaram. Dados da SRH revelam que 1/3 do quadro efetivo da SFA/Ba já tem tempo para aposentadoria, ou seja, 90 servidores. Os concursos que têm sido feitos pelo Ministério da Agricultura mais direcionados para cargos da atividade-fim não conseguem atender inteiramente as necessidades constatadas pela unidade.

Com relação aos servidores ligados ao apoio administrativo, a situação torna-se mais crítica, em razão da falta de renovação do quadro - muito tempo sem concursos de admissão. O último concurso para servidores administrativos foi em 1983, embora a Superintendência tenha recebido, em 1994, 13 servidores aprovados pelo concurso público da Marinha. Recentemente foi autorizado pelo MOG concurso para preenchimento de vagas para servidores administrativos, sendo disponibilizados para SFA/BA apenas 3 vagas. Assim, além do número estar sendo reduzido por aposentadorias, os baixos salários, a inexistência de uma carreira que os coloquem em correlação com os servidores da área fim, são entraves que requerem soluções urgentes, pois estão na essência das principais dificuldades estruturais constatadas pela SFA/BA para a realização plena de seus objetivos.

Para corrigir o déficit de pessoal na SFA/Ba, o ideal seria um acréscimo de mais de 30% de servidores (áreas: fim e meio) para o atendimento pleno de demandas internas e externas.

Ressalte-se que a SFA/Ba manteve pessoal terceirizado na área administrativa até o mês de maio de 2009, quando houve a dispensa por determinação do Núcleo de Assessoramento Jurídico – NAJ/AGU/BA.

Quanto à capacitação de servidores, a SFA/Ba tem contado com o apoio da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas-CGDP do Ministério da Agricultura, que tem como política proporcionar aos servidores uma constante atualização nas áreas de seus interesses, visando aperfeiçoamento contínuo dos serviços oferecidos e, por conseqüência, avanços em seu desempenho. Assim, a Superintendência possui hoje um servidor – Agente de Desenvolvimento de Pessoas, interlocutor do MAPA, com responsabilidade de elaborar Plano Anual de Capacitação e fazer o devido acompanhamento.

Em 2009, 85 eventos (cursos, reuniões técnicas, encontros, congressos, seminários, auditorias) foram propiciados pelo MAPA, beneficiando 133 servidores da SFA/Ba. Em que pese o aspecto positivo, há de se buscar uma maneira de distribuir melhor esses eventos pois há casos em que o mesmo servidor é beneficiado em mais de um evento. O ideal seria aperfeiçoar um maior número possível de servidores.

A SFA/BA não dispõe de indicadores gerenciais sobre recursos humanos. Como unidade integrante do Ministério da Agricultura, opera com todos os instrumentos elaborados e disponibilizados pelo órgão central, para que haja uniformização de procedimentos a nível nacional.

4. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não se aplica.

5. INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NO EXERCÍCIO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Tabela 38. Inscrição de restos a pagar no exercício e os saldos de restos a pagas de exercícios anteriores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	-	NÃO SE APLICA		
2008	44.169,88	0,00	44.169,88	0
2007	29.184,44	0,00	29.184,44	0,00
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2009	1.384.803,46	NÃO SE APLICA		
2008	476.207,22	65.838,49	410.368,73	0,00
2007	258.398,41	27.237,38	231.161,03	0,00
...				
Observações:				
A Superintendência adota a estratégia de não deixar passar por mais de um exercício o pagamento de restos a pagar; sempre é definido no fim do exercício a conclusão da compra. Não existe impacto significativo na gestão financeira, apenas a execução dessa despesa torna-se mais trabalhosa no exercício seguinte.				

Fonte: SIAFI.

6. DEMONSTRATIVO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E EFETUADAS NO EXERCÍCIO

Tabela 98. Demonstrativo das transferências recebidas e efetuadas pela SFA/BA

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Denominação							
130029		Superintendência Federal de Agricultura no Estado da Bahia– SFA/BA							
00396895/002 4-11									
Ti po	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	
1	526956	03057966/0001-53	9.165,34	1.610,00	9.165,34	-	19/10/05	31/12/08	5
1	627737	0357966/0001-53	7.727,37	750,00	7.727,37	-	04/07/08	31/12/09	5

Fonte: SICONV.

Nota: Valor em mil R\$.

Análise Crítica das Transferências

Os dois convênios firmados pelo MAPA com a Agência de Defesa Agropecuária da Bahia – ADAB, cujos recursos financeiros foram repassados pela SFA/Ba, são da área de sanidade animal e vegetal, não apresentando problemas de inadimplência.

Os recursos financeiros transferidos para a ADAB objetivam a execução de ações fitossanitárias, com o intuito de garantir a defesa sanitária animal e vegetal no Estado.

Com relação a contratos de repasse, a SFA/BA, através do SEPDA, efetuou análises de viabilidade de 49 propostas, encaminhadas posteriormente para a Secretaria de Desenvolvimento do Cooperativismo – SDC/MAPA para a celebração dos contratos.

7. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADA

Não se aplica.

8. FLUXO FINANCEIRO DE PROJETOS OU PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não se aplica.

9. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS

Não se aplica.

10. OPERAÇÕES DE FUNDOS

Não se aplica.

11.A –RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

No exercício de 2009, não houve auditoria na SFA/BA e, portanto, não houve recomendações da CGU.

11.B - DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Quadro 76. Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					2788
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ord em	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-014.152/2008-0	6379/2009	1.5	DE	Ofício nº 1880/2009-TCU/SECEX-BA
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					2788
Descrição da Deliberação:					
Determinar à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Bahia, que cumpra as recomendações emitidas pela Controladoria Geral da União no Estado da Bahia, constantes no Relatório de Gestão nº 208348.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO					2788
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
<p>A partir das recomendações emitidas pela CGU constantes no Relatório de Gestão nº 208438, a SFA/Ba adotou imediatamente todas as providências para o seu cumprimento, no sentido de solucionar as constatações verificadas por aquele órgão, listadas a seguir:</p> <p>1) No tocante a Inconsistências na contratação de serviços de elaboração de laudo pericial, a SFA/Ba efetuou uma revisão do novo laudo pericial, sendo observado que o mesmo está de acordo com a legislação específica e, em janeiro de 2008, todas as portarias de concessão dos adicionais de insalubridade foram renovadas para os servidores afetos.</p> <p>2) Quanto aos Saques indevidos do cartão de pagamento do governo federal, a partir do exercício de 2008, a SFA/BA reduziu drasticamente o uso do cartão para saque, e tomou medidas internas, orientando a todos os servidores sobre a obrigação da justificativa do saque efetuado pelo uso do cartão corporativo, sobre a utilização dos valores na primeira despesa subsequente e a utilização preferencial da rede afiliada do cartão corporativo.</p> <p>3) Com relação ao Uso do cartão corporativo para pagamento de despesas consideradas ineligiáveis em suprimento de fundos, a SFA/BA instituiu um plano de manutenção preventiva e corretiva para todos os seus veículos junto à</p>					

empresa contratada; também adotou procedimentos tanto de uso de formulários próprios, chamados termos de vistoria, preenchidos com dados sobre a situação do veículo no momento da entrega do mesmo ao servidor, como de manutenção de banco de dados com todas as informações e ocorrências dos veículos.

4) Com referência às Despesas não registradas no SIAFI, vale salientar que o fato constatado pela CGU ocorreu devido a erro no próprio sistema e a recomendação tem sido seguida com as revisões sendo efetuadas no final de cada exercício.

5) Por último, a recomendação sobre a constatação de Notas fiscais com informações conflitantes tem sido obedecida desde o exercício de 2008, com revisões periódicas dos gastos com cartão de crédito.

Síntese dos resultados obtidos

As providências adotadas pela SFA/Ba para sanar os problemas constatados pela CGU/BA produziram efeitos benéficos com melhoria substancial nos processos de trabalho em questão, a exemplo do uso do cartão de crédito que, nos anos de 2008 e 2009, foi utilizado para saque somente 1,55% e 3,15%, respectivamente do valor total, bem abaixo do valor estabelecido da ordem de 30%. O cumprimento das recomendações repercutiu favoravelmente no desempenho da SFA, sendo corrigidas praticamente as falhas detectadas.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

A SFA/Ba não teve dificuldades na adoção das providências recomendadas pela CGU principalmente por ter um corpo de servidores consciente de seu papel no serviço público e dispostos a contribuir no aperfeiçoamento dos processos internos da Superintendência.

12. ATOS DE ADMISSÃO, DESLIGAMENTO, CONCESSÃO DE APOSENTADORIA E PENSÃO PRATICADOS NO EXERCÍCIO

Tabela 40. Demonstrativo de Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão praticados no Exercício de 2009

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC QUANTIDADE
Admissão	-	-
Desligamento	-	-
Aposentadoria	10	10
Pensão	22	22

Fonte: SRH/SFA/BA.

13. REGISTROS DE CONTRATOS E CONVÊNIOS ATUALIZADOS NOS SISTEMAS SIASG E SICONV

Vide Declarações constantes nos Anexos 1 e 2.

14. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A GESTÃO

A SFA/Ba considera ter inserido no presente relatório as informações mais relevantes sobre a gestão.

15. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

Vide Declaração constante no Anexo 3.

16. CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ

Não se aplica.

ANEXOS

Anexo 1. Declaração sobre os contratos do SIASG

Anexo 2. Declaração sobre os contratos do SICONV

Anexo 3. Declaração do contador sobre os demonstrativos contábeis

Anexo 4. Declaração do Coordenador de Recursos Humanos sobre bens e rendas dos servidores da Área Contábil



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA**

DECLARAÇÃO

Eu, Antonio Vitorino Alves Brito, CPF nº 447.875.535-34, chefe da Divisão de Apoio Administrativo, declaro para os devidos fins, que os contratos firmados por esta Superintendência estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelecido pelo art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Antonio Vitorino Alves Brito', written over a circular stamp or seal.

Antonio Vitorino Alves Brito
Chefe da Divisão Apoio Administrativo
CPF nº 447.875.535-34



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E
ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA**

DECLARAÇÃO

Eu, Antônio Carlos de Miranda, CPF nº 118.390.665-04, Agente Administrativo, declaro para os devidos fins, que os convênios da área de Sanidade Animal e Vegetal (Convênio SIAFI 526956/2005 e Convênio SIAFI 627737/2008), com recursos repassados por esta Superintendência, não estão disponíveis e atualizados no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias – SICONV (conforme estabelecido pelo art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008), devido ao fato de, no período de celebração dos mesmos, o sistema ainda não estava operando plenamente.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'D. Carlos'.

Antônio Carlos de Miranda
Agente Administrativo
CPF nº 118.390.665-04

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):			Código da UG:
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - BA			130029
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) 19962.05.00 – A APROVAR b) 29241.04.01 – VALORES EM LIQUIDAÇÃO</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília, DF	Data	24 de fevereiro de 2010
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC n.º	006624/T-8 GO



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Administração de Recursos Humanos

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os servidores abaixo relacionados, arrolados nas contas referentes ao exercício de 2008, da Coordenação de Contabilidade, estão em dia com a entrega das cópias das declarações de bens e rendas, em observância ao disposto na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, de conformidade com o Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 71, de 07 de dezembro de 2005, com os artigos 12 e 13 da Instrução Normativa TCU nº 47, de 27 de outubro de 2004 e item III do art 13, da IN nº 57, de 27 de agosto de 2008, do Tribunal de Contas da União.

- ✓ Alberto Jerônimo Pereira;
- ✓ José Calazans dos Santos e
- ✓ Maria de Fátima Álvares Araújo.

Brasília, 26 de janeiro de 2010.

NELSON SUASSUNA DA MOITA
Coordenador-Geral de Administração de Recursos Humanos

CONFERE COM O ORIGINAL

Alberto Jerônimo Pereira
Coordenador de Contabilidade
CRC-006624/T-8 GO
CONT/PROA/SE/MAPA

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO:

Elizabete Rodrigues Silva – Técnica de Planejamento/Seção de Planejamento e Acompanhamento - SPA

COLABORAÇÃO:

Antônio Carlos de Miranda – Agente Administrativo/SPA
Altair Santana de Oliveira – Chefe da DT
Luis Rogério Nascimento Barreto – Chefe do SEFAG
Yuri Landim Cajazeiras – Chefe Substituto do SEFAG
Eduardo Antonio Soares Magalhães – FFA/SEPDAG
Beatriz de Assis Junqueira – Chefe Substituta do SEPDAG
Francimary Maciel M. de Sousa – Eng^a Agrônoma/SEPDAG
Luis Carlos Soares Silva – FFA/SEDESA-Vegetal
Edivaldo Costa Santana – Chefe Substituto do SEDESA
Aécio Alves de Lima – FFA/SIPAG
José de Almeida Lins – Chefe do SIPAG
Carlos Raimundo Freire de C. Azevedo – Chefe do VIGIAGRO
Antonio Vitorino Alves Brito – Chefe do DAD
Rosiane Pereira Alves – Chefe do SRH
Celso Santos Bomfim – Chefe do SEOF
Clodomir Rocha Martins – Agente Administrativo/SRH